

Crer, aprender e sentir



Casal Kalley

Francisco de Paiva Lima Neto
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Crer, aprender e sentir



Casal Kalley

Francisco de Paiva Lima Neto
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Wikimedia Commons

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: Francisco de Paiva Lima Neto
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732 Lima Neto, Francisco de Paiva
Crer, aprender e sentir / Francisco de Paiva Lima Neto,
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-906-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.063222402>

1. Crença. 2. Aprendizados. 3. Sentimentos. I. Lima
Neto, Francisco de Paiva. II. Whitaker, Dulce Consuelo
Andreatta. III. Título.

CDD 121.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao texto publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“O tripé estratégico para transmissão de visão de mundo do casal Kalley, na
inserção do protestantismo no Brasil no século XIX”

APRESENTAÇÃO

Este livro, síntese da tese que apresentamos ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCL-UNESP de Araraquara, é resultado de uma pesquisa que resultou em uma dissertação de mestrado e teve continuidade no doutorado. Há 15 anos realizamos pesquisas relacionadas ao tema “protestantismo e educação”, com o propósito de contribuir para que academia no que tange a compreensão da relação entre a inserção do Protestantismo no Brasil e a utilização da Educação como estratégia. Na obra recém lançada pela Editora Cultura acadêmica intitulada *“Entre a fé e os desejos – o adolescente pós-moderno”*, em parceria com a Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, professora emérita da FCLAR-UNESP e da pesquisadora Dra. Andreza Marques de Castro Leão, também dessa Universidade, partindo dessa temática ampliamos a reflexão através de uma pesquisa que considerou a moral sexual dos adolescentes oriundos do protestantismo brasileiro.

Julgamos importante também disponibilizar em formato de livro a síntese da tese de doutorado cuja pesquisa contempla um estudo de caso, dentre as inúmeras experiências de trabalho educativo de protestantes no Brasil, a saber – o trabalho do casal Robert e Sarah Kalley (um casal de missionários protestantes que realizou um trabalho voluntário no Brasil no século XIX), os quais apontam indícios de estratégias que utilizaram para transmitirem sua visão de mundo racional e moderna, conciliando missão e educação. Para compreendermos esse processo utilizamos o conceito de ideologia como visão de mundo, conforme entendido por Gramsci (1995).

No primeiro capítulo contextualizamos o tema dessa obra através de um quadro histórico, no qual realizamos uma revisão bibliográfica do protestantismo no Brasil contemplando a trajetória de vida dos Kalley, objetivando entender o processo sócio histórico que engendrou a formação de sua visão de mundo.

No segundo capítulo, apresentamos como pressuposto teórico-metodológico, o conceito de ideologia como visão de mundo, conforme entendido por Gramsci (1995), na tentativa de apontar uma ferramenta teórica para interpretar a tese a ser defendida.

Nos capítulos terceiro, quarto, quinto e sexto, expusemos as bases sócio- históricas cujo propósito foi a compreensão e contextualização do conteúdo dos documentos analisados.

No sétimo capítulo realizamos a análise dos documentos pesquisados, buscando compreendê-los a luz dos pressupostos teóricos e o contexto histórico, objetivo principal de nosso trabalho.

Na certeza de que este trabalho não é conclusivo, nem tampouco pretende esgotar as possibilidades de análise do tema, mas é uma tentativa de criar caminhos através dos

quais se possa perceber o protestantismo como coadjuvante na história da educação no Brasil, bem como analisá-lo enquanto uma visão de mundo alternativa à ideologia dominante no país, no século XIX.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	6
O QUADRO HISTÓRICO 1.1 - O PROTESTANTISMO NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
A TRAJETÓRIA DOS KALLEY.....	9
O PEREGRINO.....	12
O QUADRO DOS DOIS CAMINHOS.....	12
PURITANISMO E PIETISMO.....	14
A PERSONALIDADE DE SARAH.....	16
EXPERIÊNCIA MISSIONÁRIA NO BRASIL.....	22
CONCEITO (S) DE IDEOLOGIA.....	25
CAPÍTULO 2	25
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS	
CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL NO SÉCULO XIX.....	32
CAPÍTULO 3	32
BASES SÓCIO-HISTÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DO TEMA - UMA HISTÓRIA SÓCIO-CULTURAL	
BRASIL – COLÔNIAS DE EXPLORAÇÃO. E.U.A. – COLÔNIAS DE POVOAMENTO.	37
CAPÍTULO 4	37
QUADRO GERAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EDUCAÇÃO NOS E.U.A – ÊNFASE ECONÔMICA	
BRASIL – LEI DE TERRAS DE 1850.	40
USA – O HOMESTEAD ACT.	40
BRASIL – JESUITISMO.....	43
CAPÍTULO 5	43
QUADRO GERAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EDUCAÇÃO NOS E.U.A.	
USA – HERDEIROS DA REFORMA PROTESTANTE.	45
AS PERCEPTORAS PRECEPTORAS ALEMÃS.....	48
CAPÍTULO 6	48
EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PROTESTANTE NO BRASIL	
A EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES NO BRASIL.....	50

OS COLÉGIOS PROTESTANTES	51
Mackenzie College	52
O colégio piracicabano	52
AS ESCOLAS DOMINICAIS	54
Origem e desenvolvimento da escola dominical – breve síntese histórica	54
Origem da escola dominical – na Inglaterra e EUA.	54
A escola dominical no Brasil	55
Documento 01	56
Documento 02	56
CAPÍTULO 7.....	58
ANÁLISE DAS FONTES COM CONTEÚDOS DISCURSIVOS DE SARAH KALLEY ONDE HÁ INDÍCIOS DE SUA VISÃO DE MUNDO	
ANÁLISE DE FRAGMENTOS DE TEXTOS DIVERSOS:	59
Fonte Nº 01	59
Fonte Nº 02	60
Fragmento 1	60
Fragmento 2	61
Fragmento 3	61
Fragmento 4	61
Fonte nº 03	62
ANÁLISE DE FRAGMENTOS DE TEXTOS DO LIVRO “A ALEGRIA DO LAR”	64
Fonte Nº 04	64
CAPÍTULO I – ACERCA DA COZINHA.	65
CAPÍTULO II - ACERCA DO QUARTO DE DORMIR	66
CAPÍTULO III - ACERCA DAS SALAS	67
CAPÍTULO IV – ACERCA DAS JANELAS E EXTERIOR DA CASA	68
CAPÍTULO V - ACERCA DAS DESPESAS DA CASA	69
CAPÍTULO VI - ACERCA DO ASSEIO DO CORPO	71
CAPÍTULO VII - ACERCA DO VESTUÁRIO.....	72
CAPÍTULO VIII - ACERCA DO TRATAMENTO DOS DOENTES.....	73
CAPÍTULO IX - ACERCA DO TRATAMENTO DOS FILHOS	74

CAPÍTULO X - ACERCA DO MARIDO E DA MULHER	76
INTERPRETAÇÃO	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90
SOBRE O AUTOR.....	93

INTRODUÇÃO

No dia 18 de agosto de 2008, o apresentador do programa denominado “Jornal Nacional” da Rede Globo de Televisão, pedia desculpas publicamente à Igreja Batista, pelo fato de, no dia anterior, no programa jornalístico mencionado, ter sido divulgado erroneamente uma notícia a respeito da morte de um bebê em uma pia batismal, em seu templo. Dizia o “âncora” dessa emissora que “o fato havia ocorrido em uma Igreja Adventista do 7º dia, e não em uma Igreja Batista”.

Entendemos que o acontecimento acima mencionado não pode ser interpretado como um erro premeditado ou intencional, mas demonstra que a confusão a respeito das peculiaridades das religiões não católicas no Brasil, inclusive as de linhagem protestante, é comum, não somente no imaginário popular, mas até mesmo entre refinados programas jornalísticos, que passam pelo crivo de revisão de especializados jornalistas com alto padrão de formação. Poderemos dizer, além disso, que muitas vezes, até mesmo no meio acadêmico, o protestantismo não é bem delimitado ou caracterizado¹, motivo pelo qual, julgamos que, embora já existam inúmeros trabalhos nas ciências humanas que abordam esse tema, ainda é um assunto relevante.

O termo protestantismo, como observamos no relato jornalístico acima, pode gerar confusão se não for bem definido. No linguajar de classes populares usam-se termos como “crentes”, “glórias”, por exemplo, - para exprimir esse conceito. No meio acadêmico, majoritariamente essa terminologia é utilizada para designar os movimentos religiosos que se separaram do catolicismo romano, a partir da Reforma Luterana na Alemanha no século XVI.

Até o século XIX, esse termo abarcava todas as divisões deste movimento, ou seja, luteranos, calvinistas, batistas, metodistas, e suas nuances, porém, a partir do século XX, com o advento do pentecostalismo, foi necessário à academia adequar sua terminologia para definir com maior precisão cada nova fase do protestantismo.

Neste texto optamos pela utilização da expressão “protestantismo histórico”, tal como fez Maria Antônia Vieira Soares² por exemplo, para designar os movimentos oriundos diretamente da Reforma religiosa ocorrida no século XVI, e “pentecostalismo” para definir as novas formas de expressão do protestantismo, as quais enfatizam o Espírito Santo, terceira pessoa da Trindade.

O trabalho clássico de Weber (2004), “A ética protestante e o espírito do capitalismo” é uma obra teórica fundamental para compreensão do aparecimento do protestantismo no plano histórico das grandes transformações na Europa, provocadas pelo capitalismo na

1 - Observamos nos Censos do IBGE de 1940 a 2010 a constante mudança em relação a designação das diversas religiões protestantes no Brasil.

2 - SOARES, M.A.V. Religião e Integração Social: o pentecostalismo protestante e camadas populares no discurso da Igreja Universal do Reino de Deus em Bauru. Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia na FCL-UNESP em Araraquara, 2001.

Renascença. Ao associar a emergência da ética protestante com o espírito do capitalismo, Weber, não o faz de forma mecânica, mas sim desvendando “o espírito” de uma época, com todas suas nuances. Daí a expressão “protestantismo histórico”, reservada a presbiterianos, luteranos, metodistas, e outras denominações surgidas como decorrência daquele momento histórico. Já o trabalho de Maria Antônia Vieira Soares (2001) que faz um estudo do discurso da Igreja Universal do Reino de Deus em Bauru, refere-se ao pentecostalismo como outro tipo de protestantismo, com ênfase nas manifestações dos “carismas”.

No judaísmo, a festa de pentecoste, também conhecida como festa das semanas, festa das Colheitas ou Dia das Primícias, ocorria cinquenta dias após as comemorações da Páscoa. Essas festas eram agrícolas e aconteciam no período da colheita. Segundo as narrativas do Antigo Testamento³ (Êxodo: 23.14-17; 34.18-23), eram caracterizadas por uma celebração de inclusão, pois era permitido a participação de estrangeiros, pobres e demais excluídos da sociedade judaica.

Na língua grega a palavra pentecoste significa “cinquenta”, por isso a partir do ano 333 a.C. quando houve o domínio cultural grego e a helenização do Oriente, a festa das Semanas (também conhecida como festa das Primícias ou festa das Colheitas), passou a ser conhecida como “festa de pentecoste”.

Apoiada em Rolim (1985), Soares constata a origem da ideia de pentecostes e a origem histórica das denominações pentecostais da seguinte maneira:

[...] vem da ideia de pentecostes, fenômeno verificado depois que Cristo morreu e seus discípulos reunidos estabeleceram uma comunhão entre si e falaram línguas estranhas. Acreditavam que o cristão deveria passar por uma “segunda bênção” [...] que era chamado “batismo no Espírito Santo”, cujo sinal característico é o dom de línguas (glossolalia).” (SOARES, 2001, p.51).

E ainda, falando sobre as suas origens históricas, Soares afirma:

Os historiadores consideram que o ano de 1906 é o marco inicial do momento pentecostal moderno. Isto porque foi exatamente neste ano que ocorreu um estranho fenômeno religioso que abalou toda a cidade de Los Angeles, espalhando-se por todas as cidades americanas. Este fenômeno aconteceu quando várias pessoas estavam reunidas em oração, na Rua Azusa, conduzidas por um pastor batista. O objetivo destas reuniões era obter um sinal sensível, externo do Batismo no Espírito Santo. Foi quando um menino negro de apenas 8 anos começou a falar em línguas estranhas [...]”. (SOARES, 2001, p.52).

Antônio Flávio Pierucci, sociólogo especialista em religiões, entrevistado pelo jornal O Estado de São Paulo no dia 11 de fevereiro de 2007, no texto da página J3, ao analisar o caso específico do pentecostalismo no Brasil, para melhor compreendê-lo, subdividiu

3 - BIBLIA DE JERUSALÉM, Edições Paulinas, 1986, São Paulo.

esse movimento em três ondas distintas⁴. Para Pierucci, a primeira onda se dá com o surgimento da Assembleia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil, em que os fiéis não se envolviam em política, eram proibidos de participar dos sindicatos, as mulheres usavam roupas longas, e os homens, ternos. Na segunda onda, que se inicia nos anos de 1950, com a Evangelho Quadrangular e a Cruzada de Evangelização Nacional, a difusão religiosa adere ao uso do rádio e desenvolve ações públicas para se propagar de forma mais visível nas grandes cidades, sendo a grande novidade o marketing da cura, tornando-se este o grande diferenciador do pentecostalismo. A chamada terceira onda inicia-se nos anos 1970, com a teologia da prosperidade pregada por Edir Macedo à frente da Igreja Universal, e pelos bispos Sonia e Estevam Hernandes, da Renascer. A característica dessa nova etapa do movimento pentecostal passa a ser a valorização do sucesso financeiro, entendido como fruto da fidelidade a Deus. Oferecem também, além da vida após a morte, os dons do Espírito Santo, como uma experiência mística na qual o fiel mergulha numa esfera sagrada, rompendo parcialmente o seu estado de consciência. Considera Pierucci que esta terceira onda é a corrente pentecostal que vem crescendo mais rapidamente.

Vale observar que a valorização da prosperidade não pode ser analisada da forma como o fez Weber, ao associar a ética protestante ao espírito do capitalismo (Weber, 2004). No protestantismo do século XVII, há uma valorização do trabalho e da vida ascética, e o resto é sinal da graça divina. Já o neopentecostalismo (ou a terceira onda pentecostal, no entendimento de Pierucci) valoriza o sucesso financeiro, e este é entendido como uma recompensa pelo investimento que o fiel faz na Igreja através dos dízimos e da fidelidade às atividades eclesiais. A fidelidade à Igreja é entendida como generosidade e investimento. Pierucci comenta nesta entrevista:

Você dá dinheiro para a Igreja e quanto maior a tua generosidade, maior a tua recompensa. Isso nunca houve. É como se fosse uma aplicação, você investe na igreja e aguarda um retorno de Deus. Isso é uma invenção dos neopentecostais, uma grande mina de ouro. Eles descobriram uma maneira de fazer as coisas de uma forma que dificulta dizer que as pessoas estão sendo enganadas. Porque vão dizer que estão dando dinheiro porque querem, o advogado vai dizer "as pessoas estão dando livremente o dinheiro, ninguém está sendo coagido fisicamente, as pessoas abrem sua carteira porque querem". Há muitas ações na Justiça, mas quando se trata de religião, fica difícil provar que as pessoas estão sendo enganadas [...]". (PIERUCCI, 2007, P.J3).

Esta tese, no entanto, é uma pesquisa sobre o protestantismo histórico e descarta toda e qualquer onda de pentecostalismo na medida em que, apesar de ser um fenômeno

4 - Optamos pelas considerações de Pierucci não desconhecendo o fato de que a classificação dos movimentos pentecostais no Brasil em 3 ondas distintas já havia sido elaborada por FRESTON in: FRESTON, Paul. "Breve história do pentecostalismo brasileiro", In: ANTONIAZZI, Alberto (coordenador). Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo, Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-162. No entanto, Pierucci em sua entrevista explica as três ondas, sem quaisquer referências bibliográficas.

da contemporaneidade, não interessa à investigação aqui proposta, uma vez que no tempo histórico analisado neste trabalho (século XIX), ainda não havia essa ramificação no protestantismo.

Estas considerações iniciais⁵ ajudam a compreender o contexto diferente desta pesquisa histórica e sua tangência na educação escolar no Brasil. O que propomos é a análise dos documentos que apontam para uma visão de mundo racional e moderna do casal Kalley, expressa em seu trabalho missionário e educativo no Brasil na segunda metade do século XIX, unindo educação e missão, estratégia facilitadora para a penetração na cultura brasileira de uma visão de mundo racional e protestante.

Se, no nosso trabalho de mestrado, restringimo-nos a análise do conteúdo discursivo das letras dos hinos compostos por Sarah Kalley, observando neles marcas do puritanismo e pietismo, na pesquisa de doutorado fomos além - buscamos nas fontes primárias alguns indícios que ajudassem a compreender melhor esse conteúdo. Para isso utilizamos fontes primárias (documentos) e secundárias (bibliográficas) os quais nos apontaram indícios para o entendimento da visão de mundo que os personagens protestantes aqui estudados legaram em sua atuação educacional e missionária.

Não buscamos uma história apenas factual (embora baseada em arquivos). Nossa preocupação foi uma compreensão dialética, através da qual pudéssemos situar as diferenças entre a educação escolar marcada pelo jesuitismo e a educação escolar voltada para a expansão da doutrina protestante. Não trabalhamos, portanto, com uma hipótese adrede, preparada para servir como instrumento heurístico. Tentamos apenas compreender processos. E nesse sentido, o conceito de Ideologia como visão de mundo, segundo encontramos nos escritos de Gramsci, explicitado na parte teórica, foi nossa principal “ferramenta” de descobertas.

Para obter fontes primárias, além das bibliográficas, realizamos pesquisa nos seguintes arquivos: 1) arquivo da Catedral Evangélica de São Paulo, sito à rua Nestor Pestana 162, Consolação, São Paulo. (Esta Igreja, por ser a Igreja Evangélica mais antiga do Estado de São Paulo, possui um Centro de Documentação contendo atas da formação das primeiras Igrejas Evangélicas do Estado de São Paulo e, também, diversas publicações do final do século passado como jornais, revistas, semanários, dentre outros). 2) arquivo da Igreja Cristã Evangélica em São José dos Campos. Esta Igreja é a Segunda Igreja Evangélica do Brasil e mantém um arquivo específico sobre a vida dos Kalley, primeiro casal de missionários evangélicos que se estabeleceram no Rio de Janeiro. 3) arquivo da Igreja Cristã Evangélica do Rio de Janeiro, também denominada Igreja Fluminense. Esta Igreja foi a primeira Igreja evangélica em solo brasileiro, fundada em 1855 pelo casal Robert Kalley e Sarah Kalley e contém os principais documentos e relíquias da história do protestantismo

5 - Consideramos eu e minha orientadora ser necessário explicar o neopentecostalismo para evitar confusões entre duas visões de mundo muito diferentes que se misturam em muitas avaliações.

brasileiro. 4) arquivo da Catedral Evangélica do Rio de Janeiro. Esta foi a primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, fundada em 1859 por Ashbel Green Simonton, primeiro missionário presbiteriano enviado ao Brasil. 5) Centro de Documentação do Seminário Teológico Presbiteriano Independente de São Paulo, o primeiro Seminário Evangélico do Brasil. 6) Centro de Documentação do Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas. No passado, o prédio onde funciona esse Seminário Teológico abrigou o Colégio Internacional, uma das experiências educacionais dos presbiterianos no Brasil.

O QUADRO HISTÓRICO 1.1 - O PROTESTANTISMO NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O termo protestantismo, como já dissemos, é insuficiente para designar todas as denominações religiosas, advindas da reforma religiosa ocorrida no século XVI. Da ruptura religiosa luterana, na Alemanha, e da implantação da doutrina calvinista, na Suíça, à chegada do protestantismo nos Estados Unidos da América e no Brasil, houve um longo itinerário marcado por grandes divergências de doutrinas, teologias e ideologias. Essas divergências resultaram em inúmeras denominações religiosas que formaram o protestantismo histórico.

No caso específico do Brasil, por se tratar de um país majoritariamente católico romano, tem-se uma visão distorcida das denominações protestantes, chegando-se até a confundi-las entre si, muito embora haja diferenças entre elas. No entanto, cada qual, apesar de uma mesma raiz histórica (a Reforma Luterana), tem suas diferenças de doutrinas, sistemas de governo e liturgias.

A história da inserção do protestantismo no Brasil e a sua estratégia de penetração em um país de cultura monárquica e católica pode ser entendida a partir de múltiplos pontos de vista, os quais dependem, dentre outras coisas, da formação acadêmica do pesquisador e de sua confissão religiosa. Há inúmeras fontes em arquivos de Igrejas, seminários, escolas confessionais, que precisam ser exploradas e/ou vistas com novos olhares.

O primeiro historiador do protestantismo brasileiro, desvinculado de uma visão denominacionista, foi Leonard¹. Esse historiador do protestantismo recupera em sua obra “O Protestantismo brasileiro”, a transposição de vários tipos de protestantismos que vieram ao Brasil, principalmente via Estados Unidos da América, e a maneira como se configuraram no Brasil, tomando características peculiares, diferentes dos diversos tipos de protestantismos da Europa e dos EUA.

Ribeiro², um dos presidentes da Igreja Presbiteriana do Brasil, também produziu pelo menos dois importantes trabalhos sobre esse tema. No primeiro, intitulado “Protestantismo no Brasil Monárquico”, faz um resgate histórico da penetração dos protestantes e suas dificuldades legais no Brasil monárquico, pois na época o país era oficialmente católico. Transcreve nesta obra o texto da ata do presbitério americano, que relata os objetivos do envio do primeiro missionário presbiteriano ao Brasil:

1 - LEONARD, E.G. O protestantismo Brasileiro. Editora ASTE, São Paulo, 1981.

2 - RIBEIRO, B. Protestantismo e Cultura Brasileira. São Paulo, Pioneira, 1976.

Talvez jamais tenha havido época mais oportuna que esta para agirmos. É certo que o catolicismo romano é a religião oficial do país, mas o governo é liberal, e também o é grande parte das classes mais inteligentes; ao mesmo tempo a tolerância religiosa é garantida por textos legais [...] seus primeiros objetivos serão: explorar o território, verificar os meios de atingir com sucesso a mente dos naturais da terra e testar até que ponto a legislação favorável à tolerância religiosa será mantida (RIBEIRO, 1976, p. 17).

No segundo, denominado “Protestantismo e Cultura Brasileira”, Ribeiro aborda especificamente a formação da doutrina protestante no Brasil. Também elenca algumas experiências de construção de escolas confessionais protestantes.

Além de Leonard e Ribeiro, outro autor digno de menção é Antonio Gouveia de Mendonça³. Em seu livro “A Inserção do Protestantismo no Brasil”, faz um trabalho de cunho sociológico, cuja preocupação foi demonstrar que o protestantismo se inseriu no Brasil em um momento oportuno (fator que determinou seu sucesso e avanço), usou a estratégia missionária de construção de escolas e seguiu a trilha de expansão cafeeira.

[...] a estratégia americana usou a educação através dos colégios protestantes preparando caminho para as marchas das igrejas. Os missionários, além de evangelistas, desempenharam papel de professores, e as empresas missionárias incluíam mulheres especialistas em educação como parte deste empreendimento missionário. Algumas destas conquistaram reconhecimento na educação brasileira, como Carlota Kemper, Márcia Brown e Martha Watts (MENDONÇA, 1986, p. 93).

Mendonça (1986) também observa que há dois tipos de inserção protestante no Brasil: a) o protestantismo de imigração, formado pelo grupo de protestantes que se instalaram no Brasil, fruto de imigração de comunidades europeias (os alemães luteranos, os anglicanos ingleses, por exemplo), e b) o protestantismo de missão, que são os ramos das denominações protestantes históricas oriundas dos EUA (tanto do sul que é mais conservador como a do norte que é mais progressista) que chegaram ao Brasil no século XIX, através de um trabalho com finalidades missionárias, furando os bloqueios do catolicismo que era a religião oficial da monarquia, segundo a Constituição de 1824 que legitimava o sistema do padroado.

Embora muitos trabalhos tenham sido produzidos até o presente momento sobre educação e protestantismo, a maioria deles enfatiza as experiências dos colégios protestantes instalados no Brasil no final do século XIX. Entendemos que é preciso realizar mais estudos de caso sobre as pequenas experiências de educação escolar dos protestantes, para compreender melhor o universo dessa ideologia religiosa e educativa.

Sobre a implantação de escolas protestantes no Brasil, no final do século XIX, temos algumas obras produzidas nos últimos anos sobre pequenas e grandes experiências educacionais protestantes no século XIX.

3 - MENDONÇA A.G. O Celeste Porvir – A inserção do protestantismo no Brasil, Paulinas, São Paulo, 1986.

Hilsdorf⁴ (1977), em seu trabalho de mestrado apresentado à USP, divide essas experiências em grandes escolas, referindo-se ao *Mackenzie College* (hoje Universidade Mackenzie) fundado em 1870, e ao Colégio Internacional (hoje Seminário Presbiteriano de Campinas) fundado em 1873. Nesse trabalho, além do fato já mencionado dos grandes colégios e pequenas escolas missionárias, essa autora diferencia estratégia dos protestantes da prática de evangelização direta e indireta. A estratégia direta para essa autora seria a prática de proselitismo, ou seja, à meta de conversão do povo brasileiro ao protestantismo. A evangelização indireta seria a prática de “conversão da cultura”, e não a religiosidade apenas. A introdução de escolas seria uma estratégia da evangelização indireta. Neste aspecto contavam com o apoio dos liberais e republicanos que pretendiam uma inovação na cultura brasileira em uma época de transição da monarquia para a república.

Albino⁵ (1993) também escreve uma dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo sobre o Colégio Internacional de Campinas (1873). Nesse trabalho interpreta os objetivos dos pastores e missionários fundadores desta empreitada, a saber, Eduardo Lane e George Nash Morton. Esse autor utiliza a categoria sociológica weberiana de “tipos ideais”. Para ele, o colégio tinha o propósito das elites campineiras - a formação de cidadãos nos preceitos liberais e democráticos. Tinha também o objetivo de formar líderes do projeto da Igreja presbiteriana do Brasil. Esse segundo objetivo se tornou uma contradição, pois os ideais de proselitismo colidiam com a liberdade religiosa. Considera Albino que essa contradição foi muito bem trabalhada, pois: “Morton utilizou um discurso político cultural perante a intelectualidade campineira, a qual vislumbrou no colégio uma proposta de civilização pautada no liberalismo, enquanto Lane soube realizar um discurso religioso e missionário para a Igreja Presbiteriana americana ao vender a ideia de que o colégio funcionaria como uma estratégia de transmissão dos preceitos protestantes”. Esse autor concluiu que “interesses de componentes sociais se fundem, se sobrepõem e sofrem desfigurações, em nome do relacionamento que mantém sua existência. No entanto, cada segmento preserva explícita ou implicitamente, o seu jeito particular de ser”.

Sobre a experiência de pequenas escolas missionárias, temos a dissertação de mestrado de Figueiredo⁶ (2001) versando sobre as escolas paroquiais da Igreja Presbiteriana de Brotas, principalmente sobre educação, coeducação e gênero, dando ênfase no papel de mulheres missionárias.

Não encontramos, até o presente momento, um trabalho que abordasse

4 - HILSDORF, M.L.S. – Escolas Americanas de Confissão Protestantes na província de São Paulo: um estudo de suas origens. São Paulo 1977. Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

5 - ALBINO, M. Protestantes em Campinas: a história de um colégio de confissão presbiteriana (1869-1892). São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado em História apresentado a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

6 - FIGUEIREDO, E.R. As Escolas paroquiais protestantes em Brotas no final do século XIX. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar apresentado na UNESP de Araraquara, 2001.

especificamente “protestantismo e educação”, analisando a experiência do casal Kalley (Robert e Sarah Kalley). Esse fato nos motivou a eleger como tema desta tese a atuação desse casal na educação, usando-a dentro de um projeto missionário.

A história oficial e mesmo outras correntes privilegiam os dominantes ou os grupos numericamente significativos. No entanto, estamos em vias de compreender os excluídos da história. Nesse sentido, o protestantismo, apesar de ser hoje fortíssimo, graças à influência dos Estados Unidos como maior potência econômica da Terra, foi na história do Brasil vítima dos bloqueios decorrentes da monarquia, que não separava Religião e Estado. Precisamos hoje compreender como alguns personagens “furavam” ou tentavam furar esse bloqueio, deixando seus nomes gravados na história, através de documentação significativa. O caso dos Kalley é emblemático dessa visão dos vencidos, e este estudo é relevante para mostrar o papel que desempenharam, apesar das restrições que sofriam.

Segundo Reily⁷ (1984), Robert Kalley, natural de Glasgow, Escócia, médico e missionário voluntário, foi com sua esposa Sarah, para Ilha da Madeira, em trabalho de evangelização. Após serem perseguido pela intolerância religiosa, fugiram para os Estados Unidos. Por não se adaptarem ao clima frio de Illinois, ambos vieram para o Brasil, facilitados pela amizade com o Imperador D. Pedro II. Em 10 de maio de 1855, chegaram ao Brasil e fundaram em Petrópolis, em 19 de agosto do mesmo ano, uma escola dominical. Em 1871 realizaram um projeto de modernização dessa primeira escola dominical e em agosto de 1872 implantaram uma escola secular denominada de “Escola Diária”. Também, como estratégia para energizar as ações educativas, quer secular, quer religiosa, os Kalley, entre os anos 1860 e 1890, compõem vários hinos, os quais serão incorporados no primeiro hinário evangélico no Brasil. Esse hinário foi utilizado por várias denominações protestantes no Brasil. Também, dentre os hinos, alguns foram compostos especificamente para serem cantados em escolas confessionais protestantes. Nas letras desses hinos, podemos detectar a visão de mundo dos autores. (cf. LIMA NETO, 2003).

Assim, podemos afirmar que o projeto e as ações dos Kalley no Brasil, na segunda metade do século XIX, podem ser entendidos não somente como estratégia de divulgação de fé, nem um trabalho educacional visando a formação de cidadãos liberais, e aproveitando o momento histórico de transição da monarquia para a República. Temos a percepção que houve uma ação planejada a partir de um “tripé estratégico” missionário: a) divulgação de sua fé (crer), materializada na fundação da primeira escola dominical no Brasil, b) divulgação de sua visão de racionalidade e modernidade (ensinar), através da fundação da “Escola Diária” citada neste trabalho, e c) potencialização da transmissão de sua visão de mundo através de composição de hinos (sentir).

7 - REILY, D.A. História Documental do Protestantismo no Brasil, Editora ASTE. São Paulo, 1984.

A TRAJETÓRIA DOS KALLEY

Para compreender a visão de mundo racional e moderna trazida pelo casal Kalley através de sua ação missionária no Brasil, necessário se torna, antes da análise dos textos que constam no capítulo 6, realizarmos um resgate da história de vida destes personagens. Muito embora tratamos de uma visão, em tese, única e coletiva do casal, enfatizaremos nossa análise nos textos produzidos por Sarah Kalley, a qual elegemos como protagonista dessa ideologia, tendo atuado como missionária e educadora juntamente com seu marido no Brasil, no final do século XIX. Interpretar esses escritos não se faz somente com análise de conteúdo discursivo, mas também com um fundo histórico que ajuda compreender o que Pêcheux⁸ chama de “entremeios”⁹. Para isso, além de uma exposição sintética do contexto histórico do Brasil no século XIX, é imprescindível uma breve síntese histórica da vida dessa personagem, objeto desta tese.

Basicamente esta síntese histórica foi resultado da consulta em duas fontes: 1) o livro “Lembranças do passado”, de José Gomes da Rocha¹⁰, filho adotivo do casal Kalley e 2) o livro “Sarah Kalley” de autoria de Douglas Nassif Cardoso (2005)¹¹, o qual, além de outros, também usou o texto de José Gomes da Rocha como principal referência para produzir uma biografia desta educadora.

Ambos os textos relatam o fato que Sarah, nossa protagonista, é descendente de huguenotes¹². Cardoso (2005) observa que o sobrenome materno Morley é uma derivação da palavra Morlaix, cidade francesa onde residiam os ancestrais de Sarah. Sua família era francesa e refugiou-se na Inglaterra em 1685 para buscar asilo, devido ao fato de terem sido perseguidos pelo catolicismo e pelo rei da França através de um decreto real, uma vez que haviam aderido ao protestantismo.

No período em que residia na França, a família ancestral de Sarah, segundo a tradição huguenote, desenvolveu estratégias para resistir às perseguições que sofreram da Igreja oficial. Dentre essas estratégias havia a prática do culto doméstico, uma forma de sobrevivência de uma religião não oficial na clandestinidade. Já na Inglaterra, essa prática, muito embora não houvesse mais necessidade, fora preservada pela tradição familiar. Os pais de família eram exortados a celebrar três vezes por dia o culto doméstico, e a consagrar pelo menos duas horas às devoções no domingo.

8 - MICHEL PÊCHEUX. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. Editora Unicamp. Campinas 1998.

9 - Pêcheux ao elaborar um método de análise do discurso não considera somente as regras linguísticas e formas literárias, mas também o contexto sócio histórico onde o discurso é produzido.

10 - ROCHA, J.G. Lembranças do Passado. Centro Brasileiro de Publicidade. Rio de Janeiro, 1946.

11 - CARDOSO, D. N. “SARAH KALLEY, MISSIONÁRIA PIONEIRA NA EVANGELIZAÇÃO DO BRASIL”. São Bernardo do Campo: Ed. Do Autor.

12 - Essa designação era utilizada para se referir aos protestantes que viviam na França em meados do século XVI os quais foram perseguidos por Luís XIV. Nas regiões da Alsácia e Moselle eram majoritariamente calvinistas, e em Montbéliard eram majoritariamente alemães luteranos

Além do culto doméstico, a tradição musical dos huguenotes era uma marca de suas reuniões e até nas suas atuações em campos de batalha. Esses cânticos eram extraídos dos Salmos bíblicos, e eram usados não somente nos espaços público, mas também na vida privada cotidiana.

Cardoso (2005) observa também uma terceira estratégia de tradição huguenote que foi a prática de distribuição de Bíblias e tratados religiosos. Segundo os relatos consultados, dos textos mencionados no início deste capítulo, muitos huguenotes foram martirizados e queimados em estacas, inclusive ancestrais de Sarah, como Mace Moreau, em Troyes e Jean Joerry, em Toulouse, pela prática de distribuição de Bíblias e tratados religiosos.

É importante salientar que Sarah é descendente de familiares que além de huguenotes também possuíam fortes laços com o movimento puritano, motivo pelo qual faremos as considerações a seguir.

Segundo Mendonça (1986) o puritanismo tem origem na Inglaterra em um momento em que ocorria a Reforma da Igreja Anglicana inglesa, que estava adotando os princípios doutrinários do calvinismo, objetivando a manutenção da unidade política da Monarquia. No entanto, Henrique VIII e sua filha Elisabeth I mantiveram o sistema tradicional hierarquizado mantendo os costumes litúrgicos dos anglicanos. Sobre esse momento, Mendonça citando o historiador Robert Hastings Nichols comenta que os puritanos:

Insistiam por que (sic) o culto da igreja inglesa se libertasse de muitas coisas que os desagradavam, vestimentas e aparatos que tinham sido conservados da velha ordem medieval. Opunham-se ao governo da Igreja pelos bispos. Muitos deles pugnavam pela forma de governo presbiteriana. Alguns queriam que a congregação de cristãos fosse independente, sem estar sujeita a qualquer governo geral pelo que foram chamados independentes e, depois, congregacionalistas¹³ (MENDONÇA, 1986, p. 35).

Esse grupo de pessoas que militavam contra as intenções da Monarquia Reformada de manter moldes de governo anglicano (governo centralizador) passou a ser conhecido como “partido puritano”. Defendiam a disciplina severa contra clérigos e leigos cuja conduta moral não satisfizesse aos padrões rígidos do modelo genebrino calvinista. Alcançaram vitórias e moldaram o sentimento e o ideal religioso e político de luta do povo inglês, em favor de um governo constitucional representativo. Durante os reinados de Tiago I e Carlos I, muitos deles migraram para a América e também influenciaram a formação nacional daquele povo.

É importante ter a compreensão do puritanismo como um fenômeno sócio religioso ocorrido dentro do processo histórico da irradiação dos ideais da Reforma protestante. Para

13 - A expressão congregacionista não pode ser confundida com a Congregação Cristã no Brasil, que fez parte na primeira onda de movimento pentecostal no Brasil, já explicado na introdução. Aqui “congregacionista” significa as igrejas com doutrina reformada cujo modelo de governo era local, não jurisdicionada a uma igreja federativa ou atrelada a uma monarquia nacional.

isso, além dos fatos e acontecimentos, é necessário conhecer algumas obras “clássicas” do protestantismo que apontam, segundo Mendonça (1986), o “spectrum do puritanismo”¹⁴. Dentre essas obras, elencamos pelo menos duas: a primeira é uma obra literária, denominada “O Peregrino”, escrita pelo teólogo João Bunyan e amplamente divulgada no meio puritano, servindo até de guia para as escolas dominicais, inclusive no Brasil.

Outra obra é de caráter iconográfico, denominada “O quadro dos dois caminhos”, de autor desconhecido, circulou amplamente nas famílias protestantes, inclusive no Brasil. Ainda hoje é possível encontrar um de seus exemplares em antigas famílias protestantes no Brasil.

O PEREGRINO

Segundo Mendonça (1986), essa obra de João Bunyan (1678) traz a marca do tipo ideal que os puritanos deveriam formar no mundo. Em seus relatos nessa obra, a vida do ser humano é mostrada como uma caminhada difícil em direção a cidade de Deus. Trilhando essa caminhada, o cristão vivencia experiências diversas: provações, dificuldades, tentações, pelo fato de ter optado pelo caminho estreito. A dificuldade da caminhada, no entanto, é opção do próprio cristão. Caso tivesse feito opção pelo caminho largo, ao invés de sofrimento, o caminhante teria alegrias, prazeres, porém o resultado final seria o sofrimento eterno no inferno

O QUADRO DOS DOIS CAMINHOS

Esse quadro chegou ao protestantismo brasileiro e provavelmente sofreu alterações no decorrer da história, pois, encontramos inúmeras nuances de suas edições que apresentam detalhes diferenciados, bem como indícios de modificações introduzidas de sua ideia original, percebidas por imagens extemporâneas e fora do lugar. Esse quadro impresso a seguir caracteriza em linguagem iconográfica o “*spectrum*” do puritanismo apresentado acima. Em nosso trabalho de mestrado, fizemos as seguintes considerações:

No quadro se observam duas portas que levam a dois caminhos, um conduz à morte e outro à vida. Diferentemente de uma obra literária, o visual do quadro mostra realidades concretas do significado de cada um dos caminhos, de acordo com a prática de vida cotidiana da época. No lado do caminho estreito está a Escola Dominical, a sociedade dos Diáconos, a tenda e o encontro com Deus no Paraíso. Curiosamente não há a figura da igreja (templo) no lado estreito. No lado do caminho largo estão o teatro, o salão de baile, as casas noturnas e curiosamente o trem. Por que o trem? Se é possível compreender as causas das coisas já mencionadas no lado do caminho largo que conduzem a morte, torna-se um pouco obscura a compreensão

14 - Terminologia usada por Mendonça (1986).

da figura do trem. Que mal há no trem? (...) O trem, para a época poderia simbolizar o início da urbanização, da revolução industrial, da troca do tipo de vida das pessoas que saíam da rotina cotidiana, inclusive da frequência às igrejas, e introduziria a humanidade em um processo contínuo e acelerado de desenvolvimento que concorreria com as ofertas espirituais da Igreja. Essas ofertas despertariam o prazer, e o prazer, se contraporía aos desejos piedosos". (LIMA NETO, 2003, p. 78.).

Hoje, com um olhar mais crítico e amadurecido, observamos alguns detalhes, como a improcedência da imagem do trem ser original, pois a Revolução Industrial ocorreu um século após a produção deste quadro. Este fato mostra que provavelmente houve uma versão original, e ao longo da história, foi acrescida, mantendo o espírito do puritanismo e introduzindo novas imagens de novas realidades associadas ao "caminho largo". Outro detalhe, observado a posteriori, mencionaremos neste trabalho e sugeriremos aos pesquisadores do futuro, uma vez que não é esse o foco de nossa tese: o olho dentro do triângulo equilátero, encontrado também na nota de um dólar e símbolo da maçonaria e que aparece no quadro no campo superior na figura 1.

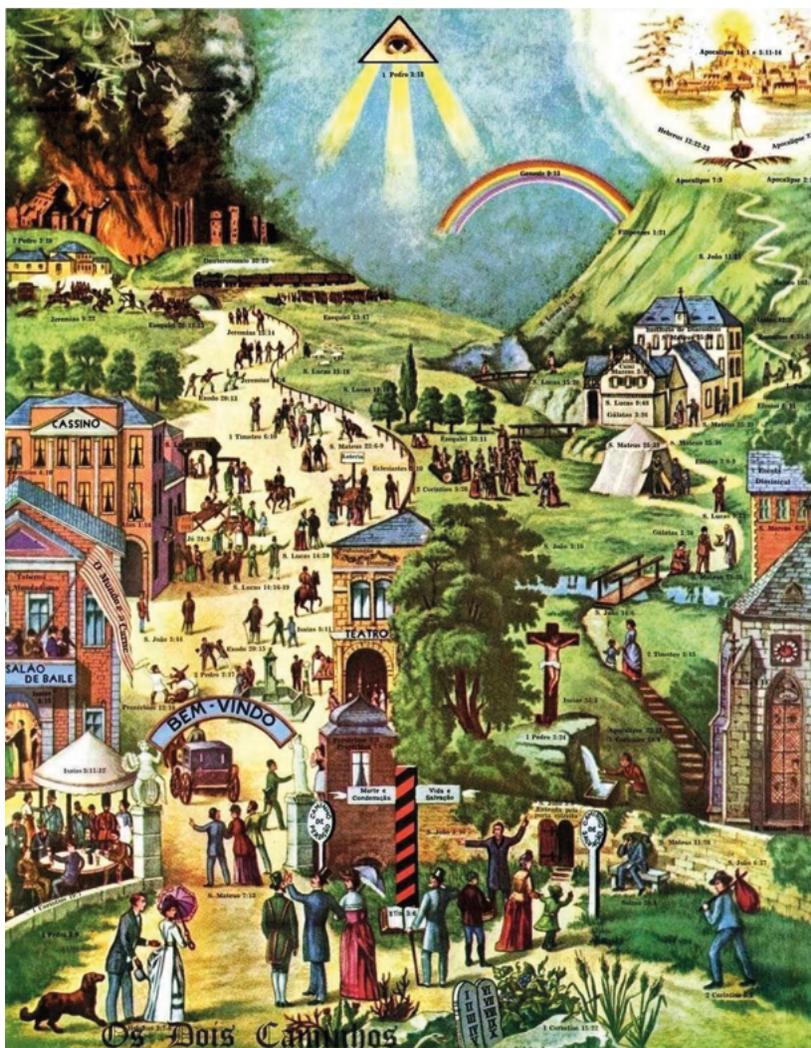


Figura 1. **Antigo Quadro - os dois caminhos** - Extraído do: [blog pointhema.blogspot.com/antigo-quadro-os-dois-caminhos](http://blog.pointhema.blogspot.com/antigo-quadro-os-dois-caminhos).

PURITANISMO E PIETISMO

Os conceitos de puritanismo e pietismo muitas vezes são confundidos. Em tese, ambas as práticas são propostas de conduta de vida de acordo com a moral cristã, segundo o olhar de uma ética protestante. Diferem-se em um detalhe histórico. O puritanismo é uma imposição eclesial, como já dissemos, baseada em uma unidade institucional eclesial. Já o pietismo historicamente se desenvolveu a partir de práticas voluntárias e sentimentalistas.

Muito embora a definição de pietismo seja um tanto quanto difícil, inclusive historiadores como Bengt Hangglund observam dificuldade em defini-lo, sendo possível apenas algumas conjecturas quanto à sua origem, pode-se considerá-lo como oriundo

no luteranismo pós-Lutero (pietismo alemão), fruto de uma insatisfação religiosa e uma posição dialética face ao intelectualismo e ao clericalismo. Seria uma apropriação voluntária, sentimental do sagrado sem a intermediação eclesial institucional e sem ajuda de fatores de ordem epistemológica, relacionado na prática com o puritanismo no que tange à busca de uma conduta moral irrepreensível, diferenciando-se, porém, no que tange à possibilidade de alcançar essa meta. Grosso modo, podemos dizer, parafraseando Foucault, que o puritanismo é um sistema de santidade imposta eclesialmente e controlado por um sistema de “vigilância e punição” de pecados. Já no pietismo essa meta é alcançada voluntariamente, sentimentalmente, sem intermediação institucional, nem religiosa. A obra clássica da teologia protestante que nos sinaliza sua categorização histórica e sociológica é *“Pia Desideria”*, ou desejos piedosos, do teólogo Spener. Segundo LIMA NETO (2003, p.80 e 81):

Essa obra, composta pelo pastor e teólogo Phillippe Jacob Spener, em 1675, na realidade é uma crítica a uma situação real percebida das instituições cristãs pelo autor. Essa crítica, apesar de não trazer explícita a idéia dos dois caminhos (como na Obra de Bunyan, O Peregrino, e o Quadro dos dois caminhos), implicitamente mostra a opção do cristianismo reformado pelo caminho largo. Ao se fazer opção não pela vida piedosa, a igreja reformada se igualou às demais instituições que se desviaram para o caminho largo. O autor divide a sua crítica por estamentos (o político, o clerical, e o civil), bem como propõe uma reforma da Reforma, inclusive usando a educação como estratégia. Entende que o espírito da Reforma era puro, e seu propósito seria o resgate do cristianismo primitivo. Considera a Igreja católica e o papismo como um desvio do cristianismo e do caminho estreito, e o movimento reformado como uma tentativa de retorno a esse caminho; porém, em pouco tempo os propósitos reformados teriam sido desvirtuados e corrompidos, havendo a necessidade de uma nova reforma, desta vez não uma reforma doutrinária, mas uma reforma na prática de vida do estamento político, do clero e da sociedade civil. Faz propostas, após suas críticas, dentre as quais a formação de lideranças, desde as escolas até as universidades, onde o clero seria formado. (LIMA NETO, 2003, 80 e 81).

Cardoso (2005) faz um resgate histórico com mais detalhes deste fenômeno sócio religioso. O surgimento do movimento puritano inglês, segundo ele, data dos anos 1558-1603, quando do reinado de Elizabeth I. Esse movimento leva essa nomenclatura pelo fato de seus adeptos almejarem “purificar” as marcas do catolicismo romano presentes na Igreja Anglicana. Embora a igreja oficial da monarquia inglesa já estivesse desvinculada de Roma desde os tempos de Henrique VIII, preservava ainda as tradições do catolicismo romano. O puritanismo provocará um conflito entre o clero e a corte, em virtude da tradição ritualística e sacramental que a Igreja anglicana inglesa manteve como herança do catolicismo.

Além dessa característica, o puritanismo impôs a seus adeptos uma conduta de vida pautada na rigidez advinda das doutrinas calvinistas, principalmente a ênfase na soberania de Deus. Exemplo claro deste fato foi a disciplina característica dos puritanos, a qual

enfocou a conversão pessoal e as dificuldades da vida cristã, muito bem tipificada na obra John Bunyan, intitulada “O Peregrino”¹⁵, comparando a vida terrena a uma peregrinação.

Reconhecemos a rigidez do puritanismo, seus preconceitos e a repressão decorrentes, registrados pela História das lutas religiosas que acabou conferindo ao termo puritano, uma forte conotação negativa. O que nem todos sabem, no entanto, e que já explicamos detalhadamente em nosso trabalho de mestrado, é que há o pietismo, uma corrente humanizada e suave que vai justamente impregnar a obra de Sarah Kalley.(cf. LIMA NETO, 2003).

O puritanismo também incentivava os cristãos a se organizarem em associações voluntárias e comunidades independentes dos ditames do Estado, fazendo nítida separação entre Igreja e Estado, defendendo o Estado laico, pois o entendimento que se tinha da relação entre Deus e seu povo poderia entrar em conflito com as políticas de Estado, bem como com as tradições das Igrejas oficiais.

Tanto o puritanismo na Inglaterra como o presbiterianismo na Escócia nasceram da mesma raiz, pois ambos tiveram forte influência do calvinismo. No entanto, na Revolução Inglesa, houve um conflito entre os propósitos de puritanos e seus grupos independentes, e presbiterianos (que também eram calvinistas), pois na Inglaterra, de maneira semelhante ao modelo escocês, os presbiterianos almejavam organizar uma Igreja Nacional sólida, e os puritanos, nas suas diversas divisões e movimentos independentes, pretendiam implantar um modelo de liberdade religiosa, com total separação entre Igreja e Estado.

O projeto puritano foi derrotado na Inglaterra, que optou por um modelo de Igreja Nacional, e vinculada ao Estado, porém, veio a ser vitorioso na colonização da América do Norte e marcou fortemente a formação moral e política dessa nova nação americana, contribuindo para a sua democracia religiosa.

Todas essas considerações não são somente para fazermos uma história do movimento puritano e suas diferenças com as igrejas institucionais, mas para elucidarmos a visão de mundo que a nossa personagem adquiriu durante a sua história de vida que contribuiu na sua formação moral e religiosa. Essa história de vida tangenciará com a história das resoluções dos conflitos nacionais e religiosos da monarquia nacional inglesa, das perseguições religiosas ocorridas nos tempos pós Reforma e os interesses dos Estados Nacionais europeus de manter unidade política, ideológica e religiosa, entre Estado e Igreja. Já fizemos considerações sobre a origem huguenote e suas marcas, bem como alguns elementos do puritanismo, os quais são essenciais para fazermos ponte com a nossa personagem.

Muito embora perdedores no projeto de igrejas independentes na Inglaterra, pois esta nação optou por uma Igreja Nacional e oficial, o puritanismo deixará marcas na cultura

15 - BUNYAN, John. O Peregrino (1678), Editora Mundo Cristão, São Paulo, 2006.

religiosa do povo inglês, no que tange às suas atitudes. Defensores do direito de liberdade de consciência e de livre interpretação da Bíblia, os puritanos advogavam também o direito de ter uma visão particular e sua percepção pessoal de como se relacionar com Deus. Essa visão de mundo fará que o religioso inglês tenha características do puritanismo, como a sobriedade, constância emocional e moral, autocontrole, não admitindo brincadeiras, comportamentos excêntricos e até mesmo censurando o teatro. Este comportamento estimulava um individualismo exacerbado, tendo em vista que era considerado deselegante e imprudente compartilhar necessidades ou sentimentos pessoais em encontros sociais.

A PERSONALIDADE DE SARAH

Segundo Cardoso (2005), os ancestrais de Sarah, fugindo da França, se fixam na cidade de Nottingham, há 200 quilômetros de Londres, em uma aldeia rural chamada Sneiton, subúrbio de Nottingham.

Os Morley, eram reconhecidos pela honestidade tanto em Nottingham como em Londres, por serem homens confiáveis talvez pela tradição huguenote, ou por terem características puritanas, fazendo parte dos homens de negócios que pertenciam as igrejas livres. A riqueza da família, advinda da habilidade nos negócios, era associada ao fato de participarem das práticas filantrópicas e por estarem envolvidos em obras assistenciais e projetos missionários. Pertenciam a conselhos de várias entidades missionárias e beneficentes, tornando-se assim conhecidos na sociedade inglesa.

Essa pluralidade de ações fazia parte do imaginário puritano, pois o cumprimento do dever profissional era entendido como uma forma de religiosidade, e o desempenho individual expressava virtude e evidenciava a vocação para o trabalho como sinal de salvação divina.

Devido à revolução industrial inglesa, e conseqüentemente ao crescimento das cidades, as populações rurais migraram para as áreas fabris, causando a piora da qualidade de vida, bem como riscos humanos e ambientais. O estado Inglês não estava preparado para atender às necessidades que surgiram a partir desse fato histórico provocando debilidades nos setores de educação, saneamento, habitação, dentre outros. As atividades filantrópicas, movidas por sentimentos religiosos, suprimiram essa carência que deveria ser iniciativa de uma ação governamental.

Os familiares paternos e maternos de Sarah eram industriais têxteis. Como pertencentes à classe dominante praticavam a filantropia como era comum aos adeptos do pensamento calvinista, pois dentro do inconsciente coletivo religioso inglês, o sucesso dos negócios era sinal da aprovação e bênção divina, sendo dever daqueles que prosperavam demonstrar gratidão a Deus pelos acúmulos de riquezas obtidas em seus negócios, através da realização de obras de caridade.

Podemos chegar a algumas conclusões primárias sobre o itinerário de Sarah. Nascida em 25 de maio de 1825 na região leste da cidade de Nottingham, Inglaterra, filha de Willian Wilson e Sarah Poulton Morley, a personagem, cuja obra é objeto de análise em nossa tese, fora criada pelos seus tios e avós maternos, pois sua mãe falecera 4 dias após o seu nascimento, fato que não mudaria o seu contexto de infância, uma vez que seus familiares paternos tinham as mesmas características social e religiosa. Seus familiares maternos, os Morley, não se diferenciavam dos familiares paternos, pois ambas as famílias eram abastadas e industriais têxteis e oriundos de movimentos religiosos congregacionais caracterizados por associações religiosas livres e estilo de vida puritano

Cardoso (2005) também faz algumas considerações relevantes sobre o estereótipo da mulher na sociedade inglesa que era o de “boa esposa e dona de casa”. Segundo ele:

Quando a mulher rejeitava este papel e “invadia” o espaço público, ela era submetida a uma série de questionamentos, chegando-se até a duvidar de sua feminilidade. À mulher, só restava aceitar pacificamente a nova profissão: “do lar”. Caso contrário, enfrentaria forte perseguição social. Aceitar o novo papel social imposto pela sociedade burguesa incluía ser reconhecida como detentora de significativas qualidades morais”. (CARDOSO, 2005, p.83).

Muito embora a nossa personagem tenha recebido este tipo de formação, que excluía a mulher do mercado de trabalho e a restringia ao espaço privado, ao lar, por ser membro de uma classe social rica e proprietária de indústria têxtil, fora educada em casa por professores particulares, os quais tinham importância considerável entre as classes sociais mais abastadas de Londres. Sua educação privilegiada, acrescida de sua vocação lhes legaram habilidades em várias áreas do conhecimento, inclusive os dotes musicais.

Sarah fora enviada a um internato aos dez anos de idade, pois era costume nas famílias burguesas da Inglaterra as meninas iniciarem seus estudos no próprio lar. Após um tempo, eram levadas aos internatos, entre a idade de sete a quatorze anos. Eventualmente permaneciam até os dezesseis.

O internato que ela frequentou era uma escola não-conformista, dirigida por um pastor congregacional, Sr. Carver. Era costume destas instituições, ligadas a algum tipo de formação religiosa, exigir frequência de seus estudantes não somente nas aulas, mas também aos cultos. Cardoso, comentando os internatos de época considera que:

Os internatos da época eram muito rigorosos e seguiam a linha religiosa dos tutores. Nas escolas não-conformistas, a ética puritana era aplicada com seus conceitos bíblicos e com a utilização de ditados que provocassem nos alunos a assimilação dos bons hábitos”. (CARDOSO, 2005, p.84).

Da saída de Sarah do internato, aos dezesseis anos, até a sua mudança para a cidade de Torquay, não encontramos documentação nem bibliografia que relatasse esse período. Há, porém, referências ao fato que ela viajava com sua família, motivo pelo qual ela

desenvolveu suas habilidades nos idiomas francês e alemão, completando sua formação.

Além do histórico da educação acadêmica recebida por Sarah, é importante fazer algumas considerações sobre a formação religiosa recebida no seio de sua família.

Os Morley eram muito ativos nas programações das igrejas às quais pertenceram. William Wilson, pai de Sarah, atuou como superintendente de uma escola dominical da Igreja Congregacional de Torquay, cuja edificação ele próprio financiou.

A herança cultural familiar fez com que Sarah recebesse a educação cristã, além da educação formal em escolas dominicais das igrejas que frequentou. Vale observar que o movimento de escolas dominicais era muito forte nas Igrejas Congregacionais da Inglaterra, prova disto é que desde 1832, já existia a Associação de Publicações da Escola Dominical, entidade que tinha por finalidade a produção de literatura específica para ser utilizada na educação cristã.¹⁶

O momento pós revolução industrial produziu uma situação de antagonismo de classes, que teve como consequência diversos movimentos sociais de resistência, conflito ou simplesmente movimentos de compensação social. Nesta perspectiva, não podemos afirmar com certeza que Sarah, oriunda de famílias de industriais têxteis ingleses (Morley e Wilson), tivesse a percepção destes conflitos oriundos do antagonismo de classes, mas fez uma opção de ver na educação secular e na educação cristã ministrada nas escolas dominicais uma oportunidade de investir no ser humano integral, preparando-o para atuar na sociedade por inteiro e não somente na área religiosa. Seus escritos, que serão objeto de análise em capítulo posterior, sugerem essa sua visão.

Finalmente há uma importante afirmação por parte de João Gomes da Rocha¹⁷, seu filho adotivo, de que Sarah não tinha posturas inflexíveis e intolerantes, sendo sempre aberta para novas maneiras de pensar. Ele relata que Sarah confidenciava em seus círculos de amizade que não se casaria com médico ou pastor. Em seu relato, João Gomes da Rocha informa que durante o noivado com o Sr. Robert Kalley, médico e missionário, Sarah estudou intensivamente questões doutrinárias polêmicas com seu noivo e apresentou grandes mudanças de atitude.

Tão importante quanto a sua formação religiosa, no seio familiar também lhe foi legado uma formação musical. Os ancestrais de Sarah sempre tiveram ligados à tradição musical, devido as suas origens huguenotes e puritanas. Dentre os familiares que se destacaram na tradição musical podemos mencionar seus tios Morley, que tocava violino,

16 - Esta influência é explicada pelo fato da escola dominical ter sido se iniciado na Inglaterra, na cidade de Gloucester no ano de 1780, através do jornalista Robert Raikes, numa região caracterizada pela forte atividade industrial têxtil. O advento da Revolução Industrial causara fortes deslocamentos populacionais, gerando riqueza concentrada e também enormes bolsões de pobreza. A escola criada por Robert Raikes buscava resgatar crianças da marginalidade, dando-lhes melhores condições de vida através dos estudos bíblicos, noções de higiene e aulas de moral e civismo. O impacto foi tamanho que ultrapassou as tradições eclesiásticas, e as escolas logo passaram a existir inclusive nos dias de semana, tornando-se a base das futuras escolas públicas.

17 - ROCHA, J.G. Lembranças do Passado. Centro Brasileiro de Publicidade. Rio de Janeiro, 1946.

John e William Morley que tocavam flauta e Mary e Elizabeth, pianistas.

Em Londres, na residência dos Morley essa tradição musical era intensamente cultivada, facilitada pelo fato de os ingleses, por serem fabricantes de instrumentos musicais, serem mais abertos ao seu uso nos cultos do que os escoceses, os quais consideravam instrumentos musicais profanos. É possível que essa tradição musical familiar, tanto relacionada à música sacra, como hinos pátrios, fosse desenvolvendo uma formação em Sarah da utilidade dos cânticos para a estratégia de formação e incremento de atividades litúrgicas, forte fator diferencial entre os movimentos de igrejas livres em relação a igrejas tradicionais, que limitavam a música nas liturgias.

Em sua família as noites eram regadas com apresentação musical, como momentos de lazer e descontração e não somente eram tocadas músicas para celebrações litúrgicas religiosas. (cf. CARDOSO, 2005, p.88 e 89).

Não se tem evidência nem detalhes sobre uma formação musical de Sarah, além do ambiente familiar, mas é possível concluir que provavelmente ela tenha tido também educação musical com professores particulares, assim como o teve na educação acadêmica, como era costume das famílias de elite. Sabemos, através de Cardoso, que na sua adolescência ela desenvolveu seus conhecimentos musicais nos seis anos que passou no internato feminino de Camberwell.

Um fato importante a considerar é que em 1829 houve uma mudança na tradição musical das igrejas congregacionais inglesas. O reverendo Thomas Binney, um novo líder religioso, introduz uma reforma litúrgica com a prática de súplicas, intercessões e ações de graças, e, ao concluir o culto, a bênção final, como a utilizada na Igreja da Inglaterra. Também introduziu um novo hinário, o Congregational Church Music. Esse novo modelo de liturgia abre espaço para dentro dos cultos para diversos tipos de cânticos, antífonas e corais alemães, sendo necessária a criação de uma classe de música para estudo e prática da harmonia, sob a direção de instrutores profissionais. O reverendo Thomas Binney exerceu grande influência sobre os Morley, devido a sua praticidade e criatividade no trato da liturgia do culto.

Além da área musical, Sarah tem uma experiência de professora de Escola Dominical na cidade de Torquay em 1848. Nesta cidade, ela fica bem próxima de seu pai, que era um dos líderes leigos não-conformistas, e, havia construído, às suas custas, o prédio da igreja de Torquay. O Sr. Wilson, pai de Sarah, era superintendente da escola dominical e logo confiou a ela a classe de adolescentes. Nessa nova experiência, ela não se contentou em dar aula de educação religiosa somente aos domingos, mas querendo formar seus alunos como seres humanos integrais e com princípios cristãos, e sensibilizada com os antagonismos sociais, fruto do recente processo de revolução industrial, e sabendo que muitos de seus alunos trabalhavam durante o dia, Sarah, com autorização de seu pai, criou uma escola com aulas no período noturno, para transmitir os conhecimentos que ela havia

recebido no tempo do internato. Esta escola funcionava no prédio da igreja. Não é nada difícil imaginar o impacto causado por este projeto, incomum em sua época: com ousadia, Sarah desafiava princípios da rígida sociedade vitoriana, ao dirigir e lecionar à noite para rapazes de um outro segmento social. E, ainda, a maior parte de seus alunos mantiveram-se em correspondência com ela, inclusive quando estava nos Estados Unidos e no Brasil. Um deles, William Cooksley, tornou-se ministro congregacional. O mais conhecido no Brasil foi William Deatron Pitt, que seguiu Sarah em seu ministério nos Estados Unidos e no Brasil, chegando a ser presbítero da Igreja Evangélica Fluminense.

Ao lado da dedicação ao ensino, nossa personagem passou a ter apreciação pelo trabalho missionário. Sempre se mantinha informada por meio de jornais e revistas, e através da presença constante de missionários e líderes de agências de missões em Torquay. Nesse período de apreciadora e apoiadora dessa vocação, Sarah dedicou-se a coletar ofertas para ajuda financeira que supriria as necessidades de diversos campos missionários. Uma de suas estratégias dessa criação de fundos foi a abertura de oficina de costura para senhoras, que, além de servir para ensinar às mulheres, com a produção obtida ajudaria a criar fundo missionário.

O encontro de Sarah com o Dr. Robert Reid Kalley, que resultaria no enlace matrimonial, ocorreu por uma fatalidade. Por conta de seu irmão mais velho ter contraído tuberculose, os familiares de Sarah realizaram uma viagem para o Oriente. No Líbano, os Wilson foram informados da presença de um médico, o Dr. Robert Reid Kalley, que havia se mudado para Shemlan em 1850, visando obter um clima satisfatório para sua esposa, Margareth, também com tuberculose, e que veio a falecer em 1851.

O pai de Sarah quis conhecer o médico escocês para que ele fizesse uma consulta em seu filho, motivo pelo qual o trouxe ao Hotel em Beirute. Kalley limitou-se a prescrever os procedimentos e relatar a gravidade da situação.

Sarah encantou-se com a maneira que o Dr. Robert Kalley clinicava: antes do exame clínico, ele ajoelhava-se e orava pedindo a iluminação de Deus em seu trabalho, e, nas receitas, ele incluía, junto com os remédios, versículos bíblicos que provocassem reflexão quanto à salvação, ao perdão dos pecados e à justificação pela fé, bem como o fato de solicitar um período para meditação e oração antes de prescrever um tratamento para seu irmão.

Mesmo tendo planejado retorno para a Escócia em março de 1852, Robert Kalley desistiu da viagem e mudou o dia de seu retorno por questões particulares.

Nesse novo momento, e coincidentemente embarca no mesmo navio da família de Sarah. Robert Kalley ofereceu-se para acompanhá-los e servir como médico de bordo. Aparentemente, foi a Sarah que Kalley mais dedicou tempo na viagem, como sugere Rocha, conversando sobre missões.

Casados, Sarah torna-se coparticipante do projeto de vida missionária de seu marido. Abaixo faremos algumas considerações sobre as experiências na Ilha da Madeira, Illinois e Brasil.

Segundo os relatos consultados na bibliografia já exposta no início deste capítulo, a Igreja protestante portuguesa de Trinidad, na América Central, formou-se a partir de calvinistas que foram expulsos da Ilha da Madeira, entre 1846 e 1847. Este grupo de refugiados que organizou a igreja protestante na América Central era de aproximadamente 1298 madeirenses. Os Kalley, expulsos da Ilha neste período, acompanharam esse contingente de fugitivos em 1846. De lá seguem para Inglaterra. Entre 1846 e 1853, o número de imigrantes madeirense expulsos por abraçarem a fé protestante chegou de 1000 a 4000.

Além de Trinidad, outros grupos menores de protestantes se distribuíram em outras regiões da América Central, principalmente em Honduras. O grupo que foi para Trinidad trabalhou nas plantações de cana de açúcar.

Devido a dificuldades diversas, inclusive possibilidade de emprego centenas destes exilados madeirense deslocaram-se para os Estados Unidos, facilitados pela ação e influência da Sociedade Protestante Americana, entidade conhecedora da perseguição sofrida pelos protestantes, relatada pelo Reverendo Manoel G. Gonçalves, que tinha sido enviado para Trinidad em 1847.

Aproximadamente 700 madeirenses chegaram aos Estados Unidos de maio a julho de 1849, os quais foram levados por navios fretados pela Sociedade Protestante Americana. Primeiramente desembarcaram em Nova York, e posteriormente foram encaminhados para Illinois, para trabalharem em uma empresa têxtil chamada American Hemp Company. Essa companhia ajudava as missões através de oferta de emprego aos madeirenses refugiados. Devido à falência dessa companhia, alguns refugiados foram tutelados pela Sociedade Protestante Americana quando chegaram a New York. Já nos Estados Unidos da América, a acolhida aos madeirenses foi providenciada pelas igrejas de Springfield e Jacksonville. Essas igrejas dispuseram-se a recebê-los e providenciar os meios para sua sobrevivência, hospedando-os nas casas dos moradores das cidades durante um ano. Em agosto de 1850, já empregados, passaram a viver às próprias custas, não dependendo da caridade dos seus agora vizinhos.

Kalley não foi um mero expectador dessa fuga, mas tornou-se voluntariamente um missionário, pastor e apoiador desse grupo, uma vez que ele mesmo fazia parte e fora vítima da perseguição dos protestantes na Ilha da Madeira, movida pelos madeirenses adeptos do catolicismo oficial português. Esse motivo fez dele um facilitador tanto na ajuda financeira como nas negociações de imigração de protestantes refugiados da Ilha da Madeira para os Estados Unidos.

Não somente apoiou, como já dissemos, mas da Inglaterra acompanhou todo este processo de saída dos madeirenses de Trinidad aos Estados Unidos, enviando ofertas pessoais, divulgando projetos e possibilidades missionárias e arrumando patrocinadores da Grã-Bretanha e em outros locais que possuía influência.

A base da propaganda evangelística adotada por Kalley estava centrada no culto doméstico. Estas reuniões, realizadas na intimidade familiar, permitiam o treinamento e o surgimento de muitos líderes. Neste tipo de reunião existia a leitura bíblica, e o compartilhar do entendimento dos textos lidos. Foram entoados alguns cânticos e feitas orações. O culto doméstico kalleyano, com ênfase evangelística, transformou-se em espaço de resistência religiosa, passando a representar uma possibilidade de cultuar a Deus num contexto de proibição oficial, quer do Estado que da Igreja, ou de ambos. A militância neste exercício de propagação de uma religião clandestina destacou líderes capazes de resistir às perseguições e outras condições adversas.

EXPERIÊNCIA MISSIONÁRIA NO BRASIL

Para Cardoso (2005), Sarah sempre serviu aos objetivos missionários de seu marido, que, segundo a visão deste historiador, eram “fortalecer aqueles refugiados em sua nova pátria e desafiá-los ao ministério de missões aos povos de fala portuguesa”, - referindo-se aos protestantes madeirenses que foram para Ilínois.

De 1856 a 1870 vários refugiados madeirenses nos Estados Unidos foram para o Brasil, especificamente em 1856 as famílias Gama, Jardim e Fernandes; em 1867 o presbítero João Jacinto de Menezes, o diácono Martinho Vieira e em 1882 o presbítero Manoel de Merlim, e em 1866 o pastor E. N. Pires e em 1880 o pastor João Fernandes Dagama, ambos da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Abraçando o apoio missionário aos povos de Língua Portuguesa, Sarah e seu marido Robert Kalley iniciam sua missão nos Estados Unidos, mantendo contato com igrejas e sociedades missionárias. Estas instituições arrecadaram fundos, com a finalidade de apoiar projetos de evangelização de povos de fala portuguesa.

Em 1853, o missionário presbiteriano americano James Cooley Fletcher solicitou à sociedade bíblica de Nova York que enviasse dois ou três madeirenses ao Rio de Janeiro, para o trabalho de colportagem. Este pedido fora feito aos Kalley através de Robert Baird, da Sociedade Bíblica Americana, em 3 de novembro de 1853. Em um primeiro momento, Kalley recusou o convite, provavelmente pela experiência negativa de prisão na Ilha da Madeira. Kalley atribuía a sua prisão à divulgação e propaganda dos conteúdos dos relatórios de seu ministério. Essa propagação, segundo ele, serviu de munição aos inimigos dos projetos missionários. Percebemos que sua estratégia de ação missionária seria a penetração em nações não protestantes, sem alardes.

Além deste primeiro convite para o Brasil, Sarah e Kalley tiveram oportunidade de entrar em contato com o livro do missionário metodista Daniel “Parish Kidder, Sketchers of residence and travel in Brazil”, o qual os sensibilizou pelo relato que indicava o estado espiritual e moral do povo brasileiro, país que ainda restringia e controlava a entrada e o trabalho de missionários protestantes. Segundo relatos deste livro, o autor descreve o Rio de Janeiro como a capital de um império caracterizada por inúmeras falhas em seu sistema social e político, bem como na área sanitária, caracterizada por uma ineficiência no sistema de controle de epidemias. Talvez esta leitura, acrescido de inúmeras cartas solicitando o envio de missionários ao Brasil, tenha sensibilizado os Kalley para que considerassem a possibilidade de um projeto missionário no país.

Em 1855, Sarah e Kalley decidiram focar sua atuação missionária neste país, ainda desconhecido por eles, no entanto, com uma cultura e idioma já conhecido. Embarcaram no navio *Great Western*, em Southhampton, em 9 de abril de 1855, com destino ao Rio de Janeiro. Em 15 de abril chegaram a Lisboa. Prosseguiram a viagem fazendo escala na Ilha da Madeira, onde visitaram alguns de seus discípulos. Seguindo viagem, em 3 de maio chegaram a Pernambuco, passando pela Bahia e finalmente no Rio de Janeiro, no dia 10 de maio.

Cardoso comenta que:

Havia uma preocupação especial na erradicação da febre amarela, pois era uma doença que atingia principalmente os imigrantes europeus. Os africanos e seus descendentes possuíam reservas naturais que evitavam a manifestação da doença. [...] Sarah e Kalley, ao desembarcarem no Rio de Janeiro, estavam chegando a uma cidade doente, profundamente marcada por suas crises epidêmicas. Era inevitável o comentário sobre a presença de cólera-morbo”. (CARDOSO, 2005, p.127).

Kalley, a priori, pretendia implantar uma igreja protestante na cidade do Rio de Janeiro, usando como estratégia seus contatos com pessoas influentes, para se sentir protegido, caso houvesse perseguição semelhante à que ocorrera na Ilha da Madeira.

Esse mesmo autor assim descreve a situação que eles observaram ao chegar na cidade:

A situação sanitária da cidade era precária, propiciando a propagação rápida de doenças contagiosas. A taxa de mortalidade era excessiva, ocasionada por febres malignas, como palustre e a amarela, e doenças como a varíola e a peste bubônica. A febre amarela era responsável pela terça parte das mortes, sendo predominante na classe operária. Kalley registrou em seu diário, em 11 de maio de 1855, um dia após chegarem ao Rio de Janeiro: encontrei Sarah abatida, nervosa e sem esperanças. No dia seguinte, 12 de maio de 1855, Kalley registra ter encontrado Sarah muito abatida, e escreve, em seu diário, uma oração”. (CARDOSO, 2005, p.130).

Em decorrência deste fato, em 21 de maio, mudaram para o Hotel dos Estrangeiros,

no Largo do Catete, para ficarem distantes da região do cais, local onde as epidemias se propagavam. Lá, ficaram até o dia 27 de junho, quando decidiram mudar-se para Petrópolis, a princípio ficando no Hotel Oriental, e, posteriormente mudando-se para uma casa. A escolha desta cidade foi motivada pelo clima e pelo fato de ter um ambiente parecido com o europeu. Nesta cidade fizeram inúmeros contatos, tanto com brasileiros como estrangeiros, inclusive alemães que habitavam naquele local.

A medida que os contatos aconteciam, Sarah dedicava-se à sua vocação e missão, desenvolvendo inúmeras atividades onde achava espaço de atuação no Brasil. Dentre essas atividades, ela alfabetizou inúmeros adultos, pessoas com mais de quarenta anos, ensinou inglês aos já alfabetizados, fato que colaborou para que ela contasse com o apoio dos brasileiros beneficiados. O público beneficiário de seu trabalho abarcou homens, mulheres, adolescentes e jovens senhoras, tanto na docência secular como nos ensinamentos bíblicos. No tocante à música, compunha, ensinava piano e dirigia os hinos da congregação.

Findo esse pequeno relato da história de vida dos Kalley e sua vinda para o Brasil, respaldado em uma consulta bibliográfica, na seção seguinte estaremos esboçando um modelo teórico que nos ajude a elucidar e analisar os escritos transcritos na seção sexta e nos mostre um conceito de ideologia que nos esclareça, além das narrativas históricas, a visão de mundo construída historicamente, trazida e deixada pelos Kalley no Brasil via inserção do protestantismo.

CONCEITO (S) DE IDEOLOGIA

O conceito de ideologia é complexo, podendo abranger inúmeros significados. A literatura a respeito desse conceito é rica. Sobre esse tema, trabalham não só filósofos e sociólogos, como também psicólogos, historiadores, cientistas políticos, dentre outros. Desconsiderando os filósofos alemães Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, criticados por Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã*, podemos dizer que o marxismo se tornou um referencial importante para compreensão da formação da consciência humana, segundo uma concepção materialista. Marx deve ser considerado um referencial, mesmo quando acrescentado de outros intelectuais que aprofundaram, ampliaram e reformularam os seus conceitos. Nela, esses autores entendem que a consciência humana é resultado das condições materiais de sua produção:

O espírito tem consigo, de antemão, a maldição de estar preso à matéria, a qual nos surge aqui na forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência [...] e a linguagem só nasce, como consciência, da necessidade, da carência física do intercâmbio com outros homens. A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará sê-lo enquanto existirem homens. (MARX; ENGELS, 1984, p.34).

Marilena Chauí¹ (1980 e 1981) define ideologia como “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que deve pensar e como devem pensar, o que devem fazer e como devem fazer” (Chauí, 1981, p.03)².

Para ela, portanto, a ideologia é um conjunto de representações condensadas em um corpo explicativo e prático com normas, regras, e preceitos de caráter prescritivo e regulador, que tem a função de dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classe, a partir das divisões na esfera da produção. Segundo essa autora, a função da ideologia é a de apagar as diferenças de classe e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, ou seja, a ideologia é a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação de

1 - CHAUÍ, MARILENA. O que é ideologia, 5ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1980.

2 - CHAUÍ, MARILENA. Cultura e Democracia, São Paulo, Editora Moderna, 1981.

uma sociedade fundada na luta de classes e também a inversão imaginária do processo histórico no qual as ideias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais.

Segundo esse entendimento, é justamente a ideologia que obstaculiza a percepção da alienação e impede a revolta da classe dominada contra a dominação. Sem precisar recorrer à violência física, a ideologia mantém o consenso e a coesão da sociedade, escondendo as distorções (ou seja, produzindo uma falsa consciência), mascarando as desigualdades sociais e ocultando a exploração do homem pelo homem. Nessa primeira concepção do termo ideologia, ela é entendida simplesmente como uma máscara da realidade, ou seja, a ótica pela qual o ser humano enxerga a realidade. Na prática, a ideologia é absorvida também pela classe dominada e esta se torna refém dos discursos que fazem a percepção da realidade pelos dominantes, ou seja – há um discurso hegemônico que obstrui aos dominados terem a sua própria visão de mundo.

Da porta aberta por Marx e Engels sobre a compreensão da formação da consciência humana (ideologia) a partir de um processo dialético entre o social, o político e o econômico, chamado por eles de estrutura ou base material, há inúmeras ramificações interpretativas encontradas na produção acadêmica de outros pensadores, marxistas ou não, os quais continuaram a desenvolver novas abordagens sobre esse assunto. Escolhemos Gramsci, que mesmo sendo um pensador continuador do marxismo, estabelece algumas diferenças, no que se refere ao conceito de ideologia.

Não é fácil a compreensão do conceito de Ideologia de Gramsci. Não somente por sua profundidade e complexidade, mas também pelo fato das circunstâncias de sua vida não terem permitido que ele deixasse uma obra teórica sistematizada. Antônio Gramsci nasceu em 1891 e faleceu em 1937, com quarenta e seis anos. Os dez anos finais de sua vida esteve nas prisões fascistas, onde era mantido sob guarda. Desde 1914, quando aparece seu 1º artigo publicado, até 1926, ano de sua prisão (quando publica 32 cadernos no cárcere), seus escritos não têm a preocupação de uma obra teórica sistematizada, mas neles observam-se divergências em relação ao marxismo ortodoxo, desenvolvidas com alto índice de erudição.

As afirmações e argumentações deste pensador levam-nos a pensar que mesmo tendo definições precisas de ciência, inclusive das ciências naturais, que busca compreender os fenômenos e suas leis, sua regularidade, coexistência e sucessão (causalidade), ela não pode ter a pretensão de poder dar com certeza a existência objetiva da realidade exterior. Após ampliar e estabelecer uma ruptura epistemológica na concepção de ciência, Gramsci classifica a religião como ideologia que não pode ser provada objetivamente como realidade observável. Portanto, a religião, para ele, não pode fazer parte do mundo científico, limitando-se ao campo filosófico, devendo ser classificada como concepção de mundo.

Gramsci define que a realidade objetiva é “aquela realidade que é verificada por

todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo”. Sobre a religião que não é verificada de maneira única por todos os homens, mas “é uma concepção particular do mundo”, afirma, portanto, ser ideologia.

A verdade científica, observável por todos os homens, para Gramsci deve se afastar do senso comum, que segundo ele, comete erros grosseiros, pois não estabelece os nexos reais de causa e efeito. A seguir, este pensador questiona que a verdade científica se renova historicamente com as novas experiências, em suas palavras:

Mas se nem mesmo as verdades científicas são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua formação. Se for assim, portanto, o que interessa à ciência não é tanto a objetividade do real quanto o homem que elabora os seus métodos materiais que reforçam os órgãos sensoriais e os instrumentos lógicos. (GRAMSCI, 1995, p.69).

Ao entender a ciência como uma categoria histórica, classifica-a também como ideologia, pois entende que a cultura que expressa uma concepção do mundo, nada mais é do que a relação entre o homem e a realidade mediada pela tecnologia. Nesta relação, o homem é o criador de valores, inclusive científicos, sem o qual o universo não teria significado por si só, mas significa aquilo que o homem interpreta. Decorrente disso, o ser não pode ser separado do pensar, nem o sujeito do objeto. Conforme a concepção da “filosofia da práxis”. Gramsci salienta que:

Colocar a ciência na base da vida, fazer da ciência a concepção do mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica. Mas na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. Sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento, notadamente após o século XVIII. (GRAMSCI, 1995, p.70).

Também exemplifica que é possível a um grupo social se apropriar da ciência de outro, sem aceitar sua ideologia, ao mencionar o fato histórico dos cristãos apropriarem-se da ciência e das técnicas árabes, que eram consideradas por eles como bruxarias, sem, contudo, apropriar-se de seus princípios religiosos. Neste exemplo, demonstra que uma ideologia dominante (no caso a religião cristã) ocultou por um grande período a origem dos conhecimentos árabes.

Joll (1977)³, ao ler Gramsci, enfatiza a importância que ele deu à superestrutura, colocando o problema da ideologia e cultura não como decorrente da infraestrutura econômica apenas, mas como possibilidade de conquista, através de choques de hegemonias, com possibilidades de mudanças. Esse novo olhar, segundo ele, foi em função da continuidade do marxismo, após a sobrevivência do capitalismo.

Esse mesmo autor observa que Gramsci rejeitou o materialismo dialético grosseiro,

3 - JOLL, JAMES. As idéias de Gramsci, Cultrix. S.P. 1977. Tradução James Amado.

na tentativa de reformular a doutrina do materialismo histórico, enfatizando a importância da influência das ideias na História, bem como no impacto da vontade individual nas influências intelectuais. Segundo ele, Gramsci, ao desenvolver seu conceito de “hegemonia” (doutrina gramsciana que explica como determinado sistema social e econômico se sustenta e mantém sua base de apoio), entende que o domínio de uma classe sobre outra não é decorrente apenas do poder econômico (que ele considera entender o marxismo de maneira mecanicista), ou da força física, mas também da persuasão que a classe dominada sofre dos valores sociais, culturais e morais da dominante. (Joll, 1977, p. 08).

Já Badaloni⁴ (1984), entende que o conceito de “choque de hegemonias” difere de “choque de ideologias”, mas esse choque ideológico, segundo ele, reflete sensivelmente o choque das relações sociais existente e as possibilidades de surgimento de novas.

As ideologias não são, nesse caso, meros reflexos de uma realidade que está por trás delas, mas, ao contrário, são manifestações do choque das realidades correspondentes a dois modos de produção visíveis historicamente. Trata-se de ideologias que sintetizam um modo diverso de comportar-se na presença de estruturas sociais diversas. O choque ideológico reflete sensivelmente o choque das relações sociais existentes como outras e novas que emergiam e impuseram uma moral conforme a elas. (BADALONI, 1978, p. 11).

Ao considerar-se a importância da ideologia e cultura (superestrutura), não consideramos Gramsci um opositor ao marxismo, mas um continuador de Marx, que supera a derivação da cultura apenas da economia. Observamos em seus comentários que Badaloni enfatiza a importância superestrutural da sociedade: seus argumentos consistem na diferenciação que ele faz entre Marx e Gramsci. Essa diferenciação consiste no fato de que o sistema de crenças se insere, para Marx, num modo de produção determinado, e para Gramsci, na atualização de novas crenças. Em suas palavras observa que: “em Marx, ocorre a seguinte progressão: 1) O modo de produção produz uma prática social conforme; 2) As crenças tornam-se funções de estabilidade da prática social, que se institucionaliza; 3) Elas tornam possível a ciência dessa prática; 4) A crítica da ciência abre o caminho para novas práticas sociais. Em Gramsci, as novas crenças se consolidarão com a sua penetração nos interstícios da velha formação social em crise e a partir disso, inicia-se uma luta hegemônica não só entre crenças, mas entre as práticas sociais”. (BADALONI, 1978, p. 17).

A partir dessa compreensão, o autor interpreta que Gramsci entende ideologias como práticas de vida, determinadas por uma concepção do mundo, ou religiões no sentido croceano, não nascendo casualmente, mas a partir de necessidade estruturais profundas e que são capazes de influir duradouramente sobre a prática. Nesta mesma linha de pensamento, Badaloni diz que a pesquisa de Gramsci não desconsidera o papel

4 - - BADALONI, NICOLA. Sobre a Teoria gramsciana de Ideologia. in: Badaloni (org.). Política e História em Gramsci, v. I, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

do econômico como determinante em última instância, mas sim, estabelece um “novo modo de considerar o muro entre estruturas e superestrutura”. O programa de pesquisa de Gramsci não consiste, assim, em uma remoção do papel do econômico como determinante em última instância, mas sim em um novo modo de considerar o muro entre estruturas e superestrutura.

O “ideológico” pode, em determinadas condições, reflexo estático das estruturas, papel de catalisador, nas crenças populares quanto na ciência e na sua crítica, da passagem de uma formação social a uma outra. “Emanação ‘orgânica’ de necessidades econômicas”, determinação orgânica e uma determinação de tipo mecânico. (BADALONI, 1978, p. 25).

A leitura de Joll e Badaloni nos aponta não somente a complexidade do pensamento de Gramsci, mas também pequenas nuances na leitura que cada um faz de seus escritos, inclusive abordando o conceito de ideologia. Em uma análise primária, constatamos que a preocupação de Joll é a ênfase que Gramsci dá ao aspecto cultural, procurando deslocar o materialismo do marxismo ortodoxo. Badaloni procura amenizar esse conflito, observando que muito embora as teorias gramscianas valorizem a superestrutura, não desconsideram a base econômica.

Além da leitura de Gramsci segundo os autores acima mencionadas, temos uma visão particular que será ferramenta útil em nosso objeto de pesquisa a partir da leitura do próprio escrito de Gramsci. Em sua obra *Os intelectuais e a produção da cultura*, ele faz considerações importantes para compreendermos a função da intelectualidade e da escola. Seus textos mostram uma visão diferenciada de Marx no que se refere à formulação de ideologias. Se para Marx a ideologia brota dos interesses da classe dominante, sendo imposta a todas as classes como falsa consciência, para Gramsci não há um discurso hegemônico em toda a sociedade, mas há visões de mundo para os diferentes grupos ou classes. Essas visões diferenciadas de cada grupo ou classe produzem intelectuais para si:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] (GRAMSCI, 1995, p. 03)⁵.

Observamos que, para ele, “todos os homens são intelectuais” e a intelectualidade tem uma função social. Não diferencia como Marx a intelectualidade clássica (humanista) da técnica (profissional), pois, para ele, não há distinção entre o *homo faber* e o *homo sapiens*, pois, como já foi dito, todos os homens são intelectuais. Dando continuidade ao raciocínio de Gramsci, para ele as formulações ideológicas seriam uma construção mental realizada por cada grupo ou classe, e não somente pela classe dominante. Na obra citada,

5 - GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª edição, civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1995.

ele divide os intelectuais em dois grupos: 1) os chamados tradicionais, os quais seriam independentes, e 2) orgânicos, ou seja, o conjunto de intelectuais que estão ligados a cada grupo social, e produzem o seu pensamento para sua categoria. Particularmente discordamos de Gramsci ao classificar nesta obra a classe eclesiástica como intelectuais autônomos, pois segundo ele mesmo menciona, estão ligados (naquele dado momento histórico) ao absolutismo e a aristocracia. Se há essa ligação com essas categorias, logo na prática não são autônomos e sim também produzem seus discursos para essa classe. No entanto, concordamos e nos apropriamos do conceito de intelectuais orgânicos, o qual Gramsci enquadra no segundo grupo e que estão ligados a uma categoria social. Entendemos que os conteúdos dos discursos não nascem no vácuo, portanto, não são individuais, neutros nem autônomos, mas estão inseridos dentro de uma categoria que fora construída em um processo histórico. Há, na realidade, diversidade de visões de mundo que estão postas pelo trabalho de intelectuais que são representantes de diversas categorias e disputam hegemonia na arena filosófica.

Esta concepção é que ajuda a entender a visão de mundo dos Kalley e, principalmente, de Sarah, diante de uma estrutura social diversa, e seu esforço em “passar” uma nova Ideologia, na função ou missão civilizadora.

Dentro do contexto da história da educação no Brasil, o conceito gramsciano de ideologia, como visão de mundo, se torna nossa principal ferramenta de análise.

Comparando a história da educação no Brasil no período de transição da Monarquia para a República, com a estratégia de penetração do protestantismo, constatamos que, se para o projeto político de educação republicana a introdução de Escolas Públicas primárias⁶ significou uma estratégia de demolição dos costumes e tradições monárquicas e absolutistas para a construção de uma nova tradição republicana e liberal, para o protestantismo, podemos analogamente afirmar que, infiltrar-se no Brasil no século XIX, a reboque dessas mudanças, significou a demolição de um mundo pautado no campo religioso de tradição católica e monárquica (com fortes heranças de resquícios feudais) para um mundo protestante (o qual historicamente se formou paralelamente ao liberalismo). Especificamente para o projeto dos Kalley, estabelecer estratégias de penetração na cultura brasileira, usando o tripé escola dominical (crer), escola diária (aprender) e composição de hinos (sentir) para transmitir sua visão de mundo significou furar os bloqueios impostos legalmente por uma monarquia que não fazia separação entre Igreja e Estado.

Paralelamente aos conteúdos discursivos nos ensinamentos de Escola Dominical e Escola Diária, temos os conteúdos discursivos dos hinos, os quais potencializavam a sua pedagogia, visto que produziam aprendizado alimentado com sentimentos. Sobre o sentir Gramsci (1978, p. 139) considera que:

6 - SOUZA, R. F. Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). Fundação da Editora Unesp, 1998. São Paulo.

O elemento popular sente, mas nem sempre compreende e sabe, o elemento intelectual sabe, mas nem sempre compreende e muito menos sente [...]. O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem sentir, ou seja, sem sentir as paixões do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica [...].”

Observamos que os Kalley não faziam parte do clero protestante, nem tampouco vieram ao Brasil ligados por um planejamento missionário, pois aqui chegaram voluntariamente, impelidos pela história de suas vidas. Não ser clérigos, não significa que estavam imunes a um concepção e tipo ideal de formação humana, pautada na racionalidade. Traziam consigo uma visão de mundo do protestantismo europeu marcado por uma longa história de Reforma e sua consolidação, antes de imigrarem para os Estados Unidos da América. Essa visão, construída historicamente, será definitiva para as marcas que serão deixadas em sua ação educativa, quer nas escolas dominicais, quer nas escolas diárias, quer na composição de hinos.

A trajetória dos Kalley, protestantes e educadores, não é um fato isolado, mas um exemplo de como educadores, ao transmitirem conhecimentos, conceitos e valores, não estão falando de maneira neutra nem sozinhos. Estão trazendo uma história de vida, uma visão de mundo que se forma através de um processo histórico e cultural, não imunes a formulações ideológicas. Foram, portanto, intelectuais orgânicos, pois elaboraram ideologias orgânicas facilitadoras da “modernização” e integração do Brasil à racionalidade do Capitalismo Ocidental.

Além deste esboço teórico sobre o conceito gramsciano de ideologia, também faremos a seguir uma discussão histórica para compreendermos o contexto sócio histórico, tanto do Brasil desde o jesuitismo até o segundo império, como da formação dos Estados Unidos da América e a influência que o protestantismo teve sobre essa nação. Essa discussão histórica, juntamente com o conceito teórico já mencionado na seção anterior, nos trarão luzes para interpretar os escritos dos Kalley, e a ideologia subjacente a eles, construída historicamente. Deixamos claro que a análise que faremos não será norteadada pelo conceito de Análise do Discurso, mas não abrirá mão de analisar o conteúdo discursivo através de uma visão sócio histórica.

BASES SÓCIO-HISTÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DO TEMA - UMA HISTÓRIA SÓCIO- CULTURAL

Considerando que o objetivo deste trabalho de analisar o conteúdo de documentos históricos que nos apontam para uma visão de mundo racional e moderna transmitida em uma estratégia missionária e educativa, julgamos importante um capítulo que realize um resgate histórico para contextualizar a ação dos autores dos conteúdos dos documentos pesquisados.

O Brasil no século XIX passava por mudanças significativas, tanto na base econômica (infraestrutura) como na parte não material (superestrutura). Nesse segundo aspecto devemos considerar que o protestantismo estava se inserindo no Brasil e de uma certa forma caminhava paralelamente às mudanças econômicas e culturais que estavam ocorrendo no país, e de um certo modo traziam um ingrediente cultural novo que colaboraria nesse processo.

Consideramos desta forma que este capítulo histórico não deve prescindir de uma visão panorâmica das mudanças históricas que estavam ocorrendo no Brasil, tanto no eixo econômico, como no meio cultural.

Dividiremos nossos relatos para melhor compreender esse fato em três partes, a saber: a primeira parte uma abordagem do contexto do Brasil no século XIX que se inicia com a mudança do eixo econômico a partir da vinda da família real ao Brasil, culminando no segundo império, já em meados do século; uma parte segunda localizando historicamente as diferenças culturais entre a visão educacional do protestantismo que estava se inserindo no Brasil e a herança educacional brasileira, resultado do jesuitismo; e uma terceira parte abordando algumas das experiências educacionais protestantes no Brasil no século XIX.

CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL NO SÉCULO XIX

A ruptura do sistema colonial não se inicia em 1822 com a independência, mas suas raízes estão na transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Compreender as mudanças históricas ocorridas no Brasil, que se iniciaram no século XIX, passa pelo entendimento não somente da ruptura do sistema colonial, mas também da transferência do eixo econômico que se inicia no século XVIII e continua com as mudanças políticas ocorridas a partir da vinda da família real e a instalação da corte portuguesa no Brasil, resultado das invasões napoleônicas em Portugal. A instalação da corte em terras brasileiras

e a independência não significaram para o Brasil a ruptura de uma estrutura econômica, mas sim uma mudança de eixo político e a continuidade do modelo português. Foi diferente, portanto do processo histórico americano, que nunca teve um vínculo forte com a Inglaterra e cuja ruptura significou muito mais uma guerra contra a imposição de tarifas alfandegárias sobre o comércio exterior do que a ruptura de uma ingerência política que na prática nunca houve. O historiador Luiz Felipe de Alencastro em seu artigo intitulado: *Vida privada e ordem privada no império* faz o seguinte comentário:

Portugal atravessava uma fase de instabilidade política que contribui para manter no Rio de Janeiro, até meados do século, uma parte dos interesses lusitanos anteriormente transferidos para o Brasil". (ALENCASTRO, L.F., 1997, p. 10).

Esse mesmo autor nos mostra com detalhes importantes o processo de imigração da corte e seus reflexos na organização do Estado brasileiro. Muito embora desde o período colonial o Brasil já possuísse características regionais diferenciadas, por causas tanto econômicas como culturais, e que mereceriam estudos em separado e detalhado, o autor foca os seus estudos no Rio de Janeiro, por considerar sua importância política, econômica e cultural a partir do século XIX. Com a vinda da família real, o Rio de Janeiro será sede da corte, da monarquia, e também o centro cultural, político e econômico do território nacional, fato que lhe deu no século XIX a preeminência que nenhuma outra cidade brasileira jamais virá a ter. Segundo ele:

[...] É no Rio de Janeiro que se desenrola o "paradoxo fundador" da história nacional brasileira: transferida de Portugal, sede de um governo parlamentar razoavelmente bem organizado para os parâmetros da época, capital de um império que pretendia representar a continuidade das monarquias e da cultura europeia na América dominada pelas repúblicas, a corte do Rio de Janeiro apresentava-se como o pólo civilizador da nação [...]" (ALENCASTRO, L.F., 1997, p. 10).

E também:

[...] representado por meio de pinturas, aquarelas e gravuras dos grandes e pequenos artistas oitocentistas. O que talvez tenha contribuído para agregar[...]o período imperial ao passado colonial, empurrando o "arcaísmo" monárquico para longe da "modernidade" republicana[...]foram privilegiadas ilustrações extraídas da vivacíssima imprensa nacional e fotografias da época". (ALENCASTRO, L.F., 1997, p. 10).

Os dados estatísticos mostrados neste estudo nos apontam um retrato em números do significado da desmontagem do sistema colonial e a montagem da corte e posteriormente do império. O primeiro deles nos aponta o tamanho do aparato burocrático montado no Brasil e na corte localizada no Rio de Janeiro com a sua transferência. Segundo Alencastro, eram trazidas para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole,

acompanhado de um aparato administrativo, o qual era composto por personalidades diversas. E após essa transferência muitos funcionários régios continuaram vindo para o Brasil. Entre empregados e parentes, após o ano de 1808, além da família real, vieram 276 fidalgos. Segundo o autor, citando Luccock estimou-se em 2 mil o número de funcionários régios e de indivíduos exercendo funções relacionadas com a Coroa, acrescentado de setecentos padres, quinhentos advogados e duzentos “praticantes” de medicina residentes na cidade. (Idem, p.12), totalizando, pelo menos 15 mil pessoas. Em uma comparação com os E.U.A, o autor observa que quando a capital dos Estados Unidos se mudou de Filadélfia para a recém-construída Washington, o contingente de funcionários do governo federal americano não excedia o milhar, contando-se desde o presidente John Adams aos cocheiros do serviço postal. (cf. Alencastro, 1977).

Além destes dados sobre a transferência da corte, o autor considera também dados populacionais, enfatizando o crescimento populacional exagerado, fruto dessa mudança de eixo econômico para o Rio de Janeiro: “Entre uma e outra data, a população urbana, excluídas, portanto as freguesias rurais do município, subiu de 43 mil para 79 mil habitantes. Em particular, o contingente de habitantes livres mais que dobrou, passando de 20 mil para 46 mil indivíduos”.

O enxerto burocrático resultará no aumento da procura de moradias, serviços, e bens diversos, atraindo para o Rio mercadorias e moradores fluminenses e mineiros, fato que fará que um número crescente de escravos seja retido no meio urbano para atender à demanda de serviços: entre 1799 e 1821 a percentagem de cativos no município salta de 35% para 46%. (Idem, p. 14).

A vinda da família real para o Brasil não poderá ser analisada isoladamente como uma fatalidade histórica, fruto das invasões napoleônicas em Portugal, e a única causadora da concentração política, econômica e cultural no Rio, mas é importante entender outros fatores que ocorriam na ordem econômica brasileira já com a transferência do eixo econômico, após o declínio do ciclo da mineração no século anterior. Esse declínio econômico resultará na mudança do eixo da região do polígono mineiro formado por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso que açambarcava toda a América portuguesa no século XVII, para o Rio de Janeiro, coincidindo com a vinda da família real. Segundo Alencastro essa mudança ocorreu a partir dos anos 1770 não só pelo declínio na produção de ouro no mencionado polígono, mas também pelo ressurgimento da agricultura de exportação impulsionada pelo algodão, o arroz e o café, além do açúcar e do tabaco. Por conta disso, Minas Gerais se vê forçada a ampliar suas atividades na agricultura, na pecuária e no laticínio e fornecer alimentos para o Rio de Janeiro. A província de São Paulo, o Sul, o Norte e o Nordeste se desligarão paulatinamente do centro mineiro, e a Independência política deslocará o comércio terrestre interiorano para as zonas costeiras.

Os fatos econômicos e a mudança do eixo econômico resultarão em consequências

no eixo político, pois as câmaras e os juizados municipais catalisarão os interesses locais contrariados pelos novos rumos do comércio brasileiro, e isso fará surgirem as conhecidas “revoluções regenciais” de caráter local, movidas por interesses de pendengas oriundas desses fatos econômicos e políticos. Segundo o autor, esse fato, tanto no Brasil, como em diversas partes do novo mundo colocará uma “[...] questão central na história política das nações do Novo Mundo, um debate doutrinário de primeiro plano que viu Hamilton opor-se a Jefferson após a Revolução Americana. Qual o alcance do poder exercido por autoridades locais eleitas pelos proprietários rurais? Qual o escopo do governo central? [...]”. Nesse contexto, fruto de diferenças econômicas, resultando diferentes concepções políticas, haverá um jogo que porá em discussão diferentes concepções da liberdade individual decorrentes do pacto político no Estado constitucional moderno, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. No entanto aqui existia um sistema escravista e ao mesmo tempo uma comunidade que professava, ou buscava atingir, os princípios liberais predominantes na economia, na política e na sociedade da Europa Ocidental.

Muito embora houvesse o crescente aumento de adeptos do liberalismo, no Segundo Império, ainda houve um forte monopólio de elites latifundiárias e o poder econômico e político teve que ser administrado com as lideranças agrárias de latifundiários locais. O café passa a ser o grande produto econômico de então. Segundo a historiadora Ana Maria Manuad (1977), a importância dessas elites era reconhecidamente vista pelo império e pelo imperador. Citando um documento, em que D. Pedro II escrevia de Vassouras à imperatriz, no qual relata uma de suas paradas da viagem que realizou pela província fluminense no verão de 1848 saindo de Petrópolis e percorrendo toda a região de café, Manuad observa que essa visita foi notada e teve a cobertura do maior jornal do país, o *Jornal do Comércio*, o qual descreveu as festas e os atos do imperador nos diferentes lugares. Esse episódio mencionava os fazendeiros e seus amigos que receberam o imperador, as suas respectivas comendas, honrarias e brasões, bem como indicações sobre o novo título que gostariam de obter, evidenciando assim a proximidade e intimidade entre o monarca e a aristocracia rural. (cf. Manuad, A.M, 1997, p. 183).

A autora enfatiza que, embora o segundo império no Brasil sinalizasse para mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, a hegemonia dos latifundiários ainda era presente e podia ser observada nos vários relatos semelhantes ao mencionado acima sobre as viagens do imperador¹, o que, segundo a autora, colaborava para a construção de

1 - Dentre as inúmeras viagens do imperador D. Pedro II ao interior do país com o objetivo de construir sua autoimagem de amigos das elites latifundiárias, encontramos relatos também sobre sua viagem a Araraquara. O site oficial do município traz o seguinte relato: “Antes mesmo da Monografia de Pio Lourenço Corrêa sobre o nome de Araraquara, quem colocou luz na interpretação da palavra em Nheengatu, foi justamente o Imperador D. Pedro 2º. Numa conversa no casarão da Portugal com a rua Padre Duarte (hoje Colégio Progresso) D. Pedro perguntou se havia estudos sobre o significado da palavra Araraquara. Um dos interlocutores tentou dizer que era (Morada ou Buraco de Arara). Ele explicou vivamente: (Não senhor, quer dizer Morada do Dia) ou (Morada do Sol). A partir daí, mesmo com as controvérsias ficou sendo Morada do Sol. D. Pedro II visitou Araraquara dia 6 de novembro de 1886. Foi recebido com grande pompa na Estação. A cidade se enfeitara com adornos e arcos de folhagens. Visitou prédios públicos e doou 100 contos para a

sua autoimagem ligada ao poder dos latifundiários, em contradição com a visão histórica de um imperador liberal e moderno:

Apesar de ter visitado muitas localidades e de ter sido homenageado por poderosos senhores de escravos, o imperador só fez um marquesado e dois baronados, agraciando dezenove outros fazendeiros com comendas do Hábito de Cristo, e com o Hábito da Rosa [...] a viagem contribuíra para ajudar a classe senhorial a construir a sua autoimagem [...]” (MANUAD, 1997, p. 183).

Encontramos em nossa pesquisa uma carta de Sarah Kalley escrita em 1875, dirigida aos seus pais nos E. U. A., um relato dizendo que o próprio imperador visitou o Sr. Robert Kalley em sua residência em Petrópolis, e ambos conversaram mais de duas horas sobre as viagens do Sr. Kalley pelo Oriente Médio.

Esses relatos apontam que em tese o imperador tinha ideias liberais, mas construiu paralelamente uma imagem que mostrava um vínculo forte com as elites latifundiárias. Manuad, 1997, p. 212, conclui em seu texto:

A ligação com a corte não se limitava às visitas dos dignitários do Império. Para os negócios do café, tratamento de saúde, compras na Rua do Ouvidor, idas ao teatro e aos salões, a corte sempre era a referência do espaço de excelência dos fazendeiros. A propriedade econômica da região, além de estreitar os laços com a corte, garantia aos barões do café uma representação social apropriada à classe senhorial.

QUADRO GERAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EDUCAÇÃO NOS E.U.A – ÊNFASE ECONÔMICA

BRASIL – COLÔNIAS DE EXPLORAÇÃO. E.U.A. – COLÔNIAS DE POVOAMENTO

O conceito “colônias de exploração/colônias de povoamento” que trabalharemos a seguir não é unanimidade da academia. Esse entendimento a respeito das diferentes maneiras de colonização que as metrópoles européias desenvolveram nas regiões subtropicais é defendido por Caio Prado Junior¹ e ratificado por outros intelectuais, dentre os quais podemos citar Fernando Novais² e Dante Moreira Leite³.

Na análise de Caio Prado Junior, o sentido da colonização brasileira foi seu caráter comercial voltado para o exterior, ou seja, destinava-se a explorar os recursos do território colonial em proveito da metrópole portuguesa e do comércio europeu. Foi com esse objetivo que se organizaram a sociedade e a economia brasileira. A grande propriedade agrícola (latifúndio), monocultura e escravismo, designada pela palavra *plantation*, constituiu a base da formação da colonização portuguesa no Brasil, até a descoberta e exploração de metais preciosos, a partir do século XVIII. Prado Junior (2000, p.7) percebe a evolução histórica do Brasil “[...] não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo[...]”. Nessa perspectiva esse autor na página 14 explicita a maneira diferenciada como se deu o povoamento das colônias americanas:

Na Nova Inglaterra, nos primeiros anos da colonização, viam-se até com maus olhos quaisquer tentativas de agricultura que desviavam das feitorias de pele e pesca as atividades dos poucos colonos presentes. Se se povoou esta área temperada, o que aliás só ocorreu depois do século. XVII, foi por circunstâncias muito especiais. E a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas políticas religiosas, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções. Isto durará muito tempo; pode-se mesmo assimilar o fato, idêntico no fundo a um processo que se prolongará, embora com intensidade variável, até os tempos modernos, o século passado. Virão para a América puritanos e Quaker da *schwenkfelders*, inspiracionalistas e menonitas da Alemanha meridional e Suíça. Durante mais de dois séculos despejar-se-á na América todo resíduo das lutas político-religiosas da Europa.

1 - PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo, Brasiliense, SP, 2000.

2 - NOVAIS, F.A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial, in: Brasil em perspectiva, Corpo e alma do Brasil, 12ª. Edição Difel, RJ 1981.

3 - LEITE, D.M. O caráter nacional Brasileiro, 4ª. Edição, Pioneira, 1983, SP.

Esse mesmo autor explica a diferença entre o povoamento da América do Norte por um lado e da América Subtropical e tropical por outro. Segundo ele, as diferenças nas condições naturais do Norte e da América Subtropical, atraíram e repeliram os colonos. Para ele, as condições naturais da América Subtropical, tão diferentes do habitat de origem dos povos colonizadores do Norte, repeliram esse colono que vinham como simples povoadores-tropical categoria daqueles que procuravam a zona temperada. Para estabelecer-se no trópico o colono europeu tinha de encontrar estímulos diferentes e mais fortes do que os que impeliam para as zonas temperadas. (cf. PRADO JUNIOR, 2000, p. 16). Dentre as características dessa diferenciação, encontramos a política de plantation: latifúndios, monocultura e o uso em larga escala da mão de obra escrava:

É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras - fazendas, engenhos, plantações (as plantations das colônias inglesas) - que reúne cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador) haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedades (PRADO JUNIOR, 2000, p. 17).

Esse modelo determinou a escravização do negro e sua transposição do continente africano para o Brasil.

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, nem se cogitou o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a os quais pertencia a maioria dessas colônias, havia como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. (Idem, 2000, p. 18).

Além dessas explicações, destacamos a interpretação do historiador Fernando Novais, segundo o qual a preferência pela escravidão dos africanos em vez dos índios pode ser compreendida como mais um elemento da engrenagem do sistema colonial montado no Brasil. Segundo ele, os ganhos com o comércio dos indígenas capturados ficavam dentro da colônia, entre os que se dedicavam a esse tipo de atividade. Já os lucros com o comércio negreiro iam para a metrópole, ou seja, para os negociantes envolvidos nesse comércio e para a Coroa, que recebia os impostos. Por isso, a escravização dos africanos foi incentivada, enquanto a dos indígenas foi desestimulada e até mesmo proibida em certos lugares e períodos. Já nas colônias de povoamento do Norte da América, o trabalho escravo não acha lugar no sistema mercantilista, contudo, é introduzido o trabalho livre assalariado:

As condições muito específicas em que se processou na Inglaterra a formação do Estado moderno, com as sucessivas crises político religiosas, ao mesmo tempo em que o movimento dos enclosures e a consequente migração rural-urbana criavam excedentes de mão-de-obra subempregada ou desempregada, abriram a possibilidades que se promovesse um tipo de

colonização inteiramente diversa, baseada nas colônias de povoamentos. Na realidade, as colônias inglesas das áreas temperadas da América Setentrional formam um fenômeno qualitativamente distinto do que vimos descrevendo e analisando até aqui. A presença desse novo elemento no sistema colonial do mercantilismo, fugindo às suas características mais profundas, mas formalmente integrado nos seus quadros políticos, passou a construir um permanente fator de perturbação de seu funcionamento normal, e de complicação do sistema. Na Nova Inglaterra organizar uma vida econômica que não se orienta essencialmente para a metrópole – o que de resto seria quase impossível, dada a identidade dos respectivos quadros geográficos. Não se conseguia, assim, a complementaridade econômica, elemento basilar na situação colonial típica, trabalho livre de pequenos proprietários, a produção diversificada para o consumo interno, baixo nível de rentabilidade (na primeira fase) contrastam radicalmente com os elementos estruturais das colônias ajustadas ao sistema mercantilista – as colônias de exploração. (NOVAIS, 1981, p. 61 e 62).

Leite (1983, p. 348), tentando compreender e analisar o caráter nacional brasileiro também compartilha desta mesma interpretação. No entanto, antes de descrevê-los, indica o que denominou o sentido da “colonização” e chega a uma análise que se tornou clássica para os que estudam o Brasil: para compreender a nossa história. É necessário pensar que a colonização do Brasil procurou obter produtos tropicais, isto é, inexistentes na Europa. Esse sentido da colonização permite compreender as características do povoamento do Brasil, bem como vários dos aspectos da vida material e social da colônia. Esse sentido determina a escolha dos produtos agrícolas aqui obtidos e, mais ainda, as fases de desenvolvimento e decadência das diferenças regionais brasileiras. Em outras palavras, a nossa economia estava dirigida para as necessidades do mercado europeu. Isso determina o tipo de exploração do solo e de organização da produção – a grande propriedade de monocultura e escravocrata – bem como as pequenas proporções da economia de subsistência, isto é, destinadas ao consumo dos colonos.

Ele não somente concorda com Prado Junior (2000) como também distingue as suas teorias das de Gilberto Freyre, o qual reclamava para si a sua autoria argumentando tê-las apresentado anteriormente. No entanto, na compreensão de Leite (1983, p. 349) Freire elaborou muito mais um estudo antropológico:

Embora Gilberto Freyre tenha reclamado para si a primazia dessa interpretação, dizendo que a apresentou antes de Caio Prado Junior a verdade é que há um abismo entre as duas análises. É certo que Gilberto Freyre falou em economia baseada na monocultura, latifundiária e escravocrata, mas em vez de procurar suas consequências para a vida brasileira, passou a uma análise que se aproximaria muito mais de um estudo antropológico, isto é, tentou examinar os caracteres culturais de portugueses, índios e negros. Caio Prado Junior, ao contrário, vê esse tipo de economia como consequência do sentido da colonização, e é este sentido que determinará as outras características da vida brasileira.

Da mesma forma enfatiza que Prado Junior (2000) não se limitou a focar raça ou clima, mas acima de tudo, diferenças nos tipos de empreendimento agrícola possíveis na zona temperada e na zona tropical.

É nesse sentido que Caio Prado Junior representa um momento decisivo na superação do pensamento ideológico: as características da colônia não são determinadas por misteriosas forças impostas pelo clima ou trazidas pelas raças formadoras, mas resultam do tipo de 59 colonização imposto pela economia europeia. Em Caio Prado Junior também aparece a comparação com os Estados Unidos, mas as diferenças são apresentadas não através da raça ou do clima, mas através do tipo de empreendimento agrícola possível na zona temperada ou na zona tropical (LEITE, 1983, p. 350).

Entendemos que as teses de Caio Prado podem ser observadas de maneira empírica nos dias de hoje na constatação do fato do redirecionamento da produção de álcool combustível pelo setor sucroalcooleiro no Brasil, em virtude dos interesses do mercado internacional. As incertezas dos combustíveis fósseis nos apontam que a organização da economia brasileira ainda ocorre em virtude de interesses externos. Os historiadores do futuro poderão confirmar a relevância e atualidade desta tese.

BRASIL – LEI DE TERRAS DE 1850

Em 1859, para cumprir uma exigência da Inglaterra como principal parceiro comercial do Brasil, foi aprovada a Lei Eusébio de Queiros, que estabelecia a extinção do tráfico negreiro. Além da Lei Eusébio de Queiros, outra importante medida foi a aprovação da Lei de Terras, que, em 1850, estabeleceu normas para a aquisição de terras devolutas (terras não ocupadas, legalmente pertencentes ao Estado). Com isso, pretendia-se pôr fim a uma situação desordenada, em que as terras eram compradas e vendidas sem nenhum amparo legal. A nova lei determinou que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas mediante compra e não por meio da ocupação, como ocorrera até então. Mas a medida tinha outro objetivo: impedir o acesso das camadas populares à terra, que viria com a suspensão do tráfico negreiro e o iminente fim da escravidão.

Com a nova legislação, apenas os grandes proprietários passavam a ter o direito legal de adquirir terras, pois só eles dispunham de recursos suficientes para esse tipo de transação. Em contrapartida, os trabalhadores rurais livres já não poderiam ocupar terras devolutas nem instalar nelas suas lavouras de subsistência. Assim, na prática, a medida favorecia a concentração da grande propriedade rural⁴.

4 - WHITAKER, D.C.A., LIMA NETO, F.P., BOCANEGRA, C.A., Educação e reforma agrária: o programa “escola do campo” em Araraquara – S.P. VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste da ANPED, VITÓRIA, ES, 2004.

USA – O HOMESTEAD ACT

Diferentemente, o processo de ocupação de terras pertencentes ao Estado nos Estados Unidos, nos movimentos de marcha para o oeste, ocorreu com uma política de equalização de distribuição de terras, à medida que elas se tornassem produtivas. Essa política não estimulava o acúmulo de terras ociosas e sim a produção.

Segundo o historiador da economia americana Robertson (1986) o congresso dos EUA aprovou o “Homestead act” de 1862 para cumprir a finalidade de igualdade de oportunidades na ocupação das terras. Observa-se que na ocasião a linha da fronteira se aproximava do centésimo meridiano, portanto o Estado Americano não tinha a dimensão dos dias atuais. A maior parte das terras americanas estava em processo de ocupação e sua legalidade ainda não definida. A maior parte das terras não ocupadas localizava-se a oeste do centésimo meridiano. (cf. Robertson, 1986, p.298). O espírito da aprovação do “Homestead Act” foi criar um texto legal para garantir a posse da terra aos chefes de família que tivessem atingido a idade de 25 anos:

[...] Qualquer indivíduo que seja chefe de família, ou que tenha atingido a idade de vinte e um anos e seja cidadão dos Estados Unidos, ou seja, que tenha registrado documento declarando sua intenção de tornar-se tal, e que nunca tenha tomado armas contra o Governo dos Estados Unidos ou dado auxílio e consolação a seus inimigos, estará , a partir de primeiro de janeiro de mil oitocentos e sessenta e três, habilitado a entrar na posse de um quarto de milha quadrada ou de uma quantidade menor de terras públicas desocupadas [...] (HOMESTEAD ACT, de 20 de maio de 1862, apud ROBERTSON, 1986, p.299).

Essa legislação vai determinar uma nova política agrária da segunda metade do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX para a ocupação de terras americanas na segunda fase da Marcha para o oeste. Por pressão de grupos que tinham interesses especiais no oeste, o congresso americano aprovou quatro importantes leis agrárias: 1) a lei do cultivo das Matas (timber-culture act), de 1873 - com o objetivo de incentivar o plantio de madeira de construção nas regiões áridas , colocando 160 acres de terra gratuita à disposição de quem concordasse em plantar árvores em 40 desses acres, 2) a lei das terras desérticas (desert land Act), de 1877 - com o objetivo de facilitar a compra de terras até 640 acres, pelo preço de 1,25 dólar o acre, desde que o 58 comprador concordassem em irrigar a terra no prazo de três anos, 3) a lei das matas e pedreiras (timber and stone Act) , de 1878 - lei que previa a venda, ao preço de 2,50 dólares o acre, de valiosas matas e pedreiras situadas em Nevada, Califórnia, Oregon e Washington, e 4) a lei do corte de madeiras (timber cutting Act), de 1878, a qual autorizava os habitantes de determinadas áreas a cortar árvores em terras do governo gratuitamente, com a contrapartida de empregarem a madeira na agricultura, na mineração e na construção doméstica (cf. ROBERTSON, 1986 p 299).

É necessário mencionar o fato de que houve modificações no “Homestead Act” no princípio do século XX com a finalidade de possibilitar aos colonos a obtenção de sítios de dimensões econômicas, no entanto o propósito de democratizar a ocupação das terras em período de expansionismo territorial foi conseguido, pois cumpriu sua função social segundo as demandas do final do século XIX.

Constatamos que diferentes modelos de colonização influenciaram de maneira desigual nas relações econômicas nas sociedades resultantes desses modelos. A ocupação de terras nas colônias subtropicais que passaram pela experiência da política de plantation e posteriormente por uma lei de terras que legalizou a desigualdade, provocou a concentração da posse da propriedade fundiária, excluindo assim um grande contingente de homens da terra. Nas colônias do norte da América, por consequência de seu diferente modelo de colonização houve uma distribuição de terra de maneira mais igualitária, o que explica o avanço industrial do Norte dos Estados Unidos e o atraso do Sul latifundiário e escravocrata – contradição que está na base das causas que levaram à Guerra da Secessão.

Para o que nos interessa, cumpre enfatizar o desenvolvimento industrial e a racionalidade do Norte dos Estados Unidos, que arrastaria o Sul na mesma direção, após a vitória na Guerra de Secessão.

QUADRO GERAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EDUCAÇÃO NOS E.U.A

BRASIL – JESUITISMO

Segundo o entendimento de Romanelli (1978)¹, assim como Caio Prado Jr, diferentemente da história americana, o Brasil foi submetido a um regime de colônia de exploração, legalizado por um pacto colonial. A educação tornou-se algo desnecessário, salvo para os propósitos missionários dos jesuítas, os quais se alimentavam da necessidade de expansão da cultura católica em período de Contra Reforma. A educação jesuítica marcou a maior parte da história da educação brasileira até o século XIX, deixando ainda resquícios no modelo educacional que foi legado para o século XX.

O colonialismo, iniciado na Idade Moderna, foi marcado por trocas culturais as quais foram usadas para aniquilar as culturas indígenas, Romanelli (1978, p. 20) considera que:

Essa cultura praticamente aniquilada facilitou a transferência dos padrões culturais europeus que foram transplantados para o Brasil. Esse transplante pode ser entendido como uma espécie de enxerto, tornando-se um corpo estranho em um novo meio, caracterizado por uma imposição pura e simples de padrões culturais, pela transferência de hábito de vida diária, idéias, formas de atividade econômica, formas de organização social e política e formas de educação”.

A transferência dos padrões culturais europeus para o Brasil se deu como um produto acabado da cultura intelectual. Esse produto foi transportado para o Novo Mundo através da camada social dominante, a única em condições de alimentá-los e manipulá-los a seu favor, graças as constantes injeções de realimentação administradas pelos jesuítas. Esse modelo educacional conferia status à classe dominante e contribuía para manter a distância entre esta e as demais camadas sociais. Sobre esse modelo, Gadotti (1994)² considera que:

[...] o debate educacional foi superando gradativamente a educação jesuítica tradicional, conservadora, que dominava o pensamento pedagógico brasileiro desde os primórdios. O domínio dos jesuítas havia sofrido um retrocesso durante apenas um curto espaço de tempo, entre 1759 e 1772 (Reformas Pombalinas). O obscurantismo português sobre a colônia era tanto que, em 1720, a metrópole proibiu a imprensa em todo o Brasil, na tentativa de mantê-

1 - ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil. Ed. Petrópolis, 1978.

2 - GADOTTI, M. História das Idéias Pedagógicas, Editora Ática, São Paulo, 1994

la isolada de influências externas. (GADOTTI, 1994, p. 230) [...].”

Esse mesmo autor acrescenta que:

“Os jesuítas nos legaram um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição, através de prêmios e castigos [...]. Era uma educação que reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e sabichões, os doutores (GADOTTI, 1994, p.230).

Não somente Romanelli e Gadotti, mas também Paiva (2000) faz considerações importantes sobre o propósito da educação jesuítica no Brasil.

Segundo Paiva (2000, p.43) [...] escola, escolarização, alfabetização têm um sentido típico em cada época, em cada contexto social. O colégio e a universidade, nesse tempo eram destinados a pouca gente [...]”. Em seus estudos ele busca na história portuguesa e no seu desdobramento em terras brasileiras o lugar que a escola ocupou na organização social, cujas considerações são bastante semelhantes às de Romanelli (1978). Em seu trabalho procura entender a escola jesuítica como um dado da cultura portuguesa colonial entendendo-a em seu contexto colonial como instituição e forma de relações sociais, por seus efeitos produzidos. Observa em seu artigo que desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a cantar (os missionários protestantes também usaram os hinos como instrumento pedagógico), citando os relatos de Nóbrega, em sua primeira carta do Brasil: “ O irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever” (Nóbrega, apud Paiva, p.43). Porém, essa educação era voltada para os indígenas, sendo que os colégios eram reservados aos missionários, pois seu grande objetivo seria sua preparação. Apesar de inicialmente não ter sido pensado para os índios, posteriormente foi extensivo a eles, alegando que [...] “este colégio...será bom para recolher os filhos dos gentios e cristãos para os ensinar e doutrinar”(Idem, p.43).

Considera que a alfabetização representava para os povos indígenas uma imposição cultural, pois observa a contradição de se alfabetizar indígenas no Brasil, sendo que nem em Portugal o povo era alfabetizado. Elabora como hipótese de que o aprendizado das letras significava um tipo de aculturação, pois, segundo ele: “[...] deviam significar adesão plena à cultura portuguesa. Quem fez as letras nessa sociedade a quem pertencem? Pertencem a corte, como eixo social”. (Idem, p. 43).

Nestas considerações, conclui que a alfabetização dos indígenas se tornou uma atitude cultural de profundas raízes, pois, segundo ele, pelas letras se confirma a organização da sociedade, organização essa que vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos. Com o passar do tempo os jesuítas julgarão a catequese dos índios desnecessária, e a educação não será mais igualitária, pois, como já foi dito, os colégios se voltarão para os filhos dos filhos das elites portuguesas fato que servirá de

estratégia de preservação da cultura hegemônica. Em suas palavras:

Não somente os jesuítas, mas também os principais desta terra estavam convencidos de que alfabetizar era importante, caso contrário não mandariam seus filhos. Isso garantiria a manutenção do sistema cultural, pois seus filhos seriam ou padres ou advogados, ocupariam cargos públicos, possibilitaria a sociedade a se reproduzir. O novo cenário, por sua vez, por mais diferente que fosse, não levava a sociedade portuguesa a ser estruturalmente diferente. Mesmo assim fica o questionamento: a imposição da cultura portuguesa aos naturais da terra e aos negros escravos, numa experiência singular para os colonizadores, não afetaria o significado mesmo dos gestos culturais portugueses? Não estaria afetando sua própria cultura? Melhor dizendo, a cultura brasileira que se forjava não seria devoradora do cenário? (PAIVA, 2000, p. 44).

Salienta também que a visão única que os portugueses colonizadores tinham de sociedade era o modelo que desejavam impor a partir da sua própria sociedade, e assim o fazendo em seu relacionamento com as demais culturas. Tendo uma estrutura rígida, centrada e hierárquica baseada na sua religião oficial atrelada ao Estado impunham esse comportamento cultural as demais culturas que eles submetiam ao colonialismo. Missão religiosa e de Estado se misturam, a serviço do Rei e de Deus, as quais orientavam as ações sociais, inclusive na educação:

O serviço de Deus e o serviço d'El-rei eram os parâmetros das ações sociais e obrigavam a manutenção das letras, como eram entendidas à época. Por isso, não há do que se espantar como colégio jesuítico em terras brasileiras: baluarte erguido no campo da batalha cultural, cumpria com a missão de preservar a cultura portuguesa. (PAIVA, 2000, p. 44).

USA – HERDEIROS DA REFORMA PROTESTANTE

Dentre os inúmeros historiadores e sociólogos que estudam o processo de formação da sociedade americana, inserida na história do cristianismo e da Reforma, destacamos Nichols (1978), Mendonça (1986) e Boisset (1971). Mendonça (1986, p.43) especificamente entende que a história do protestantismo americano está ligada à história de sua própria civilização:

Para se compreender a força do protestantismo missionário americano é necessário, antes de tudo, conhecer a sua história, história está indissolúvelmente ligada à própria civilização que se formou ao norte do continente. O protestantismo americano é um protestantismo de povoamento, isto é, ele foi se formando à medida que protestantes europeus passavam para as possessões inglesas a busca de novas condições de vida.

O referido autor menciona ainda que a presença católica nos EUA ocorreu tardiamente em relação ao processo de colonização, através da imigração de franceses,

irlandeses e alemães católicos, no século XIX.

Mendonça (1986) e Nichols (1978) têm posições semelhantes ao compreenderem que a gênese cultural da sociedade americana foi fruto de sua origem histórica, determinada pelo fato da América do Norte ter sido colonizada no século XVII pelos europeus, dos quais muitos haviam abraçado o protestantismo durante ou em seguida a Reforma. Esses buscavam uma terra na qual pudessem praticar sua religião, sem receio de perseguições. Por serem adeptos do movimento da Reforma, trouxeram consigo a obrigatoriedade de leitura diária da Bíblia para poderem participar do culto religioso. Por esse motivo, a alfabetização tornou-se a principal meta das primeiras escolas americanas.

Os puritanos que vieram por volta de 1600 para as colônias da Nova Inglaterra foram os primeiros a levantar essa bandeira. Observa-se também na leitura desses autores que, na formação cultural do povo americano há uma estreita relação entre educação e protestantismo. Sobre essa relação Mendonça (1986, p. 44) enfatiza a importância da imigração dos puritanos nos primórdios da colonização europeia na América do Norte: “[...] atravessaram o oceano no Mayflower e fundaram a colônia de Massachusetts. [...]” e: “[...] partidários que foram do governo igualitário-democrático, podiam na nova sociedade que estavam criando, organizar-se política e eclesialmente segundo os seus ideais [...]”. Nichols (1978, p. 178) entende de maneira semelhante: “[...] foi salutar para a jovem nação a grande influência intelectual e moral dos puritanos da Nova Inglaterra [...]”.

Os componentes dessa nova civilização cristã que estavam em formação seria, de um lado, a desinstitucionalização eclesiástica que conheciam no mundo europeu, marcada por um catolicismo que não separava Estado de Igreja e por uma sociedade com características feudais, e, de outro, a ordenação da vida segundo o tripé religião-moralidade-educação (MENDONÇA, 1986, p. 54).

Na América do Norte o protestantismo imigrante da Europa se configurou em novas denominações religiosas³, as quais desejavam trabalhar para a reforma do mundo a partir da visão de uma população religiosa, livre, letrada, industriosa, honesta e obediente as leis (MENDONÇA, 1986, p. 55). Esse fato resultará na formação de uma ideologia religiosa civilizacional que ficou conhecida como Destino Manifesto⁴. Nesta mesma página Mendonça complementa que: “[...] durante todo o século XIX imperava a idéia de que religião e civilização estavam unidas na visão da América cristã e que Deus tem sempre agido através dos escolhidos [...]”.

Por conta desse projeto, a maioria das denominações religiosas importantes

3 - Entendemos aqui denominações religiosas como as livres associações de protestantes que chegaram a América do Norte no período da colonização e que almejavam viver sua crença reformada livremente sem as perseguições das monarquias europeias que não diferenciavam Igreja e Estado. Não usamos esse termo no sentido de seitas, conforme o entendimento de Max Weber.

4 - Essa ideologia conhecida como “destino manifesto” baseava-se no entendimento que Deus outorgava aos novos colonos americanos o mesmo condicionamento dado aos judeus no Antigo Testamento. Por essa ideologia acreditavam que a jovem nação tinha a incumbência da redenção política, moral e religiosa do mundo.

(presbiterianos, batistas, metodistas, e outros...) nos EUA reconheceu que a educação era pré-requisito para a América Cristã, pois entendiam que só uma cidadania adequadamente preparada podia desenvolver sua missão religiosa no mundo, fato que determinou que entre 1780 e 1860, o número de instituições educativas ligadas às denominações protestantes subiu de nove para quase duzentas em território americano. (MENDONÇA, 1986, p.60) Vale observar que na Europa já havia essa ligação entre educação e religião protestante através das recém-inauguradas escolas dominicais.⁵

Ao finalizar sua análise, Mendonça menciona o fato de que tanto Aléxis de Tocqueville como Weber observaram a importância da ética protestante na formação da nação americana⁶, ou seja, os Estados Unidos confirmam a tese de Weber sobre a relação profunda entre a ética protestante e o espírito do Capitalismo: o trabalho como vocação, aliado a uma vida sem luxo, ascética e frugal levando à poupança e acumulação do capital.

Estas considerações sócio históricas, através dos autores mencionados, nos apontam um “pano de fundo”, tanto com fatos históricos quanto através do modelo teórico interpretativo. Esse “pano de fundo” nos ajudou a interpretar a ideologia racional e moderna contida nos escritos dos Kalley, nos quais, segundo nosso critério de seleção, realizaremos a análise dos conteúdos discursivos no Capítulo 7.

5 - A Escola Dominical surgiu em 1780, em Gloucester, Inglaterra, por iniciativa de Robert Raikes, como resultado do avivamento wesleyano. A escola de Raikes destinava-se as crianças pobres e ministrava educação religiosa e secular, e foi o ponto de partida da educação popular na Inglaterra. Antes de 1790 as escolas dominicais haviam chegado a América e, 1824, já havia sido fundada a Associação das Escolas Dominicais da América. (cf. Mendonça, p.60).

6 - Segundo Mendonça Aléxis de Tocqueville esteve nos Estados Unidos em 1831 e notou uma multidão inumerável de seitas, de diferentes cultos, mas pregando uma mesma moral, os mesmos deveres dos homens, observando que a religião regia os Estados Unidos. Tocqueville observa que a eternidade era apenas uma das preocupações do americano. A meta em curto prazo seria o cristianismo implantado na sociedade. Max Weber, segundo Mendonça, estando nos Estados Unidos em 1904, observa que o fato mencionado por Tocqueville em 1831 ainda permanecia.

EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PROTESTANTE NO BRASIL

A inserção dos protestantes no Brasil não se deu de maneira tranquila ou uniforme, nem tampouco em uma única tentativa e em um único contexto, conforme já foi considerado anteriormente por Mendonça e outros. Os primeiros que tentaram penetrar no espaço territorial e na cultura brasileira foram os franceses, na Bahia da Guanabara, seguido a eles os holandeses que pleiteavam participar do comércio açucareiro juntamente com os portugueses. Após a vinda da família real e a abertura dos portos, resultando nos tratados comerciais de 1810, embora a situação religiosa ainda fosse de submissão aos ditames do Estado português, houve a vinda de inúmeros protestantes não por conta de missão, mas por interesses comerciais que os ingleses tinham com a América. Não houve aí uma penetração de protestantismo de missão, mas de imigração. Esse tipo de protestantismo teve uma atuação na educação, em casos isolados e não com um objetivo estratégico. Paulatinamente os protestantes se infiltrarão também na cultura brasileira através de várias ações missionárias, inclusive na educação. Quando pensamos em educação protestante no Brasil no século XIX não devemos considerar apenas as de caráter escolar e coletivas, mas também as ações isoladas de educadoras imigrantes que, de certa forma vieram ajudar nesta “penetração” do protestantismo na cultura brasileira. O caso das preceptoras e sua atuação pode ser um exemplo emblemático.

AS PERCEPTORAS PRECEPTORAS ALEMÃS

Observamos através de um estudo de caso em artigo publicado por Marly Gonçalves Bicalho Ritzrat, uma experiência educacional por iniciativa de protestantes no Brasil, a qual denominou de “preceptoras alemãs”. Esse artigo não mostra uma experiência de educação escolar formal, mas uma iniciativa individual, tipificada em uma história de vida singular, podendo ser exemplo de inúmeros outros casos semelhantes que ocorreram. Essas atividades educacionais isoladas, segundo a autora, tão somente serviram de trabalho assalariado, motivo pelo qual ela coloca no início de seu texto a pergunta: preceptoras: missionárias da educação ou mercenárias? A autora entende por preceptora uma “[...] mulher que ensina em domicílio ou uma mulher que habita com uma família para fazer companhia e dar aulas às crianças [...]”. (Ritzrat,2000,p271), sendo este serviço remunerado. Nesse estudo é recuperada a memória de alguns seus alunos os quais se lembram delas como umas mulheres de diversas facetas da educadora, as quais a autora classifica como:

[...] amiga, sensível, delicada, mas também professora incompetente, sádica e opressora impiedosa (Idem, p.271), além de serem consideradas por alguns como: [...] arrogantes, rígidas, obcecadas por regras, pedantes, moralistas, mal-humoradas e pudicas; através de obras da literatura[...]. Também são lembradas e marcadas por serem vistas como a “pobre coitada”, como aquele desamparado ser feminino em um mundo sem compaixão, andando de cabeça baixa, olhos voltados para o chão, vestindo um antiquado vestido de lã; são ainda o perigo erótico que arrebatava paixões, destruindo lares, ameaçando a harmonia da família. (Idem, p.271).

Essas percepções que nos remetem a analisar o imaginário social mostra uma nova representação de tipo feminino trazido para o Brasil: uma mulher que baseia sua autoestima na própria qualificação profissional, representando também um tipo de membro falido da burguesia, ou das camadas médias da sociedade que tinham de mandar suas filhas para o mercado de trabalho porque não conseguiam alimentar ou casar todas elas. (Idem, p 271).

Essa representação social das preceptoras é compreendida ao estudar os materiais coletados que recuperam a memória de Ina von Binzer. Essa personagem singular, porém, representada aqui como um tipo social, nasceu em 3 de dezembro de 1856 na Administração de Florestas Brunstorff, em Lauenburg, na Alemanha. Filha de um administrador florestal, passou a infância em Friesrichsruh, Mölln, Kiel e Schleswig, em consequência das frequentes transferências do trabalho do pai. Após finalizar sua educação escolar, fez exame de professora em Soest e chegou ao Brasil no Rio de Janeiro em 1881. Com apenas 22 anos, assume o cargo de preceptora, cuja atribuição conferida foi a de educar os filhos de um rico fazendeiro no interior do Rio de Janeiro, com a finalidade de ensinar-lhes os princípios da educação europeia que havia recebido. Ficou no Brasil até 1883, deixando cartas, ao todo 40, dirigidas a uma suposta amiga que ficara na Alemanha, sendo esta uma das fontes pesquisadas pelo autor, (cf p.269). Após essa experiência passa para um colégio de moças, local onde deu aulas aos filhos de uma rica família paulistana e terminou sua aventura pedagógica de volta a uma fazenda no interior de São Paulo.

Neste estudo de caso, a preceptora Ina, segundo a pesquisadora, tipifica as jovens oriundas da aristocracia, empobrecidas ou desprovidas da sorte do casamento, que frequentemente se empregavam como preceptoras e governantas nas casas de ricas famílias. Uma ocupação amarga, marcada muitas vezes pela exploração e falta de reconhecimento e contemplando, raramente, por um amor ou romance. O destino dessas mulheres foi apropriado pela ficção de meados do século passado como um tema bastante frutífero. De fato, a ficção utilizou-se da figura da governanta e da preceptora para criar personagens que se tornam conhecidos em todo mundo, e sobretudo as protagonistas dos romances ingleses do século XIX passaram a exercer fascínio em seus leitores, que se estende até os dias de hoje. (Ritzrat,2000,p271).

Um estudo sobre Iná Von Binzer é algo que não se limita a uma pessoa singular. É

estudar sobretudo, como já foi dito, citando a própria autora, entender um “tipo social”, de agente feminino atuante no processo educativo, no século XIX em uma nação monárquica, de economia agrária e escravocrata e cujas possibilidades de mudança cultural passavam pela infiltração de novos “ingredientes” ideológicos que paulatinamente trouxesse mudanças na visão social de mundo.

Sarah Kalley, a protagonista deste trabalho e seus escritos estudados nesta tese, não sinalizam que ela seja um tipo social comparável ao de uma preceptora. Sua opção por um trabalho missionário de divulgação de uma visão de mundo não se deu por conta de autoestima feminina, ou por uma alternativa ao casamento. Oriunda de uma família de industriais ingleses bem-sucedida, casada com um médio afortunado fez de seu projeto um ideal missionário pagando o preço de sua opção.

A EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES NO BRASIL

A vinda para o Brasil de imigrantes no século XIX, coloca um problema para o governo e para a sociedade brasileira: qual a estratégia de educação destes imigrantes, uma vez que a educação universalizada não fazia parte do programa do Estado Monárquico brasileiro?

Lúcio Krentz, (2000) desenvolve uma pesquisa, mostrando a preocupação do governo brasileiro em relação a educação dos imigrantes. Esse estudo não traz a luz questões do protestantismo de missão, pois não tem como fundamento a transmissão de valores estrangeiros para a cultura brasileira, e sim a preocupação do governo brasileiro em proporcionar educação aos imigrantes que chegaram ao Brasil por diversos motivos a partir do século XIX. Krentz considera que:

Diversos motivos levaram o governo brasileiro a incentivar a imigração. Proclamada a independência, tornou-se mais intensa a discussão de um projeto de nação. O rápido desenvolvimento do Estados Unidos, com grandes levas de imigrantes há décadas, começou a ser considerado com um exemplo a ser seguido pelo Brasil. Em publicação e em debates políticos falava-se dessa imigração, da rápida expansão do povoamento, do incentivo a pequena propriedade, do crescimento da cidade e do incremento de suas atividades artesanais e manufatureiras, progresso esse atribuído em grande parte a imigração. Apontava-se a pequena propriedade como fonte fundamental de todas as virtudes”. (KRENTZ, 2000, p. 349)

Esse autor considera que a partir do século XIX, um expressivo número de imigrantes de diversas etnias contribuiu para a formação de um pluralismo étnico e cultural mais visíveis nas regiões sul e sudeste do Brasil. Parte dos imigrantes como os italianos, alemães, japoneses, e poloneses fixaram-se nas regiões sul e sudeste do país.

Segundo ele há uma estatística que demonstra a evolução destes números em

relação aos períodos. Relatando os períodos de imigração mais intensa ao Brasil faz um levantamento de dados de 1850 à 1920. Esse contingente diagnosticado em estatística foram: a) década de 1850 - 117.000 imigrantes, b) década de 1880 - 527.000 imigrantes, c) década de 1890 - 1.200.000 imigrantes, d) década de 1900 - 649.000 61 imigrantes, e) década de 1910 - 766.000 imigrantes, f) década de 1920 - 846.000 imigrantes. (Idem, p. 351). No século XIX, observa o autor que Brasil em relação aos demais países da América, teve um afluxo pequeno de imigrantes, pois os dados apontam que 24% da imigração europeia foi para a América do Sul e 68% para a América Anglo-Saxônica, mais especificamente de 1820 a 1861, mais de 5 milhões de europeus foram para os Estados Unidos, sendo que até 1850 menos de 50.000 imigrantes vieram para o Brasil. Mesmo os que optaram para o cone sul preferiram a Argentina. Os números demonstram que, de 1856 a 1932, a Argentina superou o Brasil recebendo 6.405.000 imigrantes, enquanto para cá vieram 4.903.991 entre 1819 e 1947. Dentre esses, os alemães formaram a primeira corrente imigratória para o Brasil de forma mais sistemática a partir de 1824 quando foram para São Leopoldo, RS, desconsiderando pequenos grupos que já haviam se estabelecido nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, anos antes. (Krentz, 2000, p.350). Observa que o fluxo é crescente de 1850 a 1890, decrescendo na primeira década do século XX, somente voltando a crescer a partir de 1914 com a primeira guerra mundial e a dificuldade das exportações.

Devido às características heterogêneas dessa imigração, diversas experiências escolares surgiram, procurando atender às diferenças de nacionalidade e mesmo às características regionais dentro da mesma nacionalidade. Os alemães, como exemplo, tiveram maior heterogeneidade pelo fato de além de suas diferenças regionais também haver diferenças pela sua divisão entre católicos e luteranos, bem como pelas divergências quanto à tradição rural ou urbana de suas origens, mesmo dentro de uma mesma etnia. (Krentz, 2000, p.351). Por conta dessa heterogeneidade, a abertura de escolas específicas para imigrantes vai se alastrando pelo Brasil. Até 1875 o crescimento foi lento; havia no Rio Grande do Sul 99 escolas da imigração alemã, sendo 50 católicas e 49 evangélicas. Porém, a partir de então, o processo escolar começou a ser assumido mais diretamente pelas próprias igrejas e passou a receber conotação confessional. Na passagem do século eram 308 escolas da imigração alemã no RS. (Krentz, 2000, p. 355).

OS COLÉGIOS PROTESTANTES

Dentre as experiências de grandes colégios protestantes no Brasil no século XIX, encontramos a implantação do *Mackenzie College* (iniciativa dos presbiterianos) e do Colégio Piracicabano (iniciativa dos metodistas). Deixaremos de citar a experiência do Colégio Internacional de Campinas, por ser também uma iniciativa de presbiterianos, cuja

tipologia já é representada pelo Mackenzie. Consultamos para elaborar nosso pequeno relato os seguintes autores: HILSDORF (1977 e 1986), DAWSEY, J. C. (2005) e GOLDMAN, F. P. (1972).

Mackenzie College

Segundo HILSDORF (1977), o contexto sócio histórico em que o *Mackenzie College* iniciou suas atividades foi peculiar. O Brasil vivia em sua segunda experiência de Império, no entanto cresciam os ideais republicanos e abolicionistas. O café, conhecido como ouro verde havia se tornado a principal fonte econômica do país. O protestantismo havia chegado definitivamente e buscava na sociedade brasileira seu espaço de penetração. Nesse contexto, o casal de missionários George e Mary Ann Annesley Chamberlain chega a cidade de São Paulo em 1870. O Reverendo Chamberlain atuava em missões no interior do Estado e sua esposa, Mary, dedicava-se à área pedagógica na residência do casal. Três crianças, sendo dois meninos e uma menina, foram os primeiros alunos de um sistema educacional em turmas mistas, sem os castigos físicos adotados na época. Nascia, assim, uma nova escola na sociedade paulistana. Já em 1871, a escola contava com 44 alunos, motivo pelo qual mudou de endereço pois a sala de estar do casal já não comportava mais tantos alunos. Esse novo endereço situava-se na rua Nova São José, atual Libero Badaró. Em 1872 as aulas passaram a ser pagas - 12 mil réis por trimestre - concedendo-se bolsas parciais e integrais para os alunos carentes. O jornalista José Carlos Rodrigues propõe e é aceita a adoção do nome de Escola Americana. Nesta época, estudaram na escola, tanto filhos de escravos como de famílias tradicionais, como as de Campos Sales, Prudente de Moraes e Rangel Pestana, sendo que estes dois primeiros chegariam a se tornar presidente do Brasil durante a Primeira República. Já em 1876 muda-se novamente para a esquina das ruas Ipiranga com a São João e implantam-se dois novos cursos: Escola Normal e o Curso de Filosofia em nível superior. Neste mesmo ano inaugura-se um novo edifício neste mesmo local, cuja parte superior fora reservada para internato feminino, e o térreo para dois escritórios e três espaçosas salas de aula. Finalmente, em 1880, adquiriu-se uma área de 27,7 mil metros quadrados no bairro de Higienópolis, dando início a uma nova fase. Por conta da fama da Escola Americana ir além do Brasil, o advogado norte-americano John Theron Mackenzie fez constar em seu testamento, em 1890 uma doação à Igreja Presbiteriana norte-americana para que se construísse no Brasil uma escola de Engenharia, motivo pelo qual adota-se o nome Mackenzie utilizado até hoje. Em fevereiro de 1896, já em Higienópolis, teve início o primeiro ano letivo da Escola de Engenharia Mackenzie, sendo os diplomas ainda expedidos pela Universidade de Nova Iorque.

O colégio piracicabano

O Mackenzie surgiu, portanto, em um contexto peculiar e foi fruto da iniciativa de um casal de missionários presbiterianos. A história do Colégio Piracicabano, hoje Universidade Metodista, oferece um paralelo histórico. Fundado em 13 de setembro de 1881, pela missionária e educadora metodista Martha Hite Watts, esse Colégio, tinha como um de seus princípios fundadores, educar as filhas de uma elite republicana local, oferecendo um ensino diversificado, e visando, dentre outras coisas, possibilitar que o metodismo ganhasse adeptos e defensores. Já em 1830 a Igreja Metodista do Sul dos Estados Unidos tinha interesse de abrir na cidade de Piracicaba um colégio para meninas. Essa missão, enfrentando problemas, terminou em 1835, quando os missionários retornaram ao seu país de origem (GOLDMAN, 1972).

No momento em que os Estados Unidos se envolveram na Guerra de Secessão, vários grupos de americanos vieram para o Brasil e se instalam em várias colônias situadas nas províncias brasileiras, até que se concentraram na região de Santa Bárbara D'Oeste. Escolheram essa Região pela proximidade das linhas férreas, facilitando assim o escoamento da produção agrícola e também o baixo preço das terras. Na tentativa de conservar a cultura americana, muitos deles protestantes e também maçons, fundaram a primeira igreja metodista no Brasil (1871) e a primeira loja maçônica da região (Washington Lodge) em 1874. Nesse ambiente, esses imigrantes estabeleceram contatos que, posteriormente, colaboraram na abertura do Colégio Piracicabano (DAWSEY, 2005).

Em 1870 missionários presbiterianos já haviam aberto um colégio para atender os filhos de uma elite situada na região de Campinas (O colégio Internacional). Esse empreendimento de presbiterianos em Campinas despertou nos metodistas de Santa Bárbara D'Oeste o desejo de aproximar-se da elite piracicabana para a difusão de seus preceitos religiosos. O sucesso da experiência em Campinas pelos presbiterianos fez com que J. J. Ransom, missionário metodista enviado ao Brasil em 1876, passasse a olhar a abertura de um colégio como a melhor estratégia de divulgação do metodismo em território brasileiro (HILSDORF, 1977 e 1986).

É nesse momento que o apoio de elites republicanas da região de Piracicaba (especialmente os irmãos – advogados e maçons – Prudente e Manoel de Moraes Barros, prestadores de serviços aos colonos norte-americanos de Santa Bárbara), desejosas de mudanças no cenário político brasileiro, e aspirantes de uma educação diferenciada daquela vigente durante o Império, vão oferecer auxílio para que o colégio metodista seja instalado na cidade. Se por um lado os missionários metodistas desejavam um meio de aproximação com as elites brasileiras, por outro, essas elites progressistas e republicanas desejavam um colégio com um ensino diferenciado daquele oferecido até então, no qual pudessem educar seus filhos.

Em meio a todo esse contexto, é que o Colégio Piracicabano pôde ser fundado, ao findar de 1881, sob a direção de Martha Watts. Muitos dos elos estabelecidos entre os sujeitos envolvidos, foram fruto dos cenários pelo qual essas personagens transitavam, tendo como pano de fundo a questão política efervescente, na qual várias lideranças se articularam para pôr fim ao regime monárquico brasileiro. Entendemos que todo esse panorama possibilita vislumbrar, de um modo mais abrangente, um leque de questões (políticas, econômicas, sociais e culturais) que foram postas em movimento e se aproximaram para a efetivação de um projeto.

AS ESCOLAS DOMINICAIS

Empiricamente observamos a evidência do fato do protestantismo de missão ter usado a educação como estratégia não somente ao introduzir a prática das escolas dominicais no Brasil, bem como na implantação de diversas escolas seculares. Sobre a história da escola dominical e sua implantação no Brasil sabe-se que é motivo de divergência entre autores protestantes devido as suas diferenças denominacionais. No entanto tentaremos esquematizar um esboço histórico compreensivo para entender a introdução da escola dominical no Brasil, dentro do contexto da história da origem e desenvolvimento dessa instituição.

Origem e desenvolvimento da escola dominical – breve síntese histórica

Segundo Walter Kaschel e Edgar Halloch¹, autores do manual da Escola Dominical mais antigo encontrado em arquivos (1947), “[...] do quarto século em diante, o Cristianismo se tornou religião oficial do Estado romano e uma dentre as muitas consequências desse fato, o ensino do povo desapareceu, sendo a instrução cristã restrita ao clero e circunscrita aos conventos [...]”. Com a Reforma protestante ocorrida no século XVI a preocupação com o ensino religioso para o povo, ressurgiu pela própria necessidade da obrigatoriedade da leitura bíblica pelos seus fiéis. Além da preocupação dos reformadores com a educação popular como um incentivo a um dos princípios reformado conhecido como “livre exame das escrituras”, acrescentamos o fato da Revolução Industrial ter provocado a desagregação de inúmeras famílias inglesas, as quais necessitavam deixar os seus filhos à própria sorte para cumprirem extensas jornadas de trabalho nas indústrias. Esse contexto caracterizado por grandes transformações sociais, políticas e econômicas, advindas das ideias reformadas e da Revolução Industrial, criou as necessidades que levaram ao surgimento do movimento da Escola Dominical. (cf. Kaschel, et all 1947).

Origem da escola dominical – na Inglaterra e eua.

A história das origens do movimento denominado “Escolas Dominicais” consta na

1 - Walter K. e Edgar H., Manual da Escola Dominical. Editora Metodista, São Paulo, 1947.

maioria das publicações de editoras protestantes no Brasil. Nenhuma delas porém traz fontes primárias. É importante mencionar esse movimento histórico como contexto de nosso objeto de pesquisa. No entanto, não é o objeto em si uma pesquisa em fontes primárias inglesas, exigiria tempo e gastos impossíveis no momento.

Segundo Kaschel, et all (1947), a cidade de Gloucester, na Inglaterra, era um pólo industrial têxtil. Robert Raikes, redator de um jornal nesta cidade, o `Gloucester Journal`, observou que inúmeras crianças trabalhavam nas fábricas juntamente com seus pais, durante a semana, e no domingo ficavam abandonadas nas ruas e praças, enquanto seus pais descansavam. Pelo fato de não haver escolas gratuitas mantidas pelo Estado monárquico inglês, e das escolas particulares serem um privilégio dos ricos, a vida dessas crianças se limitava ao trabalho semanal, ao abandono nas ruas e praças aos domingos. Consequentemente estavam excluídas do acesso à educação.

Ao constatar essa realidade, Raikes, em julho de 1780 começou a reunir algumas crianças pobres numa casa particular, para instruí-las na leitura, na aritmética e no catecismo. Essa iniciativa de Raikes dá início ao movimento que originaria a atual instituição chamada de Escola Dominical. Sua origem foi fora das portas das Igrejas, porém mais tarde seria recebida dentro delas. Essas primeiras escolas apresentavam um caráter eclético, em que não só se ensinava religião, mas também princípios de moral e cívica, leitura, gramática e aritmética. Posteriormente adquiriram uma feição inteiramente religiosa.

No dia 3 de novembro de 1783, Raikes apresentou pela primeira vez no jornal um artigo contendo um esquema de seu trabalho entre as crianças de Gloucester. Esse artigo despertou logo a atenção de várias pessoas de influência, as quais enviaram cartas a ele, interessando-se e apoiando a iniciativa do jornalista. Essas cartas foram publicadas em diversos jornais ingleses. Deste modo, o movimento se propagou rapidamente por toda a Inglaterra. Em 1787, sete anos depois de funcionar a primeira Escola Dominical, já havia 250.000 alunos arrolados nas Escolas Dominicais de vários lugares na Inglaterra.

Não se pode dizer ao certo quando foi introduzido o movimento da Escola Dominical na América. A primeira de que há menção, segundo os autores citados, data de 1786, mas pouco se sabe dela. A partir de 1786 o movimento de Escolas Dominicais se espalhou por vários lugares da América com a mesma rapidez que na Inglaterra, e em 1791 organizou-se a primeira Associação da Escola Dominical na América do Norte. Em 1889, para integrar as Escolas Dominicais do mundo, organizou-se em Londres a Convenção Mundial das Escolas Dominicais.

A escola dominical no brasil

De uma instituição que nasceu a partir de um determinado contexto que a engendrou, a experiência de escolas dominicais, ao expandir-se para os Estados Unidos e para as demais localidades onde o protestantismo avançava, passou a fazer parte de

uma estratégia missionária. No Brasil esta estratégia foi usada por várias ramificações do protestantismo. Apresentamos, ao final deste texto, alguns documentos como fontes primárias que demonstram que não há um acordo entre os próprios relatos sobre qual foi a experiência pioneira dessa instituição no Brasil. Tudo indica que as primeiras classes de instrução bíblica no Brasil apareceram em conexão com os huguenotes na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no século XVI. Os holandeses, no nordeste do país, criaram também uma escola de instrução religiosa. Ambos os movimentos foram passageiros e relacionados com estes grupos exclusivamente, sem expandir-se para os nativos e para os brasileiros católicos que aqui viviam.

O movimento de Escola Dominical mais conhecido historicamente pelos protestantes teve início em 19 de agosto de 1855 em Petrópolis, por iniciativa do casal de missionários Roberto e Sarah Kalley, objetos desta tese. O Dr. Roberto Kalley e sua esposa Sra. Sarah Kalley foram os seus organizadores. No primeiro domingo desse trabalho compareceram 5 crianças. Com o passar do tempo organizaram-se classes em português, alemão e inglês. Segundo Reyle, historiador do protestantismo brasileiro, o casal Kalley chegou ao Brasil em 10 de maio de 1855, fundando a “primeira”(?) Escola Dominical no Brasil, em Petrópolis a 19 de agosto do mesmo ano. Em sua “`Historia Documental do protestantismo brasileiro, descreve esse momento com riqueza de detalhes, mostrando o empenho do casal, usando esse projeto como carro chefe de sua missão.

Documento 01

[...] A Sra. Kalley instalou, na tardinha de Domingo, 19 de agosto de 1855, a classe dominical, dando aula aos filhos da Sra. Webb (esposa do embaixador inglês) e a Sra. Carpenter. Nesse dia, lera a história de Jonas, no Velho Testamento, cantaram hinos e deram graças ao Senhor por sua bondade e por seu grande amor [...]" (REILY, 1984, p.143).

Documento 02

[...] Foi no Domingo, 19 de agosto de 1855, que a Sra Kalley inaugurou a escola dominical, para a instrução bíblica de crianças. Cinco filhos duma família inglesa foram os primeiros alunos das classes bíblicas, que duraram muitos anos e produziram algum fruo bom e permanente". (REILY, 1984, p.143).

De 1855 até 1911 o trabalho de Escolas Dominicais dependia em grande parte da iniciativa particular das Igrejas protestantes locais. Porém em 1911 foi organizada a União de Escolas Dominicais do Brasil. Esse fato foi o primeiro esforço para arregimentar e integrar as várias denominações que se interessavam pela instrução religiosa através dessa estratégia educacional. Em 1928 a União de Escolas Dominicais foi transformada em organismo oficial das Igrejas Evangélicas no Brasil, com o nome de Conselho Nacional Evangélico de Educação Religiosa. Em 1931 passou a se chamar Conselho Evangélico de

Educação Religiosa do Brasil, e em 1934 esse conselho foi incorporado a Confederação Evangélica do Brasil que foi durante muito tempo o órgão representativo e de ação conjunta das seguintes igrejas: Congregacionais e Cristãs, Episcopal, Metodista, Presbiteriana do Brasil e Presbiteriana Independente do Brasil. Essa confederação possuía um departamento denominado Conselho de Educação Religiosa o qual era responsável pela gestão e pelo planejamento pedagógico das Escolas Dominicais das Igrejas dessas denominações. A partir da década de 50, com o crescimento dos movimentos pentecostais e com a criação de Departamentos e Secretarias, bem como revistas e material didático pedagógico das denominações mencionadas, buscando assim o fortalecimento teológico e ideológico de cada instituição, o projeto de unidade de Escolas dominicais foi se diluindo, bem como houve inúmeros movimentos e organizações para eclesiástica que passaram a agir nesse mesmo espaço educacional. Novamente as igrejas locais passaram a gerir cada qual o seu projeto de Escolas Dominicais, sepultando definitivamente um projeto único de educação religiosa protestante no Brasil.

ANÁLISE DAS FONTES COM CONTEÚDOS DISCURSIVOS DE SARAH KALLEY ONDE HÁ INDÍCIOS DE SUA VISÃO DE MUNDO

Nas seções anteriores procuramos elucidar o tema através de uma conceituação do protestantismo, sua tangência com a história da educação, principalmente no Brasil, a trajetória de vida dos Kalley e também contextualizamos o tema dentro de um quadro histórico do protestantismo e educação no Brasil e nos Estados Unidos. Para isso buscamos entender a formação econômica, política e social diferenciada pelo processo de colonização dos Estados Unidos da América e do Brasil e dentro de um panorama histórico, mostramos o Brasil imperial no século XIX. Descrevemos a longa trajetória dos Kalley até sua chegada ao Brasil. Observamos que o contexto brasileiro no segundo império era um momento histórico favorável para a inserção dos protestantes no Brasil, incluindo a vinda do casal Kalley, primeiro para o Rio de Janeiro e por fim para Petrópolis. Fizemos também um capítulo considerando nossa ferramenta teórica (ideologia entendida como visão de mundo à luz do pensamento gramsciano).

Nesta seção estaremos chegando ao ponto central de nossa tese: buscar com análise documental a Ideologia expressa nos escritos de Sarah Kalley, que segundo nosso entendimento foi construída historicamente. Há fortes indícios de uma ideologia que busca ser uma visão racional e moderna, conforme mostraremos nos textos analisados. Dentre as fontes pesquisadas, selecionamos algumas mais significativas. O critério usado foi o de selecionar os conteúdos discursivos que reforçam a defesa do ponto central de nossa tese.

Essas análises confrontadas com os quadros históricos e teóricos baseados nas ideias de Gramsci, já apresentados, nos mostram que essas conclusões não são aleatórias, mas apontadas pelos conteúdos discursivos das fontes documentais. Essas fontes não foram analisadas com o instrumental de “Análise de Discurso” tradicional já desenvolvido pela academia, pautado somente no olhar da linguística, mas essa análise dos conteúdos considerou o conceito de “entremeios” em Michel Pêcheux, o qual¹ nos inspirou, pelo fato desse autor considerar fatores sócio históricos além das teorias linguísticas. Ao considerarmos a abordagem sócio histórica na análise dos conteúdos como fez Pêcheux, não significa que o usaremos como método.

Dividiremos as análises em dois momentos: o primeiro grupo de documentos são fragmentos de textos extraído do Jornal: “O CRISTÃO” de 29 de setembro de 1917 e

1 - MICHEL PÊCHEUX. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. Editora Unicamp. Campinas 1998.

reproduzido na obra “Esboço histórico da Escola dominical”, e textos escritos por Robert e Sarah Kalley, extraído da obra de Rocha², os quais apontam a ideologia racional e moderna no modelo de organização da educação escolar, na constatação da necessidade de educação popular como forma de modernização da sociedade, na desvinculação do controle do Estado na prática educativa, no posicionamento contra a escravidão, dentre outros. No segundo momento analisamos especificamente os fragmentos do texto do livro “A alegria do Lar”, de autoria de Sarah Kalley, a qual apresenta a visão feminina puritano-pietista da mulher como “Rainha do Lar”. Esse texto extraímos da obra de Cardoso³.

ANÁLISE DE FRAGMENTOS DE TEXTOS DIVERSOS:

Fonte Nº 01

Depoimento da Sra. Christina Fernandes Braga, testemunha das primeiras aulas de escola dominical no Brasil. O texto abaixo foi extraído do Jornal: “O CRISTÃO” de 29 de setembro de 1917 e reproduzido na obra “Esboço histórico da Escola dominical”, mencionada da bibliografia, da seguinte maneira:

Quando eu tinha a idade de 7 anos, em 1856 ou mesmo no começo de 1857, frequentava a “classe bíblica” do Dr. Robert Reid Kalley em Petrópolis, em sua chácara à rua Joinville, hoje Ypiranga. Reuniam-se allí, das 2 ou 3 às 4 horas da tarde, aos domingos, para o estudo da Bíblia sentados em volta de uma mesa grande, na sala de jantar, cerca de 30 a 40 alemães, meninos e meninas, em sua maioria cada um trazendo seu novo testamento. Quem levasse decorados três versículos, recebia um cartãozinho com um texto bíblico; quem conseguisse adquirir 10 cartõezinhos, recebia um cartão maior e quem conseguisse 3 maiores recebia um livro”. Em todas as reuniões, cantava-se hymnos. A saída, encontrávamos os que vinham para o estudo bíblico em portuguez – esses eram em menor número, mas lembro-me de que, entre elles vinham o Sr. José Pereira Loura e seus 3 filhos: Joaquim, José e Ignácio, dos quaes o primeiro, Joaquim fazendeiro em Cataguazes, falleceu há pouco tempo e deixou entre outros filhos, uma filha que muito tem trabalhado na Igreja Methodista da localidade. Após o estudo em portuguez, reunia-se a classe Inglesa. Por diversas vezes fizemos pic-nic na chácara do Dr. R.R. Kalley”. Deve-se notar que a classe alemã era mais numerosa, pois a língua allemã era mais vulgarizada em Petrópolis, naquele tempo. Tanto o Dr. Kalley, como sua esposa, Mrs Kalley falavam bem esse idioma. Assistiram a essa classe D. Carlota Gama (nesse tempo, Carlota Faulhaber) e o Sr. João Faulhaber e seus irmãos hoje falecidos. Das meninas da classe inglesa, ainda existem Mrs Isabel Kemp, viúva do fallecido industrial Kemp, e que frequentava a Igreja de Nictheroy, quando está(?) melhor de saúde, e assim também sua irmã, Miss Mary. Mrs. Kalley só matriculava alumno de oito annos para cima e no entanto fui matriculada antes d’essa idade, devido a minha persistência e porque sabia diversos capitulos de cór. Neste interím

2 - ROCHA, J.G. Lembranças do Passado. Centro Brasileiro de Publicidade. R.J. 1946.

3 - CARDOSO, D.N. COTIDIANO FEMININO NO 2º IMPÉRIO. São Bernardo do Campo. Ed. Do Autor, 2005.

o Dr. Kalley tinha iniciado o trabalho na saúde. Estas classes continuaram por muitos anos com bastante aproveitamento até 1871, 15 anos depois, após uma viagem aos Estados Unidos, o Dr Kalley organizou essa escola embryonária sob os moldes modernos – com superintendente, professores, matrículas de alunos, matrícula de professores, reunião de professores durante a semana, enfim uma verdadeira escola moderna. Quando no ano passado, se comemorou o 45º aniversário da Escola Dominical Moderna, eu que assisti a fundação d'essa Escola Dominical Moderna na Igreja Evangélica Fluminense, tive o prazer de ver a maior parte de meus netos presentes a solenidade!" E o Christão acrescenta – todos os netos de D. Christina Fernandes Braga que fazem parte da Escola Dominical perfazem o total de 22".

ANÁLISE: No depoimento da Sra. Christina Fernandes Braga, extraído do Jornal: "O CRISTÃO" de 29 de setembro de 1917, observamos a transcrição de importantes dados a serem considerados do ponto de vista sociológico. Na narrativa constatamos a predominância de pessoas estrangeiras na composição da formação do protestantismo brasileiro através da experiência dos primeiros anos de escola dominical. Este fato nos faz pensar que, por conta disto vemos a influência do modelo de gestão americana na organização do que foi chamado de "moderna escola dominical". Sobre a introjeção de hábitos há claramente a narrativa da introdução do hábito da leitura da Bíblia, uma vez que o brasileiro por ser majoritariamente católico não possui esse costume, motivo pelo qual o uso da Bíblia se tornou um poderoso fator de motivação para a alfabetização. E o uso da premiação através de cartões e livros pelo desempenho dos alunos, sugere que, assumida ou não, há uma prática implicitamente behaviorista.

Fonte Nº 02

Fragmentos dos relatos de João Gomes Rocha, filho adotivo do casal Kalley, transcrito da obra por ele escrita denominada "Lembranças do passado". Esses fragmentos relatam o processo de implantação da primeira Escola Diária no Rio de Janeiro em 1872, e reproduz uma seqüência discursiva de Sarah Kalley. Ou seja: é Sarah falando.

Fragmento 1

Não é fácil despertar e manter um vivo interesse nos jovens que estudam em grupos, como o Senhor Holden já teve ocasião de verificar, mas vou ver se posso ser mais bem-sucedida[...]. Não é o que preferiria fazer, mas a necessidade nos obriga a fazer alguma coisa, **para saciar a sede de instrução de nossa sociedade (grifo nosso)**". (Rocha, 1946, p.273). "O Pastor falou também da necessidade urgente de se instalar uma escola de primeiras letras para o ensino dos filhos dos crentes. Pediu que os pais lhe dessem informações sobre professores, livros, etc. A escola ficaria sob a superintendência do Pastor, auxiliado pelos pais". (ROCHA, 1946, p.277 e 278).

ANÁLISE: Esse fragmento nos mostra a discussão de um projeto para introduzir, após já estabelecida a escola dominical, uma escola diária, gratuita, dirigida e supervisionada

pela Igreja tendo o Pastor, como representante da instituição eclesiástica, com o auxílio dos pais e observando com cuidado a escolha de livros e professores, uma vez que o objetivo era ensinar as primeiras letras “aos filhos dos crentes”. É importante observar no conteúdo discursivo que Sarah reconhece que essa não é função da Igreja, portanto esse empreendimento ela faria não por opção, mas pela necessidade por ela diagnosticada. Essa necessidade seria “saciar a sede de instrução” da sociedade brasileira. A ideologia em sua visão de mundo racional e moderna é clara, uma vez que não há relatos de movimentos populares ou mesmo de elites brasileiras no século XIX reivindicando educação para a sociedade. Em uma sociedade escravocrata, havia uma acomodação social. A educação era privilégio das elites e do clero, que dela necessitavam para a reprodução do status social vigente na época. A sociedade brasileira não tinha sede de instrução. Sarah, portadora de uma missão empreendedora, representante da racionalidade e da modernidade é que vislumbrava que a modernização do Brasil viria a partir da educação. A sede de instrução não emanava da sociedade, mas da visão empreendedora da nossa protagonista. Observamos que Sarah não faz críticas às estruturas econômicas ou sociais, até porque é oriunda de elites industriais têxteis inglesas, mas ingenuamente crê que a instrução é redentora da sociedade e seus males. Uma panaceia para a cura social por ela observada.

Fragmento 2

[...] No dia 31 de maio houve sessão mensal da Igreja [...] Por fim, o Pastor agradeceu a colaboração dos membros da Igreja que lhe deram informações sobre professores, livros, etc., e declarou que ficava resolvido, de combinação com o Srs. Melo e Soares de Oliveira (que constituíam a Comissão Provisória) o seguinte: Que se abrisse um colégio com a menor demora possível, Que as aulas fossem destinadas, particularmente, aos filhos dos membros da Igreja e dos congregados, Que o ensino fosse gratuito, sendo as despesas custeadas por contribuição voluntárias dos pais e de outros que quisessem contribuir, Que a escola funcionasse na sala dos fundos da Casa de Oração, Que fosse reconhecido como professor, o Sr. José Vieira de Andrade, que se oferecera pra dirigir a escola, Que a comissão ficasse encarregada de arrecadar as contribuições, pagar o salário do professor e fazer as demais despesas necessárias, prestando contas a Igreja de três em três meses[...]. (ROCHA, 1946, p.273).

Fragmento 3

O Sr. Soares de Oliveira leu o balancete da Escola Diária: receita, 447\$200, despesas 443\$200, saldo 4\$000. (ROCHA, 1946, p.273).

Fragmento 4

Parece quase certo que, antes da abertura da Escola Diária, foi dirigida uma petição ao Imperador, D. Pedro II, pedindo-lhe que concedesse a Igreja Evangélica Fluminense a faculdade de escolher professores,

independentemente dos exames de habilitação perante a instrução pública, e de tratar dos meios necessários a instrução de seus filhos, sem qualquer intervenção oficial". (ROCHA, 1946, p.273).

ANÁLISE: Nos fragmentos 2, 3 e 4, dos escritos de João Gomes Rocha que relatam o processo de implantação da primeira Escola Diária no Rio de Janeiro em 1872, encontramos detalhes importantes do processo de fundação desta entidade educacional. Na carta a sua tia, a senhora Kaley enfatiza o que pensa mostrando a importância atribuída à educação secular, em contraposição a ideia que o cristão não deveria dar valor aos conhecimentos que não fossem relacionados à fé. Também observamos nessa carta que em sua ideologia não há separação entre educação secular e religiosa, pois em sua visão a educação é a essência do espiritual. O fato de além de fundar uma escola dominical para transmitir sua fé ter paralelamente fundado uma escola secular (ESCOLA DIÁRIA), demonstra que sua visão foi paulatinamente sendo veiculada a partir de uma estratégia e essa emanava de uma necessidade observada e constatada com base nas necessidades observadas no meio. Inclusive encontramos textos nos quais ela afirma a dificuldade de educação dos jovens. O que mais chama a atenção no fragmento 4 é o anseio por autonomia que significa justamente preservar essa Ideologia orgânica racional da influência do catolicismo imbricado no Estado.

Fonte nº 03

Fragmentos do João Gomes da Costa em “Lembranças do passado” que mostram a visão social dos Kalley sobre a escravidão através do texto produzido por Robert Kalley e transcrito abaixo, o qual em caráter apologético defende a incompatibilidade entre abraçar a fé cristã e possuir escravos, mesmo com a anuência do Estado:

Nas epístolas temos regras boas e sábias, que Deus aprovou para conduta dos crentes, em relação aos seus escravos. Vamos apresentar duas: “Fazei com os vossos servos o que é de justiça e equidade” (Col.4:1); “...deixando as ameaças” (Ef.6:9). Para chegarmos o que é reto (ao que é de justiça e equidade), temos de atender ao DIREITO DE PROPRIEDADE. Assim – há diferença entre as coisas que me pertencem e as coisas que pertencem aos outros. Por exemplo, a mim me pertencem os olhos, os ouvidos, a boca, as mãos, os pés, etc.; conheço bem o que sinto nestas partes do meu corpo. A outro indivíduo pertencem órgãos semelhantes..., mas esses órgãos não são meus, e os meus não são dele; tenho o direito aos meus como ele tem direito aos seus. Além de ter direito à posse dos órgãos que representam dádivas do Supremo Criador, **o homem tem também o direito de tomar posse dos frutos, obtidos pelo exercício desses órgãos, de modo honesto e justo (grifo nosso)**. [...] o que Deus dá ao escravo é para ser usado por ele, em seu próprio proveito. É escravo? Ninguém tem o direito de fazê-lo escravo, roubando-lhe a liberdade pessoal, negociando com uma criatura humana, como se fosse uma máquina ou um objeto qualquer. Cada um tem de dar contas ao Altíssimo Juiz do que pratica, quando obriga um seu semelhante a trabalhar, contra a vontade e sem salários e sob ameaças de castigo e

sofrimentos diversos, para produzir em seu favor (do senhor, que o maltrata injustamente) bons serviços e excelentes lucros! Isto é um ROUBO VIOLENTO dos dons que o Criador concedeu ao pobre estrangeiro, que não é uma criatura diferente do senhor que o comprou! Para o senhor, o escravo é SEU PRÓXIMO; portanto está incluído na grande lei que diz: “ Amarás ao teu próximo, como a ti mesmo”. Porventura o senhor gostaria de ser tratado por outro homem como escravo?[...] O escravo não é filho do seu proprietário; não trabalha porque o ama nem porque quer ser generoso, trabalhando para ele como uma besta, sem obter recompensa de espécie alguma do seu trabalho; o escravo só trabalha porque teme as ameaças de pancadas e castigos desumanos da parte de um roubaador da liberdade alheia! O senhor que procede desse modo é inimigo de Cristo: não pode ser membro da igreja de Jesus, daquele Jesus que nos resgatou da maldição (Gal. 3:13) e da lei do pecado da morte (Rom.8:2) e nos deu a liberdade, fazendo-nos FILHOS DE DEUS (Rom. 8:15 e 16). (ROCHA, 1946, Vol. I, p 80 – 100).

ANÁLISE: Nos fragmentos contidos na obra “Lembranças do passado”, que mostram a visão social dos Kalley sobre a escravidão, observamos que, como intelectuais e portadores de uma visão missionária, os autores revelam um empenho pessoal já que se julgam portadores de uma missão. A sua doação é a partir da necessidade (sede de instrução) - proposta de tornar-se flexível com os jovens até conseguir atingir seus objetivos. Observamos que tanto quando se fala em transmissão de fé como na atuação de visão secular, há indícios que essa visão era messiânica, crendo que ao transmiti-la estavam colaborando para a “salvação” da nação.

Analisando o conteúdo discursivo deste importante documento observamos que os Kalley usaram a Bíblia em defesa do movimento abolicionista, condenando a escravidão. Neste discurso, não se intrometem em questões sociais e nem de Estado, mas orientam que os cristãos devem ter atitudes próprias, independente das convenções do Estado. Ou seja, não se organiza nenhum movimento adjunto ao abolicionismo, nem se desenvolve uma campanha contestando as leis vigentes na nação, mas condena-se o cristão a usar de um direito legal de época, alegando que os princípios cristãos devem estar acima das leis vigentes no Estado. Os Kalley em seu discurso não negam o direito a propriedade, portanto não se aliam aos questionamentos sociais de esquerda que estavam sendo engendrados a partir do Manifesto Comunista de 1848, mas a partir da defesa do direito da propriedade criticam a escravidão. : ”o escravo é dono de seu corpo e daquilo que o seu corpo produz..”. Como intelectuais orgânicos do capitalismo, usam a Ideologia da propriedade para condenar a escravidão.

É preciso observar também a maneira cuidadosa como eles constroem o discurso antiescravista sem confrontar diretamente o Estado Monárquico, o qual representava uma sociedade escravocrata.

Muito embora não houvesse esse confronto com o Estado, não deixaram de tomar uma atitude não somente discursiva e política, mas no âmbito da prática tomaram atitudes

concretas contra a escravidão. Consta nesta mesma documentação transcrita por Rocha, que o Sr. Bernardino foi excluído da Igreja pelo fato de possuir escravos. O mesmo texto que relata a sessão da igreja do dia 20/12/1865 diz que foram concedidas “cartas de liberdades” (possivelmente carta de alforria) pelo Sr. João Severo aos escravos Joaquim e Pedro, fato que mostra a clareza que os Kalley tinham da separação entre Igreja e Estado, contrariando os princípios da Lei do Padroado vigente. Ou seja – para os adeptos do cristianismo pregados pelos Kalley, a prática da escravidão, ou outras, independentes de serem aceitas ou não pelos Estados, deveriam ser tratadas no fórum eclesiástico, independente dos fóruns civis, enfatizando a autonomia eclesiástica para deliberar os seus próprios princípios éticos.

Outra observação importante que vale registrar é que consta nesse volume das “Lembranças do passado” transcrita por Rocha, que no ano em que os Kalley chegaram ao Brasil foi prestado assistência médica gratuita, vítima da epidemia de cólera que assolava a cidade do Rio de Janeiro. Na documentação encontrada, por várias ocasiões é mencionado o fato que o objetivo principal da Igreja Fluminense era “espiritual”, no entanto é inegável a atuação social paralela a espiritual na educação e saúde, e porque não dizer na “luta política pró abolicionismo” mesmo posicionando-se sutilmente contra os membros de sua comunidade que possuíssem escravos. Essas observações sobre a atuação não somente na esfera espiritual, mas também na saúde, na educação, e na posição contrária a escravidão, nos demonstra que os Kalley eram uma espécie de intelectuais orgânicos, mesmo entendendo que a visão que tinham deles próprios era de “portadores de uma missão”. Essa missão em seu papel amplo (social, político e filosófico), não abriu caminho para uma nova visão política, mas como intelectuais orgânicos, trabalharam na missão de divulgar a Ideologia orgânica do capitalismo liberal, ou seja, liberdade para transformar o escravo em categoria moderna de trabalhador assalariado e a propriedade como base do sistema.

ANÁLISE DE FRAGMENTOS DE TEXTOS DO LIVRO “A ALEGRIA DO LAR”

Fonte Nº 04

Das fontes apresentadas, tanto nos apêndices como nos demais capítulos desta tese, elegemos o texto a seguir como a principal fonte, pelo fato de nos mostrar com riqueza de detalhes a visão e os valores da protagonista de nosso trabalho. Os fragmentos do texto “A alegria do lar”, publicado em Portugal, na Ilha da Madeira e posteriormente em 1872 no Brasil, em formato de coletânea de artigos no Jornal O Christão, estão nos arquivos da Igreja Evangélica Fluminense, fundada pelos Kalley, local onde encontramos também essa publicação na íntegra como parte de uma obra de Douglas Nassif Cardoso,

intitulada “Cotidiano Feminino no 2º império”⁴. Usamos essa publicação que é uma cópia do original. Uma vez que o texto é de Sarah, transcrito por Cardoso na obra supramencionada faremos a referência das páginas da obra de Cardoso onde consta a transcrição do texto de Sarah. A terminologia “capítulo” não se refere aos capítulos da obra de Cardoso e sim dos capítulos do texto de Sarah, transcrita no livro de Cardoso.

Este é um documento precioso: atesta uma ideologia orgânica que coloca sobre os ombros femininos toda a responsabilidade pela saúde e bem estar da família. Seria uma fonte importante para uma análise crítica do ponto de vista das relações de gênero. Mas não vamos entrar por esta vertente. Importa aqui encontrar aquilo que é mais característico da visão puritana ligada aos cuidados do lar, na “modernidade” então proposta pela ideologia puritana.

CAPÍTULO I – ACERCA DA COZINHA

Cozinha asseada, casa asseada”; é um provérbio que encerra muita verdade. O lugar onde toda a comida da família é preparada deve andar bem arranjado e limpo; aliás, não pode ser nem cômodo nem saudável. A cozinha é como a raiz de toda a casa; por isso é preciso tratar dela antes de tocar nos quartos, salas [...] Uma cozinha cujo soalho não é diariamente varrido [...] guarnecidos com teias de aranha [...] **cozinha assim é vergonha e desgraça para uma dona de casa (grifo nosso)**; e, ainda que esta me aparecesse adornada dos mais ricos enfeites, e a sala de visitas estivesse mobiliada com a maior elegância e primor [...] Os armários, ou prateleiras, onde se conserva a comida, carecem de muita atenção para os conservar livres da poeira e de toda a espécie de sujidade. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.72).

ANÁLISE: No conteúdo discursivo deste texto é nítida a extrema preocupação com a limpeza. É notório aqui, que os adornos, tanto da sala como da cozinha são colocados em segundo plano, demonstrando que as vaidades e o cultivo da beleza e da estética, próprio do universo feminino, são valores criticados por Sarah, substituindo-o pela preocupação excessiva com a responsabilidade com a limpeza, característica da visão de mundo do capitalismo, que em seu processo civilizatório, recolhe a mulher ao lar, criando a ideologia da “Rainha do Lar”, zelando pela ordem necessária à reprodução da mão-de-obra. Além disso, a limpeza purifica o ambiente em que se vive, representação concreta da realidade espiritual puritana da purificação do pecado.

Ora, tenho ouvido várias pessoas se queixarem de que neste clima não se pode guardar a comida de um dia para o outro (grifo nosso). Não tenho a esse respeito igual experiência; mas não me admira que assim suceda, se os lugares onde resguardam a comida estiverem em condições idênticas de limpeza e asseio às do meu pobre armário velho! [...]. É preciso cuidar das panelas [...] **Algumas pessoas têm sido envenenadas, em razão de serem**

4 - CARDOSO, D.N. COTIDANO FEMININO NO 2º IMPÉRIO. São Bernardo Campo. Ed. Do Autor, 2005.

pouco escrupulosas (grifo nosso) no asseio das vasilhas onde cozinham o comer, e mesmo, ainda quando a comida não seja absolutamente venenosa, fica mais ou menos deteriorada quando em prepará-la não haja maior limpeza[...]. Também uma vez em cada semana a cozinha deve passar por uma purificação geral: o teto e as paredes espanejadas, e o soalho, as mesas, as cadeiras, as prateleiras, etc., lavadas com água e sabão (...) É preciso lembrar-se, minha estimada leitora, de que não pode gozar a satisfação e o proveito de possuir um fogão lustroso, nem nenhuma outra coisa bem arranjada, sem trabalho. **Se quiser ter uma casa agradável e saudável não há de ser preguiçosa, nem descansada. (grifo nosso).** (KALLEY, S, in: CARDOSO, 2005, p.73).

ANÁLISE: É notório que Sarah já possuía informações preconceituosas sobre os hábitos das mulheres brasileiras, fato que mostra, como na leitura de outros autores que citaremos posteriormente, que o Brasil já tinha uma imagem pelo olhar estrangeiro. Esse fato nos leva a pensar que, além das observações que a nossa protagonista teve “in loco”, já trazia uma ideologia pronta do estrangeiro, ideologia esta que julgava os hábitos de limpeza, higiene e ócio da mulher brasileira. A excessiva preocupação com a limpeza é fruto da civilização dos países onde o protestantismo se tornou hegemônico. Sarah, trazendo seus padrões de civilização advindos do puritanismo, via a necessidade de uma reeducação dos padrões femininos brasileiros.

Não será, talvez, fora de propósito lembrar aqui, minhas leitoras, que o hábito de ordem exterior nos ajuda muito em adquirir hábitos de ordem no regulamento de nossas ideias, pensamentos e costumes intelectuais [...]. Nem havemos de esquecer-nos daquilo que deve sempre ter o primeiro lugar no arranjo da vida espiritual. O grande Mestre nos diz: “Buscai primeiro o reino de Deus e a Sua justiça”. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.74).

ANÁLISE: Observamos que Sarah entende que as manifestações exteriores são ligadas ao interior (ideias, pensamentos, costumes intelectuais, ou seja, a espiritualidade). O espiritual invisível é materializado, para ela, no visível e tangível. Exemplo disto são as falas a respeito de ordem e limpeza, ao fogão lustroso, o assoalho, etc.... O cuidado da casa, espaço da privacidade, da intimidade, é expressão do cuidado interior. Se essa ideia era trazida do exterior, como representação de uma espiritualidade individual e privada, a espiritualidade cultivada no Brasil do século XIX, era fruto de uma cultura coletiva, advinda tanto dos países ibéricos como das nacionalidades indígenas e africanas. As pessoas andavam o dia todo na rua e a casa era apenas um refúgio. A rua era o local da sociabilidade. É a ideia de intimidade e privacidade, que vai gerar esses valores modernos de ordem na organização da casa, que ainda eram estranhos aos modos de vida praticados no Brasil.

CAPÍTULO II - ACERCA DO QUARTO DE DORMIR

É bom lembrarmos que uma terça parte quase da nossa vida inteira se

passa no sono; por isso é de suma importância e consideração olharmos pela natureza do ar que respiramos durante esse tempo, e pelo modo como os quartos de dormir podem tornar-se habitações saudáveis [...]. Um médico de meu conhecimento escreveu assim: “O sangue, no seu giro pelas artérias e veias, absorve o resto das matérias usadas no corpo, que já não servem mais. Se as impurezas que assim adquire não fossem continuamente removidas, a pessoa morreria envenenada em poucos minutos. É pelo contato do ar nos pulmões que se depuram estas impurezas tão mortíferas. Consistem, principalmente, de carvão, e este, unindo-se com o oxigênio do ar que inspiramos, forma o ácido carbônico, e sai com o ar que expiramos”. **Este processo de purificar o sangue pelo ar, nos pulmões, efetua-se dia e noite, e qualquer interrupção é sumamente nociva à saúde. (grifo nosso).** (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p. 75).

ANÁLISE: Observamos mais uma vez o puritanismo associado a uma ideologia civilizatória. Ao associar a purificação do sangue pelo ar, ela mescla as preocupações da medicina com conceito de pureza. O risco de contaminação do ar não existe na natureza, mas ocorre à medida que há um processo de civilização paralelamente a um processo de urbanização, com todas as suas mazelas relativas à produção de agentes poluentes. Para uma sociedade que se urbanizava no Rio de Janeiro, as recomendações são adequadas, e não há como deixar de reconhecer o valor de tais conselhos para a saúde da população.

É preciso não se descuidar nunca de tirar a água suja e de lavar a louça do quarto de dormir todos os dias com um pouco de água quente, enxugando-a, depois com uma toalha reservada para este fim somente [...]. Para bem limpar, é preciso esfregar com um movimento de mão firme, rápido e regular, usando de um pano mole e bastante grande, e ter o cuidado de não sacudi-lo senão fora da janela ou da porta, afim de que a mesma poeira não torne a pousar sobre os móveis. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.76).

CAPÍTULO III - ACERCA DAS SALAS

A sala de jantar deve ser bem arejada; mas (principalmente no tempo de verão) é bom conservá-la muito sombria, por causa das moscas, às quais a escuridão afugenta, [...]. Na sala de visita, como na sala de jantar, como em todos os outros lugares e aposentos de uma casa bem governada, a coisa principal é o asseio...Quantas pessoas há que somente cuidam do centro, deixando os cantos na maior indiferença, contando talvez que ninguém olhará para tais lugares! [...]. Ora, ainda que esteja escrevendo especialmente para aquelas das minhas amigas, mães de família, que não têm grandes trastes em uma sala de visita, todavia direi a todas que os mais ricos adornos só produzem sentimentos de tédio e até repugnância quando são tratados com tamanho descuido; ao passo que é um verdadeiro prazer entrar em uma sala, embora muito pequena e simples, uma vez que esteja bem disposta e escrupulosamente bem limpa (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p. 78).

ANÁLISE: Observamos que tanto nas recomendações sobre a cozinha, os quartos e a sala, juntamente com comentários sobre o significado e zelo de cada espaço doméstico,

há uma ânsia de limpeza excessiva na visão puritana e parece indicar uma obsessão que só a Psicanálise explicaria. Fazemos esta observação, pois nossa tese se propõe a analisar a Ideologia como visão de mundo, a partir de indícios em fragmentos de textos interpretados à luz de uma leitura sócio histórica (entremeios). Poderíamos sugerir explicações a partir das manifestações do inconsciente, como excesso de zelo relacionado a insegurança ou excesso de busca pela purificação associado à culpa. Porém, deixamos esta abordagem para especialistas, já que não é nosso tema.

Permitir-nos-ão que nos ocupemos ainda de mais dois pontos: 1º) Em todas as casas a sala de visitas é, por via de regra, o aposento maior e mais cômodo de todos; ao mesmo tempo é o menos frequentado pela família. Por que será? Acaso não se faz toda a morada para uso e proveito dos moradores? Que lástima então que estes se não sirvam do melhor lugar que nela existe! 2º) É triste ver em uma sala uma espécie de hipocrisia que tenta iludir. Em muitas casas a sala de visitas está paramentada em um estilo e com uma aparência de luxo bem diferente do que se nos vê demais aposentos... Enquanto, por exemplo, na cozinha tudo é pobre e incapaz, e nos quartos de dormir tudo é mesquinho e incompleto, regurgita a sala de visitas de adornos supérfluos, como se todo o esmero da família e todos os seus esforços unicamente se empregassem em torná-la aparentemente vistosa, para dar de si boa ideia aos estranhos! Ambição pequenina e miserável, que apenas inspira aos corações dos que a vêem compaixão pela loucura e pesar pelo erro que sacrifica espontaneamente o conforto às aparências! (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.79).

CAPÍTULO IV – ACERCA DAS JANELAS E EXTERIOR DA CASA

A luz clara é tão preciosa como o ar puro. Uma planta não pode florescer sem claridade. Guarda-se uma roseira em lugar bem escuro, e ver-se-á em breve como suas folhas murcharão, e as poucas flores que brotarem nascerão pálidas e desmaiadas, como se à haste que as gerou faltasse, nas trevas, a força e a vida necessárias [...] Quem deseja gozar saúde nunca deixará ajuntar-se água em pequenos charcos perto de sua casa A água estagnada é um verdadeiro foco de moléstias, e tem tanto de feio como de pernicioso. Deus concedeu-nos o dom maravilhoso de podermos adivinhar pelo olfato e a presença do que nos pode causar danos à saúde, e pressentir o perigo antes que os olhos o descubram. Devemos arrecear-nos de que o inimigo perto vem [...]. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p. 81).

ANÁLISE: Observamos que a Ideologia racional e moderna transmitida por Sarah em um conteúdo discursivo puritano aqui é trazida por um texto poético. Ao enfatizar a necessidade de luz e circulação de ar puro, atribuindo assim importância às janelas, a nossa protagonista deixa a linguagem da rigidez puritana e racional, apelando para uma didática poética cujo caráter literário atinge mais facilmente os sentimentos dos leitores. De igual maneira, ao recomendar os devidos cuidados com a água estagnada, como

veiculadora de moléstias, refere-se a Deus como propiciador da sensibilidade humana, quer pelo olfato, em primeiro lugar, quer pela visão, caso esse não perceba. Os órgãos do sentido poeticamente são usados nessa linguagem, vocação divina, e extremamente necessários na racionalidade na prevenção.

CAPÍTULO V - ACERCA DAS DESPESAS DA CASA

Deparei ultimamente com estas palavras em um livro: “Receio que as classes da sociedade que vivem pelo trabalho diário sejam muitas vezes descuidosas do que os próprios ricos no gasto do seu dinheiro, **e paguem muito mais caro pelas necessidades da vida (grifo nosso)**”. Por exemplo, compramos uma quarta de açúcar; o papel em que ele vem embrulhado é passado conjuntamente, e, pois, não só paga mais caro comprado às quartas, em vezes de o comprar aos quilos, mas também se paga ao mesmo preço o papel que para nada serve! Cada família, ainda que pobre, deve ter uma lata de folha, em que possa guardar ao menos meia arroba de açúcar; assim poupa-se dinheiro e tempo, duas coisas preciosas, pelo emprego das quais temos que prestar contas a Deus... O sabão é um outro artigo em que há muito desperdício quando é comprado a varejo [...] (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.82).

ANÁLISE: Aqui novamente Sarah em suas recomendações demonstra seu olhar a partir de uma visão estrangeira. Observamos um caráter ideológico, como falsa consciência, ou seja, homogeneizar a visão de mundo a partir do olhar da classe dominante. É nítido o preconceito em relação às práticas dos pobres em sua ação econômica. O pobre, segundo ela, gerencia mal o seu ganho. Na verdade, o pobre não é um mau gerente, mas, segundo suas possibilidades, compra o que julga necessário para o viver cotidiano. Sem ganhar uma quantidade que lhe permita poupar, planejar e estocar, pela realidade econômica que lhe é imposta pelo sistema, procura organizar sua vida pela necessidade cotidiana, o que a ideologia não deixa compreender, e Sarah neste momento está totalmente tomada pelas ilusões de sua visão de mundo.

Darei algumas regras, que me parecem boas, a respeito das compras: 1ª) Escolher um armazém onde os gêneros sejam sempre de boa qualidade, e não mudar de lá sem motivo suficiente; 2ª) Ter uma hora determinada e certa para fazer as compras. Bastará que seja uma vez por semana; bem entende, para os gêneros que não sejam suscetíveis de se deteriorarem de pronto, como, por exemplo, a carne, etc. 3ª) Fugir de comprar jamais fiado. Tendo dívidas, não podereis escolher as vossas provisões à vontade, nem fazer tão bom ajuste; sentir-vos-eis em uma espécie de ir aonde quiserdes. O preceito de Bíblia sobre este ponto é: “A ninguém devais coisa alguma senão amor”; e quem fielmente observar esta regra achar-se-á em paz consigo mesmo e com os outros. Quem vai fazer compras com o seu dinheiro sempre na mão vai inteiramente desassombrado, comprando onde melhor lhe convém. Quem não deve não teme, e quem não tem dívida não tem desgostos, são provérbios de imensa sabedoria. Talvez o fornecedor goste de que compreis

fiado, para vos ter mais ou menos no seu domínio, mas neste caso, desconfiai dele, e guardai-vos de seguir tal conselho; 4ª) Devíeis guardar as contas de todos os gastos. Assim se verá como o dinheiro desaparece, e poder-se-á combinar o modo de tirar dele o maior proveito; 5ª) Não comprar nunca objetos de que não sejam de rigorosa necessidade. Posso passar sem ela é o nome de uma história muito interessante; e, se estas palavras estivessem mais vezes presentes à lembrança de algumas pessoas, teriam ao fim do ano uma não pequena soma de dinheiro acumulado insensivelmente, reservada para uma ocasião de doença, ou falta de trabalho. Esse auxílio que as pequenas economias reservaram será uma verdadeira providencia, da qual nos virá maior satisfação do que se houvéssemos gastado o dinheiro em frutas, gulodices, enfeites supérfluos, e tabaco, provações que nada são, e das quais, nas aflições, resulta tão larga recompensa. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p. 83).

ANÁLISE: Neste conteúdo discursivo apresenta uma pedagogia da economia doméstica a qual é caracterizada pela racionalidade “pura”, ignorando a racionalidade do agente. Muito embora, do ponto de vista da racionalidade de Sarah, planejar, organizar o tempo, ter controle de qualidade, armazenar excessos e evitar perdas desnecessárias e livrar-se da “escravidão” das dívidas, são recomendações “corretas” do ponto de vista da economia racional, as brasileiras, destinatárias destes ensinamentos ignoravam a prática de vida do capitalismo já consolidado na Europa. A realidade econômica na sociedade brasileira no século XIX ainda era escravocrata, agroexportadora, e a Ideologia vigente não estimulava a liberdade e a livre concorrência pela ação econômica, mas a aceitação da ordem social, política, econômica e religiosa aceita e defendida pelo catolicismo tridentino, que no Brasil se configurou em um modelo “Frankstein”, no sistema de padroado, onde o chefe da Igreja local, não era o papa, mas o Imperador, que acumulava funções de chefe de governo e chefe da Igreja. No plano econômico, o império apoiado pelas elites latifundiárias, como já expusemos na parte histórica desta tese. Na visão feminina das brasileiras, o importante não era o sucesso econômico oriundo da gerência do ganho, mas a solidariedade social e a aceitação da manutenção do status de época.

Guardadas as devidas proporções de época, hoje observamos, mesmo já com a consolidação do capitalismo no Brasil e sua mentalidade racional econômica, os mesmos preconceitos expressos em análises do tipo: “os favelados não zelam pelas suas condições sanitárias, no entanto possuem carros bons, TV a cabo e simulares...”, ou “a população rural não investe nas necessidades básicas, mas possuem telefone, internet, etc.”

Quantas famílias pobres, que tão mal comem atualmente, poderiam ficar satisfeitos sem gastar mais dinheiro nas comidas, se estas fossem preparadas com esmero, [...]. Lembra-se do seguinte: 1º) Que não é bom deixar cozinhar as coisas depressa. Gasta-se demasiada lenha, e perde-se comida. Uma vez que ferva, depois muito pouco fogo é precioso, mas que si o que se pode chamar fogo lento, que dure sempre por igual, acabando de cozinhar a comida docemente; 2º) Que não convém guardar coisa alguma de um dia para o outro nas panelas. Os sobejos tiram-se e põem-se em um prato limpo,

e a panela lava-se e enxuga-se com cuidado; destarte não haverá o menor inconveniente em guardar as sobras de um dia para o dia seguinte. 3º) Sendo possível, deve haver em cada casa um guarda-comida de arame, pendurado, e em posição de melhor aproveitar o vento, sem apanhar o calor do sol ou do fogão. Este guarda-comida deve ser lavado por dentro e por fora duas vezes por semana. Quando não possa ter-se destes utensílios é bom pôr-se uma chapa de zinco em forma de ralo, em cada lado do armário onde se guarda o comer para assim penetrar o ar nele, impedindo ao mesmo tempo as moscas de entrarem. 4º) Não se deve consentir que as crianças deixem restos de comida nos pratos. Quando eu era criança, ainda que meu pai fosse homem de riqueza, nunca consentiram que eu desperdiçasse desta maneira. Recordo-me ainda ouvir-lhe: “Na minha casa não há de haver estrago. Deus o proíbe, eu não o permito”. Por isso, se me ficava um resto de pão, ou de qualquer outra coisa, que não houvesse acabado ao almoço, guardavam-no (lembro-me ainda muito bem do cantinho do armário onde o punham), e tinha de comê-lo ao jantar antes de tocar em outra iguaria, e que fosse quer não do meu agrado. 5º) O costume de comer pão quente não é só pernicioso à saúde, como também muito dispendioso. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.84).

ANÁLISE: Ainda na área da economia doméstica observamos o mesmo caráter ideológico como a imposição da maneira de pensar da classe dominante, a qual revela em última instância um preconceito contra os pobres. Apesar do caráter Ideológico que esconde os males da pobreza e não coloca em pauta a reflexão das origens das desigualdades sociais, entendemos que os conselhos são positivos para a implantação de uma Economia “dirigida”, mesmo para os não pobres.

CAPITULO VI - ACERCA DO ASSEIO DO CORPO

Poucas pessoas haverá em terra civilizada tão descuidadas de si que ao levantar-se de manhã não lavem as mãos e o rosto antes de dar princípio aos seus trabalhos quotidianos; mas talvez haja muitas que se esqueçam de que o asseio é tão necessário para o corpo inteiro como para estas duas partes mais expostas à vista [...]. A nossa pele está cheia de buraquinhos mais finos que a ponta de uma agulha; e estes são as bocas de finíssimos canais, que servem para lançar fora da pele qualquer impureza, que causaria dano a sua saúde e beleza [...]. É, pois, de suma importância, conservar os canais do corpo humano em bom estado; e por isso precisamos diariamente de lavar o corpo inteiro, e não somente as mãos e o rosto [...]. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.86). Os dentes devem ter cada manhã igual limpeza, sendo bem escovados não só para não repugnarmos aqueles com quem falamos, senão também para a conservação destes agentes tão preciosos e tão necessários[...]Com as unhas não é supérfluo ter igual cuidado; devem andar limpas e curtas. As unhas compridas trazem à lembrança as garras de uma fera, de ordinário custa mais a conservá-las sempre limpas [...]. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.87 e 88).

ANÁLISE: No século XIX encontramos inúmeros discursos ideológicos que buscaram justificar o neocolonialismo, tal como o conde Gobineau em sua obra intitulada “Essai sur

l'inégalité des races humaines" (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas). Nesta obra o autor sustentou que da raça ariana nasceu a aristocracia que dominou a civilização europeia e cujos descendentes eram os senhores naturais das outras raças inferiores. Observamos que Sarah, já com um discurso de modernidade e cientificidade sobre a saúde, não atribui explicações raciais, mas culturais. Defende o hábito do asseio do corpo e a conservação dos dentes, não somente por questões estéticas, mas, sobretudo por questão de saúde. Aqui sim, a Ideologia Orgânica contém elementos civilizatórios bastante racionais e benéficos à saúde de suas leitoras.

CAPÍTULO VII - ACERCA DO VESTUÁRIO

Não é possível nem seria próprio, que alguém se vestisse sempre de roupas novas; mas o asseio e limpeza são ornatos para todos e mais apreciáveis do que muitas jóias. Nota-se acerca disto que muitas misérias nascem dos excessos e loucuras que se fazem para aparentar um luxo do vestuário superior à riqueza e posição que cada qual tem no mundo. Se esta vaidade não causa compaixão, seria muito ridícula, vendo como as diferentes classes da sociedade sofrem incômodos e privações em sua casa para melhor gastarem quanto possuem, imitando, à face do mundo, os hábitos dos que lhes estão superiores. Muitas senhoras em casa vestem-se de farrapos e andam sujas e maltrapilhas, para poderem sair à rua com mais um enfeite de seda, ou mais um raminho de flores artificiais! [...]. Ah! Minhas queridas amigas, se pudessem saber quanto mais dignidade e beleza há na verdade do que na falsidade, mesmo em matéria de vestuário, nunca haveríeis de sofrer tantos martírios em busca de enganardes a quem nunca se enganardes [...]. Escrevendo sobre esta triste ambição de querer igualar aos que mais elevados se acham na sociedade, ocorre-me à lembrança a história de um pobre irlandês que voltando, montando em seu burrinho, de mercado onde tinha comprado algum peixe para a sua família, viu dois cavaleiros em seus cavalos magníficos, galopando pela mesma estrada em que ele ia. Apenas os avistou, deu com o chicote no seu animal, e pôs-se a galopar, tão soberbamente quanto lhe foi possível, ao pé deles. Um amigo que o encontrou, vendo que enquanto ele galopava, os peixes lhe iam caindo um a um, disso o avisou. "Homem!" Gritou o "irlandês", cale essa boca! Que me importa o peixe, e que se me dá de perdê-lo, se eu posso andar aqui de igual com estes tão grandes senhores! Quantas pessoas, pergunto eu agora, não perdem o seu peixe, procurando cavalgar e galopar de igual com os que estão no mundo mais bem montados do que elas! [...]. 1) Quando se compra uma fazenda, não se deve somente pensar no uso que dela se vai fazer enquanto nova, mas também cuidar para o que possa servir quando já estiver um tanto velha. Considerando assim, evita-se perder muito dinheiro em cousas que, sejam bonitas por algum tempo, afinal, antes de inteiramente velhas, não prestam para nada [...]. 2) Um rasgão em um vestido é feio; mas um remendo bem colocado não é desonroso. Era de muita importância que todas as meninas aprendessem como toda a espécie de roupa se remenda. As meias, por exemplo, duram dobrado tempo quando são ponteadas logo que principiam a mostrar sinais de velhice, em vez de as deixarem romper até abrirem buracos enormes, para então as cozerem como sacos velhos. Em

todos os rasgões, “um ponto no princípio poupa dez no fim” diz o provérbio, e é certo [...]. 3) É mau sinal quando a roupa por fora está nova e enfeitada, e a de dentro está velha e sem préstimo. É melhor tolerar uma casaca ou vestido velho do que trazer as cousas às escondidas. Um homem que anda com chapéu e casaca na última moda, ao passo que leva a camisa velha e suja, ou uma mulher com flores e rendas, e com buracos nas meias e saia de uma cor duvidosa, é triste espetáculo! Se é preciso sacrificar alguma cousa, seja a de menos importância. Não há dúvida, de que o estado da roupa que se traz por dentro dá uma prova muito mais infalível da decência de uma pessoa do que qualquer adorno de cousas exteriores [...]. 4) A cada mulher, desde menina, se deve ensinar a cortar e fazer toda a roupa, tanto de homem como de senhora. Ainda que não seja preciso para todas sempre fazê-lo, ao menos saberão dirigir os outros, que não é pouca vantagem; e para a maioria das mulheres será um benefício incalculável saber cortar para si e suas famílias, e ter uso desembaraçado da agulha. Quantas vezes tenho me sentido irritada, ao ver meninas com os vestidos horrivelmente mal talhados, e mais mal feitos ainda do que talhados, ocupando-se em fazer crochê ou bordados. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p. 88, 89, 90 e 91).

ANÁLISE: É interessante observar neste texto longo, o seu caráter didático sobre o vestuário. O conteúdo deste texto revela os inúmeros ingredientes ideológicos advindos de valores puritanos como também da sua visão sobre o trabalho feminino. A ênfase obsessiva puritana pela limpeza mais uma vez aqui é nítida ao valorizar, como mulher, não o aspecto ornamental das roupas, assim como das jóias, e sim o seu asseio, a limpeza e a dignidade. De maneira discursiva ideológica, Sarah tenta explicar que muitas misérias são oriundas dos excessos, da ambição e do luxo, justificativa que mascara as relações de exploração econômica próprias dos modelos de produção de cada época como determinante da miséria. O valor que o protestantismo histórico dá ao trabalho emerge quando Sarah aconselha a cada mulher aprender a “cortar e fazer” toda a roupa do lar.

CAPÍTULO VIII - ACERCA DO TRATAMENTO DOS DOENTES

Uma boa enfermeira é tão necessária a um doente como um médico perito; talvez possamos dizer que a enfermeira é ainda mais indispensável do que o próprio médico [...]. Para doenças ligeiras, como constipações, indigestões, etc., raramente se precisa chamar um doutor [...]. Porém, se qualquer membro da família se achar tão doente que um banho quente, um suadouro, um laxante e um dia de jejum e descanso o não aliviem, deveis mandar logo chamar o médico, e nunca empregar remédios mais enérgicos, senão debaixo de sua direção[...]. Guardai-vos de quando vos pareça charlatanismo em medicina, e de seguides os conselhos de pessoas que, sendo na arte de curar tão ignorantes como vós, querem, todavia, ensinar-vos o que chamam de “receitas infalíveis”, etc. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.92). A primeira de todas as cousas no tratamento dos doentes é o asseio[...]. Deve-se mudar à miúdo, tanto a roupa da cama, como a da pessoa. As ideias antigas de que a roupa limpa, a água fresca e o ar puro faziam mal a um doente deviam ser origem de muitas mortes(...). Daí os remédios às horas marcadas[...].

Fazei a comida, qualquer que seja, caldo, purê, etc., com muito cuidado, e, quando a levardes ao doente, nunca encheis a xícara a ponto de derramar o prato[...]. Jamais conteis a um doente histórias de assustar, nem casos de doenças na vizinhança; pelo contrário, deveis falar-lhe de cousas alegres e agradáveis[...].Deveis sempre vos mover mui cautelosamente no quarto, abrindo e fechando as janelas e as portas sem estrondo nem bulha. Nunca mostreis pressa nem irritação quando estiverdes tratando de um doente[...]. É de suma prudência proibir as visitas de amigos e vizinhos: ou ao menos limitar o tempo de conversação com o doente. Tenho visto muitas vezes um quarto tão cheio de gente, toda como ansiosa demonstrar a sua amizade pelo enfermo, que este mal pode gozar de um pouco de ar fresco, ou repouso[...]. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p. 93). É de grande necessidade que as mães se lembrem de que é uma falsa economia, e causa grave prejuízo, apressarem-se demasiadamente em levantar-se após um parto ou qualquer doença [...]. Findarei este capítulo notando que, se a saúde do corpo é de tão subido valor, muito mais o é a saúde da alma! E, se o charlatanismo, no tratamento de doenças físicas, produz resultados funestos, ainda mais indispensável é achar médico competente para tratar das doenças do espírito humano. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.94).

ANÁLISE: Em seus comentários sobre a saúde e os cuidados com os doentes, Sarah faz críticas a medicina popular pautada no curandeirismo e no misticismo, valorizando a medicina científica e o saber. A racionalidade nos cuidados com os doentes, ingerindo os medicamentos nas horas marcadas (racionalidade do tempo), a segregação do doente como forma de preservá-lo do contágio por sua vulnerabilidade e demais cuidados que exigirão uma profissional qualificada e com conhecimentos científicos desses cuidados, marcados pela racionalidade, como as enfermeiras, é marca notória de sua visão moderna.

CAPÍTULO IX - ACERCA DO TRATAMENTO DOS FILHOS

Primeiramente os pais têm de tratar de si mesmo; a mãe, sobretudo, há de governar o seu próprio espírito com paciência; pois, se ela mostrar mau gênio à criança, esta aprenderá logo a mostrá-lo também...Para uma criança, o asseio é cousa essencial. Todas as manhãs e tardes se lhe deve dar um banho, de água morna em tempo frio, e de água fria em tempo de verão(...). Deve-se marcar uma hora certa para banhar e vestir a criança. Seus vestidos devem ser macios, largos e limpos e sem alfinetes. É melhor ter bastante roupa e simples, do que pouca, embora rica e enfeitada. Uma criança com um vestidinho muito engomado, e rijo bordados a causticar-lhe a pele fina, é um objeto para mim de terna compaixão [...]. Habituar-se-á desta maneira a pegar no sono a horas certas. Nunca a deixeis dormir no colo, e nem a embaleis para que adormeça [...]. As crianças são mais felizes e mais sadias, quando, desde o princípio, aprendem a cuidar de si. Se uma criança está limpa e bem arranjada, pode ficar deitada no berço horas inteiras sem chorar[...].(KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.95).

ANÁLISE: Sobre o trato com as crianças observamos emergir a ideologia orgânica que se preocupa mais com a limpeza do que com o carinho, apesar da suavidade que

poderíamos chamar de “pietista” na doutrinação.

Nunca se deve consentir às crianças comer ou beber demasiadamente. Algumas mães, mal a criança chora, chegam-lhe o leite à boca, ainda quando provavelmente é de outra atenção que ela carece. A uma criança deve-se dar o alimento de três em três horas, ou, quando muito, de duas em duas horas e meia. É o que basta, porque a mesma ação da digestão precisa desse intervalo, e nutri-la mais amiúde faz mal, tanto à criança como à mãe [...]. Acalentai o vosso filho com cantigas, quando quiserdes, mas nunca lhe griteis. Uma palavra suave fá-la-á calar-se mais depressa e melhor do que a gritaria, que é mais própria para assustar do que para acalmar qualquer criatura. [...] outras perdem a paciência, e castigam-na dando-lhe palmadas para faze-la aquietar-se. [...]. Qualquer dos sistemas é péssimo: o primeiro habitua a criança a ser exigente e teimosa, o segundo torna-a irascível e medrosa. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.96).

ANÁLISE: Observamos o caráter dialético neste discurso. Sarah de um lado traz uma rigidez puritana e de outro suaviza o discurso desaconselhando gritar e bater nas crianças. Observamos um lampejo de vanguarda ao fazer esse discurso. Penso que, na totalidade de seu texto há uma dialética puritano-pietista, com elementos de ambos, sendo ela uma espécie de mediadora dessas realidades ao mesmo tempo opostas e complementares. Há uma acomodação dessas realidades antagônicas em seus discursos. Nele esses antagonismos coexistem.

Ensinai a vossos filhos, desde a mais tenra infância que em vossos lábios “sim e não” são verdades absolutas. Muita gente ensina seus filhos a serem mentirosos, porque ela mesma não guarda a sua palavra com retidão. Nunca deveis fazer uma promessa nem uma ameaça que não cumpras[...] (Idem, p. 96) [...] .Contudo, guardai-vos de castigar vossos filhos com irritação. O castigo só utilizará quando conhecem que são castigados para o seu próprio bem, e não por qualquer motivo de vingança oi de ira da vossa parte[...] . É muito mais importante para as crianças saberem fazer bem estas cousas do que terem grandes conhecimentos de livros enquanto são pequenas; as crianças de cinco **o seis anos que estão muito adiantadas na leitura, etc., são frequentemente as mais atrasadas e estúpidas quando crescem(grifo nosso)**. [...] . Quando crescerem, arranjai-lhes pequenas ocupações para empregarem o tempo[...] . É de suma importância fazerdes que vossa casa seja o lugar mais feliz do mundo para vossos filhos[...] . (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.97).

ANÁLISE: Além das recomendações sobre a educação infantil, desaconselhando promessas de castigo, Sarah é portadora de um discurso que até hoje não está concluído na pedagogia. Qual a idade correta para as crianças ingressarem na educação formal, no mundo letrado? A antecipação desse ingresso causa prejuízo no futuro por queimar etapas de seu desenvolvimento cognitivo e emocional? Aqui ela assume uma ideologia como falsa consciência, pois impõe um parecer da visão de uma classe. Atualmente, desde o PNE seguido da determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental) o qual

determina a implantação progressiva do Ensino fundamental de nove anos e a inclusão de crianças de seis anos na escola cujo objetivo é oferecer maiores oportunidades de aprendizagem e maior período de educação escolar obrigatória. Observamos que a posição assumida por Sarah, hoje também alguns intelectuais baseados na teoria de Huizinga⁵ também assumem. Percebemos que essa discussão dentro da pedagogia e da psicologia é antiga e ainda não está terminada.

Mostrei simpatia para com as suas pequenas alegrias e tristezas, pequenas para nós, mas muitas vezes grandes para eles! Procurai convencê-los de que não podem ter amigos mais verdadeiros, nem mais estremecidos, do que os seus próprios pais. Quando eles o sentirem e reconhecerem, não irão procurar as más companhias. Finalmente, nunca deveis esquecer que é pelo vosso exemplo, mais do que pelas vossas palavras, que estais educando os filhos. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.98).

CAPÍTULO X - ACERCA DO MARIDO E DA MULHER

Um homem, pai de família, falando a uma senhora na véspera do casamento, disse-lhe: **“De manhã em diante vai aprender o que significam as palavras sofrer e tolerar”. (grifo nosso)**. [...] Dois entes humanos nunca poderão viver em uma união tão estreita na morada, na posse, nos interesses, em tudo, sem terem numerosas ocasiões de sofrer e tolerar, e é da mais alta conveniência descobrir as causas que mais facilmente possam impedir a realidade prática destes sentimentos [...]. Ainda mais: acredito que os esforços que a gente casada, pobre, precisa fazer conjuntamente para ganhar a sua vida muitas vezes a ligam em união mais terna do que, porventura, experimentam aqueles que nunca tiveram de padecer em comum[...]. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p. 99). **Minhas amigas casadas, tende paciência, se vos digo que, em tais casos, a culpa principal creio ser vossa. (grifo nosso)**. O marido poucas vezes fica em casa todo o dia, ou, quando assim é, tem emprego que o ocupa, enquanto **a casa é sem dúvida o império da mulher, e a ela compete convertê-la e conservá-la como região de paz e alegria. (grifo nosso)**. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p. 99).

ANÁLISE: Observamos que Sarah, como a maioria das mulheres da sua época, carrega uma ideologia da dominação masculina. Aqui novamente a ideologia é entendida como falsa consciência. Atribuindo a mulher a culpa das mazelas do lar, pois, se ela entende o papel da mulher como “Rainha do Lar”, desonera o homem de toda e qualquer responsabilidade. Sarah, que deixa indícios de uma visão racional e moderna, não escapa das “amarras” ideológicas de sua época. Portadora de uma missão modernizadora pela racionalidade, se mostra conservadora e não toca em questões revolucionárias e nas temáticas feministas, de resto, ainda ausentes no panorama histórico em questão.

Rica ou pobre, cada mulher deve sentir que aos olhos de seu próprio marido

5 - HUIZINGA, Johann. Homo Ludens. Perspectiva: São Paulo, 1999

lhe cumpre mostrar-se mais agradável do que aos de outro qualquer no mundo. Deve ter ao menos, desejo igual de lhe agradar quando é seu marido como tinha de o cativar quando era somente seu admirador, e, se este empenho se manifestasse em tudo, parece-me que raras vezes haveria desgostos entre os casados. A mulher que deste modo prevê e arranja os seus trabalhos diários achará **que não lhe sobrarão o tempo para o desperdiçar à janela, conforme o péssimo costume de nosso país, origem de muitos males, e assunto de observações pouco lisonjeiras da parte dos estrangeiros que nos visitam. (grifo nosso).** [...] Mesmo aquelas senhoras que não precisam de fazer o serviço de sua casa com suas próprias mãos, reparando com cuidado na melhor maneira de empregar o tempo, verão que há bastante ocupações proveitosas para preencher o dia, sem necessidade de recorrer a um tal meio de passar as horas, que dá tão mesquinha ideia de sua capacidade, quer intelectual, quer moral. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.100). **Creio que muitos homens têm sido levados a frequentar tabernas e casas de jogo por não acharem conforto em suas próprias casas, e muitas mulheres, em lugar de se queixarem de seus “maus maridos”, devem queixar-se de sua própria loucura, em descuidar-se do bem-estar e satisfação deles. (grifo nosso).** Mas então, a culpa é toda da mulher? Ah, não! Quantas vezes acontecem que, depois de um homem fazer a corte a uma senhora, com todas as finezas e palavra e ação, logo que se acham casados muda inteiramente! Em lugar de tratar a esposa com o devido respeito e consideração, quase que a reduz à condição de uma escrava, da qual exige todo o trabalho possível, sem ao menos lho pagar com reconhecimento. [...]. Quando sai de manhã, é com palavras frias, senão duras; quando entra à tarde, seus olhos não mostram alegria em tornar a ver a companheira de sua vida, antes parece ocupar-se em busca de alguma coisa de que se queixe. Talvez consigo diga: “Minha mulher deve compreender que eu a amo; quando não, não teria desposado; amo-a, e sempre, sem dúvida alguma; todavia isso não é razão para lho estar a repetir cem vezes, pois não vale a pena dizer-se a mesma coisa todas as horas”. (KALLEY, S., in: CARDOSO, 2005, p.101).

ANÁLISE: Os textos grifados falam por si e quase dispensam análise. Mas é certo que também devem ser entendidos dentro dos limites da “consciência possível” da época. Assim funciona a Ideologia – tanto a visão de mundo quanto a falsa consciência.

INTERPRETAÇÃO

No texto “A alegria do lar”, percebemos, claramente a Ideologia como visão feminina de Sarah Kalley que traz resquícios de puritanismo, pietismo e uma preocupação com a higiene (na época era uma forma de medicina preventiva, uma vez que no século XIX as pesquisas científicas na área de química e biologia não estavam no mesmo nível de desenvolvimento da medicina curativa do século XXI). Nesses escritos também observamos que a Sra. Kalley faz várias recomendações as mulheres brasileiras sobre diversos temas do Lar, como organização dos espaços da casa (Capítulos I,II,III,IV, falando da cozinha, quarto, sala e janelas externas), dicas para a economia doméstica (capítulo VI), recomendações de higiene do corpo (capítulo VII), o cuidado com o vestuário (capítulo VIII),

o tratamento das doenças (capítulo IX), a educação dos filhos (capítulo X), considerações sobre o matrimônio (capítulo XI).

A primeira parte contida nos capítulos I,II,III,IV são escritos com recomendações às mulheres brasileiras sobre os cuidados com a casa, espaço privado onde acontece a vida cotidiana das famílias. Nestes fragmentos observamos a visão de vida da nossa protagonista marcada por sua história já descrita no capítulo 1 a qual recebeu fortes marcas de formação puritana. Além dos “entremeios” sócio históricos recorreremos a leituras de alguns teóricos que observaram e escreveram sobre como a cultura brasileira organiza seu espaço público e privado. Algumas considerações sobre os escritos de pensadores brasileiros sobre a casa, tanto do ponto de vista arquitetônico, como do ponto de vista sociológico se tornam imprescindível para confrontar com os fragmentos de textos apresentados, pois, em nosso entendimento, a autora analisada, traz uma visão estrangeira, ou seja, o Brasil imperial olhado de fora. A expressão “de fora” aqui denota não somente uma localização espacial, mas também uma visão de mundo diferenciada da cultura brasileira no século XIX. Faremos então, algumas considerações de importantes pensadores brasileiros que se preocupam com a questão.

Roberto DaMatta⁶, a partir de um olhar antropológico, observa em seus estudos a complexa formação e diversidade da sociedade brasileira e a sua rede de relações. Analisando as diferentes relações que ocorrem no espaço doméstico e nas ruas, observa uma dialética nas representações relacionais dos espaços público e privado no Brasil (A casa e a rua), e os valores neles apresentados na esfera moral e na ação social. O brasileiro, segundo ele, apresenta características de cordialidade e sensatez no seu espaço familiar e íntimo (casa) e torna-se se inoportuno no espaço público. Neste estudo, DaMatta tenta compreender o caráter nacional brasileiro em suas contradições.

DaMatta⁷, Freire⁸, e Costa⁹, explicam que essas contradições são fruto das relações estabelecidas, pois a rua é o lugar do anonimato, do impessoal, onde não há espaço para eles mais especializados. A casa, ao contrário, é o lugar da cordialidade, das relações íntimas. Considera ainda que, essa contradição não invalida o fato desses dois espaços serem ao mesmo tempo opostos e complementares, pois um é o lugar da vigilância e de civilidade imposta e outro o lugar do gozo e da intimidade. Essa contradição cultural é fruto de uma cultura diversificada expressa nas festas populares, religiosas, literatura artes, esportes, onde as leis e as regras são ao mesmo tempo respeitadas e desobedecidas, possibilitando a coexistência de vários esquemas, e os sujeitos participantes desse universo cultural ora se manifestam como indivíduo, ora como pessoa, dependendo do espaço social onde estão situados, a casa ou a rua. Na rua, o espaço público, é de todos e ao mesmo tempo não é

6 - DA MATTA, R. A Casa & a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

7 - DA MATTA, R. A Casa & a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

8 - FREYRE, GILBERTO. Casa Grande & Senzala, Editora Global, SP, 2003.

9 - COSTA. J.F. - Ordem Médica e Norma Familiar . Rio de Janeiro, Graal, 1983.

de ninguém, portanto apresenta características hostis onde as leis e os princípios morais só funcionam sob vigilância das autoridades. Já na casa, sendo espaço privado residem as pessoas da relação afetiva, as quais devem ser protegidas e favorecidas. Ora, tomando-se a avaliação de Roberto Da Mata, que apesar do seu dualismo (já superado nas Ciências Sociais), ainda é útil para entender o caráter indisciplinado e anárquico da sociedade do Rio de Janeiro no século XIX, podemos perceber o idealismo um tanto ingênuo de Sarah ao tentar converter as famílias do trópico a uma casa com ordem e limpeza à moda puritana, que só os países já dominados pelo puritanismo apresentavam.

Luciana Francisca Cabral¹⁰ em seu artigo “A rua no imaginário social”, considera que a análise da vida cotidiana que acontece na espacialidade (casa-rua) nos mostra como ela está representada nas relações sociais. Segundo ela a rua além de passagem ou itinerário é o palco de contínuos acontecimentos, em movimento constante, espaço onde ocorrem inúmera trocas, cenas e dramas, que são o local das representações da sociedade.

Menciona João do Rio¹¹, o qual aborda com uma linguagem literária, o amor que sentia pelas ruas, e a maneira como expressava seus movimentos. Em sua visão João do Rio vê na rua não somente o espaço onde há a miséria, mas um espaço de generosidade, em suas palavras: “matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa”. (RIO, 1995, p.04).

A pesquisadora menciona o próprio DaMatta¹² (2000) o qual vê na rua não somente um espaço geográfico, mas o local de trocas morais, sociais, culturais, institucionalizadas e capaz de despertar emoções:

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo, entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de possibilidade, ;domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.(DaMatta,2000, p.15).

A autora enxerga na leitura desse autor a prática de vários tipos de cidadania, uma no espaço caseiro, outra no público, que é de todos. Citando novamente Da Mata (2000), “a nossa sociedade tem uma cidadania em casa, outra no centro religioso e outra na rua”.

A dialética se expressa até em expressões de linguagem como: “vá para a rua!”; “vá para o olho da rua!”; “estou na rua da amargura!”, pois elas significam o rompimento e solidão, além de desproteção, pois as pessoas saíam da esfera íntima e familiar e estaria sujeita às normas vigentes da rua.

10 - REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. 1X, número 194 (60), 1 de agosto de 2005.

11 - JOÃO DO RIO. A Alma Encantadora das Ruas. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

12 - DAMATTA, apud CABRAL, 2005, REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES.

Essa concepção, segundo a autora origina-se na história colonial, pois as regras (normas) estabelecidas e legitimadas pela sociedade colonial, de base escravista, assim dividia a sociedade, como as normas relacionadas a atitudes, gestos, roupas, enfim, papéis sociais aceitos pela sociedade da época. Observa também que os viajantes que retrataram a cidade do Rio de Janeiro, na época colonial, mostraram muito bem o espaço da rua designado aos negros, aos ambulantes e aos escravos-de-ganho, que esses eram vistos como insolentes.

Concluindo o seu olhar sobre a obra de Da Matta (2000), considera que casa e a rua como categorias sociológicas não são absolutamente o oposto, uma vez que as mesmas se reproduzem mutuamente, pois também na rua há espaços ocupados no sentido da casa, onde determinados grupos sociais vivem como “se estivessem em casa”. Mas, o que nos motiva a estudar a rua, é o fato de a mesma admitir as diferenças.

Freyre¹³ em sua obra *Casa Grande e Senzala* descreve sua busca da identidade nacional bem como o caráter do povo brasileiro, fazendo descrições de vida familiar, dos costumes públicos e privados, das mentalidades e das inter-relações étnicas que revelam a formação do povo brasileiro no período colonial. Na casa-grande observa não somente a arquitetura, mas os movimentos do cotidiano da família patriarcal, com seus traços da convivência, da intimidade, da dominação, quer seja pelos senhores de escravos, quer seja por questões étnicas entre brancos, pretos e índios, marcas indelévels da sociedade colonial brasileira. Com a mistura brilhante de sociologia, história e literatura, esse autor se propõe a apresentar a “formação da alma” do povo brasileiro.

Costa (1983)¹⁴ diferente de Freyre, entende o papel da mulher como gerente de uma casa como uma pequena empresa, onde todos os víveres e utensílios eram produzidos no seu interior. Esse fato fez com que o olhar preconceituoso e pouco inteligente de alguns viajantes estrangeiros transcritos por Freyre e por Costa (deixamos claro que este último autor não advoga esta visão, mas simplesmente menciona o olhar estrangeiro) tipificasse a mulher brasileira como preguiçosa, que passava boa parte do tempo sentada. Freyre reproduz o estereótipo da mulher gorda e sempre sentada:

A casa brasileira até o séc. XIX era um misto de unidade de produção e consumo. Boa parte dos víveres, utensílios domésticos e objetos pessoais de que necessitam uma família eram fabricados na própria residência. A mulher gerenciava esta pequena empresa sem concurso algum do marido. Realidade que criou, entre outros, o preconceito da mulher preguiçosa e indolente. Alguns viajantes estrangeiros colaram esse rótulo às mulheres brasileiras pelas aparências que suas ocupações domésticas refletiam. Luccock, por exemplo, notando que as donas de casa passavam grande parte do tempo sentadas, que raramente saíam de casa e que eram gordas e precocemente envelhecidas, chamou-as de inertes e preguiçosas. (Freyre, apud Costa,

13 - FREYRE, GILBERTO. *Casa Grande & Senzala*, Editora Global, 2003.

14 - COSTA, J.F. - *Ordem Médica e Norma Familiar*. Graal, Rio de Janeiro, 1983.

Possivelmente, observações de estrangeiros que desconheciam a arquitetura da construção das casas brasileiras e até da organização social e cultural, fizeram menção à mulher brasileira como indolente. Porém, o conteúdo dos textos fala por si, e desfaz esse mito da mulher indolente. Este estereótipo preconceituoso é desmascarado no próprio texto. Como uma mulher sentada poderia comandar uma casa que possuía até 12 quartos? Uma gerente doméstica sentada não poderia desenvolver tantas atividades descritas no próprio texto:

Sentada devia permanecer a mulher que comandava uma casa cujas dimensões, funcionamento e disposição arquitetônica exigiam uma mobilização física exaustiva de quem tentasse transitar desordenadamente por todos os seus cômodos. Nas plantas das casas grandes e de algumas residências urbanas apresentadas por Carlos Lemos, contam-se, por vezes, 5, 7, 8, 9, e até 12 quartos. Estas mesmas plantas mostram também que as zonas de serviços se localizavam às vezes no exterior e que a ausência de esgotos e água encanada exigia que as atividades de higiene corporal fossem realizadas fora da casa. Portanto, qualquer movimentação física supérflua deveria ser evitada. Embora contando com a exploração parasita de escravos e outros serviçais, ainda assim as donas de casa tinham que deslocar-se muito. (Freyre, apud Costa, 1983, p 43).

Costa, citando Luccock, estimava que cada casa na capital do império em 1808, tinha em média 15 pessoas. Menciona também Gendrin o qual estimava que numa família havia 7 ou 8 negros. Considera também as observações de Vilhena ao mencionar que “em algumas casas baianas a presença de 60, 70 ou mais pessoas”. Essas citações reforçam o argumento de Costa que era compreensível o fato de a dona de casa permanecer a maior parte do tempo sentada, pois era o ponto de referência de onde pudesse centralizar o comando e a inspeção dos serviços. Mas realmente, nem Costa se dá conta de que uma mulher sentada não conseguiria administrar toda essa complexidade.

De igual maneira, Costa desfaz a fama preconceituosa sobre a mulher brasileira segundo a ótica dos viajantes estrangeiros no que diz respeito a aparência física e o retraimento social, atribuindo esse fato ao universo de valores da época, pois, segundo ele o sistema econômico e social acrescentado aos efeitos da divisão social dos sexos, desvalorizava o interior da casa, fato que explica a pobreza decorativa dos ambientes internos.

Essas considerações mostram que nas refeições o fato de poucos utensílios de mesa e desconforto reflete a ausência de padrões de civilização que já eram características da família urbanizada das elites europeias. Nos momentos de refeição a finalidade era tão somente a nutrição, não tendo a função de estreitamento de relações afetivas, coerção educativa e regulação recíproca de condutas. Não havia nas casas brasileiras de herança cultural colonial o sentimento moderno de intimidade, de valorização do convívio exclusivo

entre pais e filhos, e de aproveitar cada instante do contato pessoal para educar física e moralmente as crianças e sobretudo para reativar os laços de ternura, carinho ou amor que em princípio, os unem.

Confrontando o texto de Sarah Kalley com as interpretações do cotidiano de vida nos espaços privados e públicos do brasileiro na época pesquisada, observamos que Sarah Kalley não tem preocupações de interpretar com olhar antropológico, arquitetônico, sociológico e nem literário mas através de recomendações a partir de sua observação particular do cotidiano da mulher brasileira, em seus espaços de convivência compartilhar sua visão de mundo feminina, de formação familiar puritana com fortes tendências ao pietismo.

Para ela, a funcionalidade da casa e a tradição cultural não pode ser prescindida de higiene e saúde. Observamos esse fato já no capítulo I ao lermos a ênfase que ela dá a organização das cozinhas. Em suas recomendações com resquícios de uma sociedade puritana onde a limpeza é um padrão de conduta, e com uma fala doutrinadora, a autora associa limpeza e saúde em uma época anterior ao movimento higienista no Brasil. Prioriza o zelo pelos espaços privados e pela higiene dos mesmos contrastando com a visão da sociedade brasileira no século XIX na qual a rua é uma continuação da casa. Constrói seu discurso citando não somente princípios de higiene e saúde, mas também usa de um discurso religioso, evocando a Bíblia e argumentando a partir de um princípio “espiritual” de cuidar do interior (alma) mas sobretudo do exterior (corpo).

Nessa fala doutrinadora também observamos que a transmissão de seus conhecimentos religiosos e científicos poderia ajudar a criar hábitos de uma cultura racional e moderna em uma sociedade escravocrata, levando-nos a pensar que seus propósitos missionários não somente no sentido religioso, mas também no sentido de ser uma divulgadora de uma nova Ideologia como visão de mundo, com atitudes mais positivas, a ser divulgadora no Brasil.

Assim como Sarah Kalley, Lemos enfatiza também a importância de uma visão arquitetônica racional para o melhor morar, pois segundo ele caberá ao arquiteto como conhecedor de todas as funções da habitação, o papel de orientador, educador capaz de sugerir soluções lógicas dentro do esquema vivencial popular, ensinando a morar melhor ou, pelo menos, não atrapalhando quanto fornece esquemas e partidos simpáticos, talvez plasticamente recomendáveis e inteligentes quanto aos métodos construtivos, mas incômodos e inoportunos. (cf. Lemos, p. 14)¹⁵.

As recomendações quanto a habitação estão relacionadas a suas recomendações sobre higiene e saúde. Ao comentar a arquitetura e a função das salas nas moradias brasileiras, Sarah Kalley não somente volta a enfatizar a limpeza, higiene e cuidado com moscas, pois devido ao pouco avanço da medicina científica, prevenir doenças e minar as

15 - LEMOS, A.C., COZINHAS, ETC, Coleção debates, 2ª edição, Perspectivas, SP, R.J., 1978

possibilidades de transmissores de infecções para ela era imprescindível, mas também faz uma crítica ao fato de a arquitetura brasileira de época (e de hoje?) enfatizar a importância da sala em detrimento de outros aposentos que ela considera de importância igual ou superior a da sala. Vê que esse fato é decorrência de uma cultura que valoriza a aparência (para ela isso é hipocrisia) em detrimento dos cuidados reais com a saúde e o bem-estar da família. A sala na arquitetura brasileira de época é o espaço de se receber visitas, ou seja, de mostrar aos outros o seu lar, enquanto os demais aposentos são lugares onde os membros do lar passam muitos momentos da vida, mesmo sem serem percebidos pela sociedade. A cozinha que é pequena, para ela é de grande importância, pois é local onde se produz a alimentação, indispensável para a saúde humana. De uma certa forma Sarah faz crítica à supervalorização da sala, como mostra de uma aparência do lar, expressão de um modelo arquitetônico funcional brasileiro de época. Vale observar como pesquisador que a autora está realizando essa crítica a partir da ideia que ela tinha de ambiente ideal de organização do espaço do lar e também dos modelos de espaços domésticos que ela conhecia, tanto na Europa, como Estados Unidos e Brasil, e neste último caso restrito a sociedade Fluminense e principalmente de Petrópolis, local onde residia e nas proximidades na residência oficial da família real. É muito provável que ela desconhecesse residências populares como cortiços, senzalas e outros.

Os detalhes de seu foco higienista como prática de saúde preventiva é a ênfase que ela dá a esse tema até ao falar sobre a importância das janelas exteriores, pois a prevenção através da livre circulação do ar, da presença da luz e da percepção pelo olfato (o qual a autora diz ser dom de Deus), que nos faz, segundo ela, perceber impurezas antes que elas nos cheguem aos olhos. As janelas nos fazem perceber o mundo exterior e o que dele emana de contaminações que adentram ao lar. Cuidar da casa para ela significa dar importância às janelas, o contato com o exterior e permitir que dele só entre coisas salutares (luz e ar) e não permitir que adentre as impurezas.

Observamos também a preocupação da autora com outros temas além da saúde, ao organizar os espaços domésticos. Após discorrer sobre o espaço arquitetônico, ela discorre sobre outros assuntos tão importantes como estes. O primeiro dele é sobre a administração do lar, observando o despreparo, ou por displicência ou por falta de conhecimento. Não deixa de ser preconceituosa ao salientar que os pobres são mais descuidados que os ricos, pois eles não dão o devido valor ao dinheiro que laboriosamente ganham, pois o gastam sem critério e de maneira descuidada. Mas os comentários e conselhos sobre a economia doméstica reforçam a nossa percepção de que, além de uma missionária no sentido religioso, Sarah traz a noção de modernidade e racionalidade a ser transmitida como sua visão de mundo. Essa visão muito embora multifacetada em vários aspectos de seu discurso (organização do espaço doméstico, higiene, administração do lar, etc.), se torna nítida ao criticar a busca no misticismo soluções para problemas de saúde, a qual ela

classifica de charlatanismo. Muito embora ela fizesse parte de uma comunidade religiosa trata o problema de saúde com um olhar racional e científico, enfocando os cuidados preventivos nas recomendações com o asseio do corpo, o lavar as mãos ao levantar-se, o cuidado com a higiene bucal e manutenção da limpeza das unhas. Salienta também o cuidado com os doentes afirmando que a enfermeira é tão importante quanto o médico, alertando as leitoras do perigo de abrir mão da visão científica em favor de práticas de charlatanismo, provavelmente por observar que em um país pluricultural, mesclavam-se o catolicismo oficial, as benzedeadas, o curandeirismo oriundo das culturas indígenas e tradições afro religiosas, os quais tem soluções místicas para tratamentos terapêuticos.

Enfatiza mais uma vez a limpeza (marca do puritanismo) como imprescindível nos casos de doenças infecciosas, bem como a rigidez no controle da administração dos medicamentos e a proibição do contato com visitas para evitar a proliferação da contaminação, prática do isolamento da medicina do século XIX.

De maneira preconceituosa critica as mulheres brasileiras que ficavam nas janelas, enfatizando que os estrangeiros observavam essa atitude de maneira depreciativa, provavelmente também resquício de numa mentalidade pautada no puritanismo.

Em suas recomendações, além de conselhos sobre higiene, saúde e economia doméstica, enfatiza o valor do trabalho e critica o ócio, bem como as diversões profanas, os diversos tipos de jogos de azar. Atribuí à mulher, como educadora e guardiã dos valores morais e espirituais (aqui entendido como valores “puritanos”), o dever de zelar para que as pessoas de seu lar observassem esses valores.

Em contraposição ao ócio e as diversões, atribuindo valor ao trabalho, aconselha as mulheres brasileiras serem zelosas nos vários aspectos da administração do lar. Sarah não deixa de observar a pobreza da população brasileira e transmite algumas orientações para minimizar os seus efeitos. Não entra em discussões sobre as causas socioeconômicas da pobreza, mas procura realizar recomendações a respeito de como algumas das famílias pobres deveriam proceder para valorizar o pouco ganho que possuíam.

Não somente observa a falta de formação de uma mentalidade econômica, mas também noções científicas de procedimentos de saúde. Verificamos esse fato ao observarmos o conselho para que as donas de casa averiguassem a qualidade dos alimentos que elas compravam, dando assim noções de aferição de qualidade. Neste mesmo sentido demonstra a preocupação em ensinar as mulheres a conservar o que se compra, não somente por uma medida de saúde, mas também por questões de econômica e por evitar desperdícios.

Sobre o hábito do consumo observamos que Sarah aconselha as mulheres a criar hábitos para gastar com as necessidades e não com vaidades, e neste sentido procura orientar sobre a origem da inadimplência, associando-a a continuidade da dependência e a

indisciplina no consumo desnecessário.

Ao observar a falta de higiene e o mau cheiro da capital do império, conforme já relatamos anteriormente, Sarah faz algumas recomendações sobre bons hábitos de higiene, como lavar o corpo, escovar os dentes e manter limpas as unhas, enfatizando que para a saúde o asseio é mais importante que a aparência. Neste mesmo sentido há uma recomendação a respeito do vestuário, entendendo que uma roupa com remendos é melhor do que a vergonha de uma roupa rasgada.

De maneira prática enfatiza importância do trabalho de uma enfermeira, chegando até a dizer que é um trabalho superior ao do médico, não só minimizando as diferenças de valores profissionais, mas também enfatizando a importância do trabalho operacional além dos diagnósticos e do receituário. Observamos que ela atribui importância não somente ao trabalho intelectual (diagnosticar e receitar) mas também ao trabalho operacional, ou seja, o cuidado direto com os doentes. Essa consideração é de ordem prática e não uma demonstração de uma visão romântica ou mística, deixando claro que há uma diferença entre ciência e charlatanismo. De igual forma não recomenda visitação aos os doentes, fato que pode atrapalhar a disciplina da medicação.

Mesmo não sendo psicóloga, pois essa modalidade científica ainda estava engatinhando na ocasião, ela aconselha o cuidado com a alma, além dos cuidados com o corpo. Aconselha a dedicação no cuidar das crianças, no que tange a disciplina, limpeza e conforto, atos práticos de demonstração de carinho que podem fazer a criança parar de chorar. Também recomenda a contenção da gula e critica os maus hábitos alimentares.

No campo do controle do temperamento humano recomenda a serenidade, incentivando a moderação. No ato de educação das crianças demonstra uma visão dialética da seguinte maneira, uma criança reprimida severamente pela teimosia pode tornar-se irascível e medrosa. Sem perder a firmeza a mulher educadora deve, segundo ela ter clareza nas regras e no “sim” e no “não”. Ameaças não cumpridas tornam-se perigosas por causa da insegurança. Também defende o direito da infância ao propor liberdade para educar. A infância, segundo ela não é para a leitura e sim para brincar. O lar cristão deve proporcionar essa felicidade para as crianças. Em uma comparação com as discussões atuais sobre a antecipação da idade escolar para crianças podemos dizer que o trabalho de Huizinga¹⁶ contém pensamento semelhante.

Considera que o lar é o espaço do império feminino extremamente necessário a implantação dessa visão feminina, pois a mulher sabe lidar melhor com a questão do sofrimento e da tolerância, e poderia transformar o lar, mesmo que pobre, em um espaço de felicidade. Não deixa de refletir seus preconceitos oriundos de sua formação puritana ao afirmar que as mulheres brasileiras não deveriam ficar debruçadas nas janelas, pois isso é associado ao ócio, fato que causa comentários em vários lugares no exterior, mas dedicar-

16 - HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. Perspectiva, São Paulo, 1999.

se ao trabalho e ao zelo da casa. Da mesma maneira, associa os vícios masculinos à mulher indolente, atribuindo a mulher à culpa pelo marido ficar fora de casa entregando-se aos vícios de toda sorte. Contraditoriamente afirma que a mulher deve se dedicar ao trabalho e ao zelo com o lar, porém não vê a mulher como escrava, diferenciando o pagamento pela sua dedicação ao reconhecimento do marido com palavras amorosas e de gratidão, pois segundo ela é importante a mulher sempre ouvir que é amada, concluindo com a afirmação sobre o binômio que, ao seu ver, garantiria o sucesso no casamento: sofrer e tolerar.

Finalizamos a interpretação dos conteúdos analisados nesta seção, na certeza que não concluímos o tema, porém oferecemos para a história em geral e história da educação especificamente nossa visão, até o momento, das fontes históricas primárias analisadas. No futuro, essas fontes poderão ser acrescidas e observadas por novos modelos teóricos que até o presente desconhecemos. No entanto, acreditamos que iniciamos um debate sobre a história do protestantismo no Brasil e sua ação missionária na educação e a ideologia que permeou os escritos contidos neste estudo de caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos as reflexões apresentadas neste estudo a partir da leitura de fontes que apontaram indícios de que, o casal Kalley trazia ,no bojo de seu projeto missionário no Brasil, uma Ideologia racional e moderna. A personagem e protagonista dessa obra, Sarah Kalley, desenvolveu ações educativas, como estratégia missionária, colaborando para a introdução dessa ideologia no Brasil, embora representasse na época uma minoria.

Interpretamos essa ideologia em seus escritos a luz da teoria de Gramsci, advinda e materializada por uma intelectual orgânica, representante de um grupo minoritário, que embora não tivesse a pretensão de formar um “bloco hegemônico”, buscava a difícil tarefa de penetração em uma cultura, marcada por uma diversidade, construída no período colonial, e controlada por um Estado monárquico e católico romano. Nesse espaço ideológico a protagonista dessa obra tinha o árduo desafio de introduzir uma nova maneira de pensar, tanto a religião como a sociedade, fato que determinou que sua ação missionária e educacional no Brasil ocorreu através de uma disputa ideológica em uma arena cultural já definida historicamente. Dentre os desafios por ela enfrentados, um dos maiores foi o de desenvolver estratégias para furar os bloqueios impostos por uma monarquia católica que ainda não diferenciava funções de Estado e Igreja. Vale observar que algumas personalidades desse estamento, inclusive o próprio imperador, procurou facilitar a entrada do protestantismo no Brasil. Essa facilitação não se deu por razões de adesão a esse credo religioso, mas como estratégia de mesclar na população brasileira representantes de um contingente que trazia uma cultura racional e moderna.

Na tentativa de compreender e interpretar essa visão encontrada nos seus escritos,

percorremos caminhos diversos. Pesquisamos em fontes primárias, bibliográficas e iconográficas, convivemos e entrevistamos pessoas idosas que nos passaram uma percepção particular da autora pesquisada. Entramos em “caminhos” e “descaminhos”. Tentamos passar por novas veredas para tentar atalhos que não nos fizesse percorrer caminhos desnecessários. Não cremos que esse trabalho tenha esgotado o tema. Apenas ampliou uma reflexão acadêmica que teve início em uma dissertação de mestrado, continuidade na tese de doutorado, e poderá ser ampliada à medida que se localize novas fontes, as quais poderão ser analisadas no futuro, com novos olhares e novas interpretações. Cremos que essa dinâmica reflexiva sempre acontece de maneira dialética e proporciona avanços no conhecimento e nas ideias.

Sarah Kalley, uma pessoa singular, portadora de uma visão de mundo, construída pela história de sua vida, a qual se materializou em uma missão. Herdeira de uma mentalidade protestante, mesclada com ingredientes advindos do puritanismo dos huguenotes e das discussões ocorridas em solo europeu no interior de Igrejas livres da tutela dos Estados Monárquicos. Essa visão teve também forte influência do pietismo, marcada pelas ações filantrópicas de seus ancestrais, os quais, mesmo fazendo parte de uma burguesia industrial, praticavam a benevolência como forma de compensar mazelas causadas pela Revolução Industrial. Sarah Kalley traz essa visão para o Brasil monárquico da segunda metade do século XIX, sua ideologia, notadamente protestante, com ingredientes de racionalidade e modernidade.

Sua característica pietista não a levou à total ingenuidade. Os fatos mostram que tinha visão estratégica. Para furar os bloqueios impostos era preciso aliar-se e conquistar o povo brasileiro para facilitar a penetração de sua visão nesse universo cultural específico.

Observamos que nas suas características pietista marcadas pela maneira suave contida nos seus conteúdos discursivos, há fortes resquícios de puritanismo. Essa “mistura” antagônica (rigidez do puritanismo e discurso suave do pietismo) nos faz pensar que em Sarah esse “antagonismo dialético”, proposital ou inconsciente, se torna normal. Em princípio chamaremos este fenômeno de “complexo puritano-pietista”, o qual se mistura na pregação protestante. Os pesquisadores do futuro poderão aprofundar nesta contradição.

O meio de atingir os “naturais da terra” seria os espaços em que o Estado Monárquico brasileiro deixava a desejar. A educação secular e religiosa foi o “carro chefe” dessa estratégia. Como educadora, inaugurou e lecionou na Primeira Escola Dominical implantada em solo brasileiro, abrindo portas para a difusão da mensagem do protestantismo aos nativos e estrangeiros que aqui viviam.

A sua atuação não foi limitada ao campo religioso. A implantação da “Escola Diária” foi fato revolucionário para a época. Educação secular gratuita em uma jovem nação latino-americana cujo Estado Monárquico deixava lacunas. Esse fato não pode ser entendido como algo minúsculo.

Além destas duas iniciativas, lecionou inglês e música para estudantes isolados. Também escreveu artigos, aconselhando as mulheres brasileiras, dentre os quais a coletânea deles resultou na obra “A alegria do lar” analisada nesta obra.

Suas habilidades musicais foram imprescindíveis para a facilitação destas iniciativas pedagógicas e missionárias. A música potencializou a transmissão de conteúdos religiosos e seculares, divulgados em suas várias áreas de atuação. Na música o crer (sua fé) e o aprender (sua ideologia racional e moderna) foram potencializados pelo sentir. Os cânticos motivaram a fixação dos conceitos de fé e de racionalidade. LIMA NETO (2003) já demonstrou isto em seu trabalho de mestrado.

É bem verdade que, como Sarah, havia múltiplas ações, isoladas ou organizadas por instituições religiosas protestantes que objetivavam (re) evangelizar o Brasil. O caso das preceptoras e seu trabalho de “educação artesanal e familiar”, os grandes Colégios Protestantes como O Mackenzie College, hoje Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Colégio Piracicabano, hoje UNIMEP e o Colégio Internacional de Campinas, hoje Seminário Presbiteriano do Sul e uma extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie (na época recebiam ajuda financeira e logística de instituições religiosas estrangeiras pois objetivam trazer a doutrina protestante para o Brasil e hoje diferente dos propósitos originais são universidades particulares que buscam ser reconhecidas por excelência no ensino superior), e até mesmo as pequenas experiências de escolas paroquiais, como a de Brotas mencionada na introdução deste trabalho, ocorreram de forma paralela e colaboram para a inserção e avanço do protestantismo no Brasil.

Mas o caso específico da atuação do casal Kalley e principalmente de Sarah não pode ser ignorado. Suas concepções e visão de mundo não foram financiadas e nem estavam atreladas a instituições, pois seu trabalho foi voluntário e financiado por fortuna familiar. Essa desvinculação institucional não impediu que estivesse compromissada com ideologias estrangeiras. No entanto, sua atuação, tanto na educação religiosa como na pública, legou ao protestantismo histórico brasileiro um suporte ideológico supra-denominacional, também já explicado por LIMA NETO (2003) nas considerações finais de sua dissertação de mestrado.

Em um contexto histórico marcado pelo domínio de uma monarquia que controlava Igreja e Estado, que representava os interesses econômicos de elites latifundiárias agroexportadoras, e dava pouca importância para a educação popular, a Ideologia trazida pelos Kalley representava vozes divergentes que confrontaram esses interesses.

Impulsionados pelo contexto de inserção do protestantismo no Brasil, com um projeto missionário e pedagógico, buscaram um espaço para inserir uma nova ideologia, pautada nos valores da racionalidade e da modernidade, da valorização do aprendizado e da medicina preventiva, dos cuidados com os espaços públicos e principalmente do lar, espaço privado e doméstico, local da intimidade e também dos cuidados com o espírito

e com o corpo, através da rigidez na noção de limpeza e organização, e também com a educação popular. Longe de representar um grupo de intelectuais que já eclodiam na Europa na segunda metade do século XIX, como o marxismo, o anarquismo e suas nuances, eram representantes de um discurso que não mais aceitava a escravidão e a monarquia, e defendiam a separação de Igreja e Estado.

Se, no século XX, o protestantismo finalmente ganhou espaço na sociedade brasileira, trazendo em seu bojo um discurso racional e uma visão modernizadora, no século XIX ainda teimava, a duras penas, penetrar em uma cultura hegemônica diferente. Naquele momento, o trabalho educativo e missionário dos Kalley deu importante contribuição, legando, não somente aos protestantes, mas à sociedade brasileira urbana do Rio de Janeiro e adjacências, a visão racional e moderna, ou seja, a ideologia orgânica que trazia no bojo de sua história.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, M. Protestantes em Campinas: a história de um colégio de confissão presbiteriana (1869-1892), 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- ALVES, R. Protestantismo e Repressão. São Paulo: Ática, 1982. _____. O enigma da religião, 3a. Edição, São Paulo: Papyrus, 1984. _____. O suspiro dos oprimidos. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
- BADALONI, NICOLA. Sobre a Teoria gramsciana de Ideologia. in: Badaloni (org.). Política e História em Gramsci, v. I, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- BIBLIA DE JERUSALÉM, Edições Paulinas, 1986, São Paulo. BUNYAN, John, O Peregrino (1678), Editora Mundo Cristão, São Paulo, 2006.
- CARDOSO, D. N. “SARAH KALLEY, MISSIONÁRIA PIONEIRA NA EVANGELIZAÇÃO DO BRASIL”. São Bernardo do Campo: Ed. Do Autor, 2005.
- CARDOSO, D.N. COTIDANO FEMININO NO 2º IMPÉRIO. São Bernardo do Campo. Ed. Do Autor, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. 5ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1980. _____. Cultura e Democracia. São Paulo: Moderna, 1981. 037
- COSTA, J. F. Ordem médica e norma familiar, 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- COHN, G. Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: Queroz, 1979.
- DA MATTA, R. A Casa & a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DAMATTA, apud CABRAL, 2005, REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES.
- DAWSEY, J. C. (Org.); DAWSEY, C. B. (Org.) ; DAWSEY, J. M. (Org.) . Americanos: Imigrantes do Velho Sul no Brasil. Piracicaba: Editora Unimep, 2005. v. 1. 324 p.
- FIGUEIREDO, E.R. As escolas paroquiais protestantes em Brotas no final do século XIX. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em Educação escolar da FCL - Unesp. Araraquara. 2001. FREYRE, GILBERTO. Casa Grande & Senzala, Editora Global, 2003.
- GADOTTI, M – História das Idéias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 1994. GRAMSCI, A Concepção dialética da historia, 10ª. Edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.
- _____. Os intelectuais e a organização da cultura. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. 049
- GHIRALDELLI Jr. P. História da educação. São Paulo: Cortez, 1998 GOLDMAN, F. P. Os pioneiros americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GONZALEZ, J. L. Uma história Ilustrada do cristianismo. Editora Vida Nova, São Paulo, 1985.

HILSDORF, M.L.S. Escolas Americanas de Confissão Protestantes na província de São Paulo: um estudo de suas origens. 1977. Folhas?Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

_____. Francisco Rangel Pestana: Jornalista, Político, Educador. São Paulo. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 1986.

HOBBSAWM, E. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. ISNARD, R. Histórias da História do Metodismo no Brasil, São Paulo: Imprensa Metodista, 1986.

JOÃO DO RIO. A Alma Encantadora das Ruas. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. JOLL, James. As idéias de Gramsci. Tradução de James Amado. São Paulo: Cultrix, 1977.

LEITE, D.M. O caráter nacional Brasileiro, 4ª. Ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA NETO, F.P. A visão de mundo de uma educadora protestante expressa no conteúdo discursivo de hinos por ela compostos para serem usados em escolas confessionais protestantes no Brasil no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

LEONARD, E. O Protestantismo Brasileiro, São Paulo: ASTE, 1981.

MENDONÇA, A. G. O Celeste Porvir – A inserção do Protestantismo Brasileiro, São Paulo: Paulinas, 1986.

MENDONÇA A.G e VELASQUES, F.P. Introdução ao Protestantismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1990.

NOVAIS, F.A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial, in: Brasil em perspectiva, Corpo e alma do Brasil, 12ª. Ed. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

O Estandarte, de 18/1/1912. Jornal oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. PEREIRA, E.C. O problema religioso na América Latina. São Paulo: Brasileira, 1920. 048

PIERUCCI, A.F, “A terceira onda pentecostal”. Entrevista publicada pelo Jornal “O Estado de São Paulo” em 11 de fevereiro de 2007, página J3.

MICHEL PÊCHEUX. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. Editora Unicamp. Campinas 1998. PRADO J., C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REYLE, D.A. História Documental do Protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE, 1984.

RIBEIRO, B Protestantismo e Cultura Brasileira, São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822 – 1888, aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil, São Paulo: Pioneira, 1973.

ROCHA, J.G. Lembranças do Passado. Centro Brasileiro de Publicidade. R.J. 1946.

ROBERTSON, R.M. História da Economia Americana. Tradução de J.L Melo, v.1,1986, Distribuidora Record, R.J. 041

ROMANELLI, O. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983. SALMOS E HINOS, Edição revista e aumentada, 1975, CLC Editora São Jose dos Campos.

SANTOS, L.F. Educação: libertação ou submissão? A ideologia da Educação protestante na perspectiva da APEC. Edições Simpósio, São Paulo, 2001.

SILVA, M. Negro na Rua: A nova Face da Escravidão. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SIMONTON, A G. Sermões escolhidos (Pregados no Brasil entre os anos 1864 a 1867- selecionados por A.L.Blackford). Editora Betânia, Belo Horizonte, 1993.

_____. Diário. Casa Publicadora Presbiteriana.

SOARES, M.A.V. Religião e Integração Social: o pentecostalismo protestante e camadas populares o discurso da Igreja Universal do Reino de Deus em Bauru. 2001. Folhas? Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2001.

SOARES, J. A. É preciso Educar o Povo! A influência da Ação missionária protestante na Educação Escolar Brasileira. In.: CUNHA, M. V. (org.). Ideário e Imagens da Educação Escolar, Col. Polemicas do Nosso São Paulo: Autores Associados, 2000. 042

SOUZA, R.F . Templos de civilização: a implantação da escola primaria graduada no Estado de São Paulo(1890-1910). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

_____. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil, in: O legado Educacional do século XIX. Editora da UNESP. 1998.

WALTER K. e Edgar H., Manual da Escola Dominical. Editora Metodista, São Paulo, 1947.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WHITAKER, D.C.A., LIMA NETO, F.P. BOCANEGRA, C.A., Educação e reforma agrária: o programa "escola do campo" em Araraquara – S.P. In: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, 2004, Vitória. Trabalhos e pôsteres...Vitória: VIII encontro de pesquisa em educação da região sudeste, ano.

WILLIAM R. R, Fermento Religioso nas Massas do Brasil. Campinas: Cristã Unida, 1967.

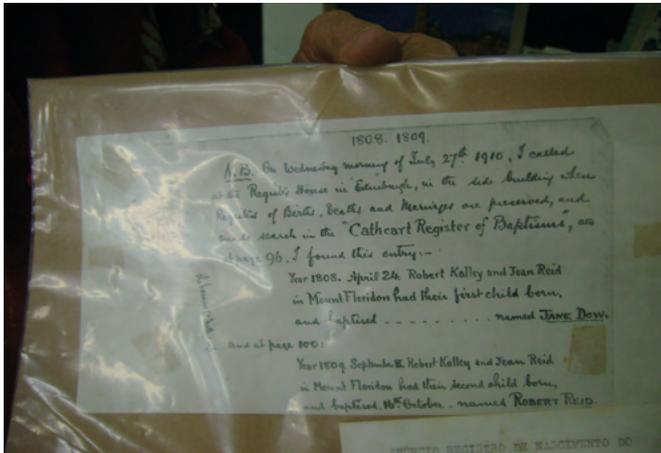
ANEXOS



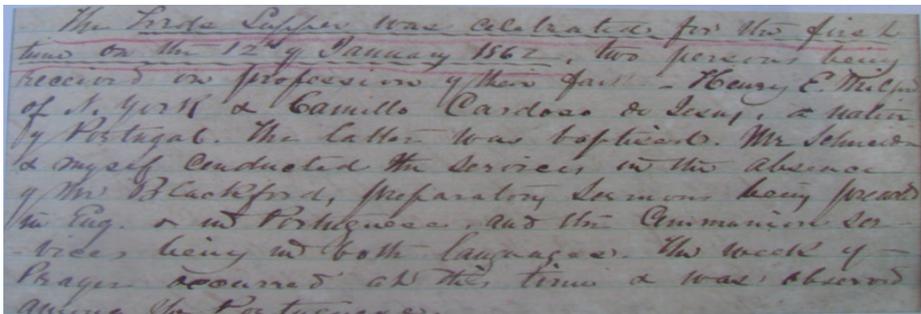
1- FOTO DO PRIMEIRO PÚPITO DA IGREJA EVANGÉLICA FLUMINENSE OCUPADO POR ROBERTO KALLEY



2 - FOTO HISTÓRICA DA IGREJA EVANGÉLICA FLUMINENSE, CONTENDO SEUS PRIMEIROS MEMBROS E FUNDADA PELO CASAL KALLEY, PRIMEIROS MISSIONÁRIOS QUE FUNDARAM UMA IGREJA PROTESTANTE EM SOLO BRASILEIRO



3 - FOTO DO DOCUMENTO ORIGINAL DO ANUNCIO DE NASCIMENTO (HOJE CERTIDÃO DE NASCIMENTO) DO DR ROBERT REID KALLEY



4 - FRAGMENTOS DA ATA DE FORMAÇÃO DA PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA NO BRASIL, NO RIO DE JANEIRO EM 12 DE JANEIRO DE 1862, TRANSCRITA POR ASHEBEL GREEN SIMONTON (1º missionário presbiteriano vindo para o Brasil)

SOBRE OS AUTORES

FRANCISCO DE PAIVA LIMA NETO- Graduado em História pelas Faculdades Integradas Regionais de Avaré, mestre e doutor em Educação Escolar e pós-doutor em Educação Sexual pela Unesp de Araraquara. Atualmente é professor de História nas Redes Estadual e Municipal de Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular.

DULCE CONSUELO ANDREATTA WHITAKER- Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1967), mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1979), doutora em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (1984) e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Oxford (1986). É professora emérita da FCLAR-UNESP. Atualmente é professora voluntária e colaboradora, atuando na Pós-graduação em Educação Escolar, no campus de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professora da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, no Centro Universitário de Araraquara (Uniara).

Crer, aprender e sentir



Casal Kalley

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Crer, aprender e sentir



Casal Kalley

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br